



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 5

I Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 22 de novembro de 2012

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da Sessão pelo Deputado Carlos Mendonça) e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.

Agenda da Reunião:

1 - Continuação da apreciação do Programa do XI Governo da Região Autónoma dos Açores.

Os trabalhos parlamentares tiveram início com a continuação da apreciação do Programa do XI Governo da Região Autónoma dos Açores.

Iniciado o debate, participaram no mesmo os Srs. Deputados José Ávila (*PS*), Cláudio Lopes (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Luís Maciel (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues (*PS*), o Sr. Deputado Paulo Borges (*PS*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), os Srs. Deputados Duarte Moreira (*PS*), Renato Cordeiro (*PSD*), Luís Silveira (*CDS-PP*), Luís Garcia (*PSD*), Luís

Rendeiro (*PSD*), José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), a Sra. Deputada Berta Cabral (*PSD*), os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), António Ventura (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*), o Sr. Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas (*Rodrigo Oliveira*) e o Vice-presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (*Sérgio Ávila*).

No encerramento do debate, foram proferidas intervenções finais pelos Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), pela Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*), pelos Srs. Deputados Artur Lima (*CDS-PP*), Duarte Freitas (*PSD*) e Berto Messias (*PS*), bem como pelo Sr. Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*).

Após o encerramento do debate e da respetiva votação do mesmo, a Sra. Presidente da Mesa declarou aprovado por maioria o Programa do XI Governo da Região Autónoma dos Açores.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 23 minutos.

Presidente: Bom dia a todos. Vamos proceder à chamada, Sr. Secretário.

Eram 10 horas e 11 minutos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho **Cardoso** Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Iasalde Fraga **Nunes**

Isabel Maria Duarte de **Almeida Rodrigues**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lara Fernandes **Martinho**

Lizuarte Manuel **Machado**

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Luís Carlos Martins **Maciel**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Marta Cristina Moniz do **Couto**

Miguel António Moniz **Costa**

Paulo Alexandre Vieira **Borges**

Pilar Sousa Lima Damião de **Medeiros**

Renata **Correia Botelho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Lima Cardoso **Ventura**

Berta Maria Correia de Almeida de Melo **Cabral**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José Maria de Medeiros de **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**
Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**
Nuno Alberto Lopes Melo **Alves**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

(Após a chamada, a Deputada Bárbara Chaves foi substituída na Mesa pelo Deputado Carlos Mendonça)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro, assim, aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar com a Agenda da nossa reunião: a apreciação do Programa de Governo.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais.

Secretário Regional dos Recursos Naturais (*Luís Viveiros*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sendo esta a primeira vez que me dirijo a esta Assembleia, quero, em primeiro lugar, cumprimentar a Sr.^a Presidente desta Assembleia, todas as Senhoras e Senhores Deputados, o Sr.^o Presidente do Governo e seus Membros e desejar a todos um bom trabalho nesta legislatura que agora se inicia.

Os Açores, enquanto Região Ultraperiférica, têm no setor primário o seu principal setor produtivo, revestido de elevado impacto social, cultural, ambiental, paisagístico e económico.

Ao assumir a responsabilidade de tutelar as pastas da Agricultura, Pecuária, Ambiente, Mar e Pescas, integradas na Secretaria Regional dos Recursos Naturais, faço-o com a plena consciência da responsabilidade que agora assumo, mas também com a disponibilidade e entusiasmo para tudo fazer em prol do desenvolvimento e consolidação destas importantes e decisivas áreas para o desenvolvimento futuro da nossa região.

A qualidade do Ambiente, património inalienável da Região Autónoma dos Açores, assume-se como importante propulsor do nosso investimento.

A nossa atuação terá por base o Plano de Ação para o Ambiente e Mar dos Açores, onde se destaca a ênfase no uso e na sustentabilidade.

Daremos particular importância à **monitorização ambiental**. O ruído, a atmosfera, a biodiversidade, o ordenamento do território, os recursos pesqueiros e as variáveis ambientais marinhas serão adequadas e atentamente perscrutadas.

A utilização das infraestruturas criadas na dependência deste departamento do Governo será potenciada com especial atenção à rede de **Centros de Resíduos dos Açores** e a sua operacionalização.

O **ordenamento do território** é uma peça fundamental para a utilização do nosso espaço. Concluídos os principais instrumentos legais, caber-nos-á agora o papel essencial de refletir sobre o que queremos para os Açores a longo prazo.

Por isso, elaboraremos o plano “Açores 2030”, que ficará articulado com o Plano Estratégico para a Investigação Científica no Domínio Ambiental.

Queremos ainda estimular o bom uso do nosso património ambiental também ao nível das **espécies naturais do arquipélago**.

À ênfase dada anteriormente ao reconhecimento do património natural dos Açores, seguir-se-á agora uma atenção especial na importância do seu uso sustentável.

A problemática das **espécies invasoras** continua a ser um dos maiores desafios da Região. As perdas económicas que geram, seja pela ocupação de terrenos, pela competição com as espécies autóctones, pelo incremento das derrocadas ou outro qualquer malefício, apelam à sua erradicação ou, quando isso não for possível, à tentativa de mitigação dos seus efeitos adversos.

As **térmitas**, apesar de serem uma praga urbana, têm merecido e continuarão a merecer por parte da administração regional uma especial atenção.

O **ciclo da água** é fundamental. Acautelaremos a manutenção dos serviços ecológicos prestados pelas turfeiras, lagoas e ribeiras do nosso arquipélago.

A **Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos dos Açores** manterá a sua ação tendente a harmonizar a qualidade destas temáticas. O seu papel é fundamental para a normalização e regularização dos serviços prestados pelas entidades gestoras do arquipélago.

Programas como o “**Eu, Ambiente**” dotarão os interessados com ferramentas que estimulem a ação dos cidadãos junto de aspetos particulares da nossa natureza. Os resultados já obtidos com o galardão Ecofreguesias terão de ser mantidos e, se possível, ampliados, ao mesmo tempo que lançaremos novos programas que visam dinamizar a participação de outros setores da sociedade, como sejam os empresários e os estudantes.

Dada a exiguidade da componente terrestre do território da nossa Região, **o mar** que nos rodeia, é uma verdadeira oportunidade promotora do nosso desenvolvimento.

Esta abordagem será feita com uma aproximação multinível, geográfica e tipológica, havendo medidas e estratégias para cada um deles.

Na componente internacional, estaremos presentes nos fóruns que interajam com a política marítima europeia, dando especial atenção à implementação da Diretiva-Quadro “Estratégia Marinha”, ao acompanhamento da Convenção OSPAR e à elaboração da “Estratégia do Atlântico”.

Em termos locais, iremos incentivar, com iniciativas sem paralelo no passado, a utilização e a **aproximação dos cidadãos ao mar**.

Obviamente, para que isso seja uma realidade, há que fomentar a educação e sensibilização. Mais uma vez, será dada uma especial atenção a esse setor. Campanhas como o “SOS Cagarro”, a maior iniciativa ambiental participativa regular de Portugal, e os “Açores Entre Mares” já nos deram ensinamentos que poderemos agora estender a todos os cidadãos.

A gestão do **Domínio Público Marítimo** terá, nesta legislatura, uma abordagem também particular.

Ao contrário do que acontece noutras zonas de Portugal, nos Açores, seja pelo uso tradicional, seja pelas necessárias acessibilidades ao mar, a utilização do Domínio Público Marítimo tem de ser agilizada, sem prejuízo do uso prioritário pelo próprio Estado, seja no sistema de Defesa Nacional ou na orientação da navegação marítima.

O mar é um setor transversal. Nesse sentido, a SRRN irá colaborar com os departamentos relacionados com os transportes marítimos, a juventude, o desenvolvimento tecnológico, o turismo, o desporto, a cultura e a ciência.

Importa ainda referir os **recursos minerais de profundidade**.

Depois de alterados os pressupostos do principal interessado privado na prospeção, movendo-se da intenção de explorar zonas com elevada biodiversidade endémica e potencial científico para áreas ainda não totalmente conhecidas, demos um importante primeiro passo na estruturação deste setor.

Com esta alteração, que aconteceu devido à intervenção assertiva e constante do Governo dos Açores, poderemos conhecer melhor o mar profundo do arquipélago e determinar zonas com potencial para a exploração dos chamados sulfuretos polimetálicos e outros componentes muito interessantes e valiosos do nosso património subaquático.

Daremos assim um verdadeiro contributo para a **consolidação da soberania sobre o nosso território marítimo**, a qual é inerente ao que já consta em letra de lei.

As pescas constituem uma das nossas principais fontes de exploração do mar, representando uma relevante fonte de alimentação, uma importante atividade económica e uma fonte de emprego com impacto social significativo, promotora do desenvolvimento das nossas zonas costeiras.

O programa do XI Governo, no que respeita às pescas, assenta em cinco grandes objetivos:

- (1) Sustentabilidade da atividade;
- (2) Valorização do setor das pescas e aquicultura;
- (3) Valorização das profissões da fileira do setor;
- (4) Manutenção da frota, das infraestruturas de apoio; e
- (5) Aumento da segurança no Mar.

O incremento da procura de produtos naturais provenientes do mar continuará a valorizar economicamente a atividade piscatória da nossa frota, que, entretanto, deverá diversificar a sua atividade para capturar outras espécies ainda não exploradas.

Com o intuito de conseguir uma atividade sustentável, será fundamental continuar a aprofundar a investigação dos recursos pesqueiros no Mar dos Açores, sendo essa a principal base que ajudará a definir o esforço de pesca.

Como tem acontecido nos últimos anos, manteremos uma colaboração privilegiada com o Departamento de Oceanografia e Pescas da Universidade dos Açores.

A fragilidade biológica da nossa ZEE obriga a que todos os parceiros do sector continuem, em articulação, a lutar por uma melhor proteção da área marinha em torno dos Açores.

A solução que atualmente existe no âmbito da política comum de pescas europeia não é suficiente para cumprirmos o objetivo da gestão de recursos de forma precaucionaria e sustentável, nem garante a estabilidade das capturas à nossa comunidade piscatória.

Assim, para garantir uma maior rentabilidade e sustentabilidade a longo prazo na pesca comercial, devemos reforçar as zonas de proteção à pequena pesca artesanal, num processo de diálogo e de colaboração com as associações do setor e com as nossas instituições de investigação marinha.

Nesta legislatura teremos de assegurar um maior desenvolvimento sustentável das nossas comunidades mais dependentes da pesca. Assim, pretendemos melhorar a qualidade de vida das nossas gentes, o que terá de passar pela diversificação das suas atividades económicas e sociais tradicionais.

No âmbito da valorização comercial do pescado, iremos continuar com a dinamização da venda do atum patudo diretamente para embarcações de exportação, com a consequente duplicação do valor desta espécie em primeira venda.

Promoveremos a gestão partilhada do setor com todos os que fazem parte integrante da fileira da pesca, dando mais responsabilidade às associações de pescadores e outros interlocutores relevantes.

A atividade agrícola na Região constitui um fator determinante para o rendimento da população, sendo o setor chave da economia açoriana.

O setor agrícola tem revelado ao longo dos últimos anos uma relativa estabilidade na produção, a que se podem associar algumas tendências de sinal positivo, nomeadamente a modernização e reestruturação da estrutura produtiva.

O desenvolvimento da agricultura e o incremento da sua competitividade exigem um esforço de todos os agentes envolvidos, agricultores e suas organizações, bem como das entidades oficiais, na melhoria das condições de produção e na garantia do seu escoamento.

Também, num quadro cada vez mais globalizante e exigente, é necessário criar mecanismos que incentivem a introdução ou manutenção de práticas agrícolas e

modos de produção, promotores da proteção da biodiversidade e de sistemas de alto valor natural e paisagístico.

O regime de quotas, embora limitante para a capacidade produtiva regional, protege a sustentabilidade da produção leiteira, fortemente condicionada pela pequena dimensão territorial e pelo distanciamento em relação aos principais mercados.

Com o desmantelamento do sistema de quotas previsto para 2015, o cenário que se vislumbra remete para o abandono da produção nos países e territórios onde é menos competitiva, constituindo uma oportunidade para a colocação de produtos com níveis de rentabilidade superiores.

Para os Açores é necessário adotar uma série de medidas e estratégias que possam garantir a capacidade produtiva e a sustentabilidade da produção leiteira conducente a um regime de exceção.

Daí que, no quadro das medidas específicas para as Regiões Ultraperiféricas, é importante conseguir flexibilizar a definição e gestão dos limites administrativos impostos às produções tradicionais, permitindo o desenvolvimento das produções agropecuárias onde essas regiões têm efetivas vantagens comparativas, até ao limite da sua sustentabilidade ambiental e dos seus recursos.

Pela parte do Governo dos Açores mantém-se a defesa do regime de quotas leiteiras...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... em toda a União Europeia e o aprofundamento das políticas visando reforço da competitividade e sustentabilidade da fileira do leite açoriana.

O anúncio da abertura do mercado europeu aos países do MERCOSUL pelo Comissário do Comercio representa motivo de grande preocupação para a agricultura açoriana, nomeadamente para os produtores de carne, que a comercializam, na quase totalidade, no continente Português. A abertura do mercado à carne do MERCOSUL, com custos muito mais baixos e sem garantia dos critérios de rastreabilidade e exigências de alimentação animal existentes na EU, pode representar na circunstância de agravamento da viabilidade e sustentabilidade da produção de carne nos Açores. Assim sendo, o Governo

Regional dos Açores defende que é imperioso estudar os impactos que tal decisão representará para os produtores de carne dos Açores e, em consequência, que sejam adotadas as medidas de apoio e de compensação aos produtores açorianos.

Sem descurar o setor pecuário como setor tradicional da economia Açoriana, é imperioso apostar na **diversificação da produção** como forma de rentabilizar a atividade agrícola e torná-la menos exposto aos riscos das alterações de mercado.

Neste sentido é necessário continuar a apostar na revitalização das produções tradicionais, bem como nas produções das quais a Região é deficitária.

Para a fortificação do setor agrícola da Região, muito tem contribuído os apoios no âmbito da Política Agrícola Comum nos seus sucessivos Quadros Comunitários de Apoio.

No período 2007-2013, a Região beneficiou de apoios comunitários, através do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores (PRORURAL) e do programa POSEI, dois importantes instrumentos financeiros que contribuem para a modernização, desenvolvimento e sustentabilidade da agricultura dos Açores.

O novo ciclo de programação política da União Europeia está, à partida, condicionado por um contexto económico e social difícil, em que a retoma do crescimento e do emprego, a consolidação das finanças públicas e a defesa do euro são objetivos prioritários. É previsível que as Perspetivas Financeiras a aprovar para o próximo período (2014-2020), pelo Conselho e Parlamento Europeu, sob proposta da Comissão, conformem a esse nível as grandes linhas de atuação das prioridades e políticas europeias – enquadradas com a Estratégia Europa 2020 aprovada – numa discussão e negociação a decorrer em simultâneo com a discussão sobre o Futuro da PAC pós 2013.

No novo período de programação, consideramos fundamental não só manter, mas também reforçar e melhorar a adaptação das medidas de apoio previstas no âmbito do desenvolvimento rural e POSEI, preservando a coerência com as medidas de política regional.

A Região acompanha a negociação do “dossier” da Política Agrícola Comum, defendendo para o período pós 2013, o seguinte:

Manutenção da PAC como uma política verdadeiramente comum, com meios suficientes e programas regionais, adaptados às especificidades de cada região.

Manutenção do programa POSEI.

Manutenção das derrogações estruturais concedidas às regiões ultraperiféricas, permitindo a discriminação positiva com taxas de cofinanciamento e apoio superiores nessas regiões.

Reforço da competitividade da agricultura açoriana.

Proteção da produção leiteira regional através da manutenção do regime comunitário das quotas leiteiras após 2015 ou por mecanismos compensatórios, no caso da sua supressão.

Facilitação do acesso aos apoios disponíveis, simplificando os procedimentos administrativos.

Criação de mecanismos para que o aumento da produção contribua para fazer face ao aumento da procura global de alimentos.

Pugnar por uma agricultura sustentável, que privilegie a preservação do ambiente, a qualidade dos alimentos e a saúde dos consumidores.

Contribuir para atenuar os efeitos das alterações climáticas.

O Governo dos Açores pretende que a aplicação à Região dos mecanismos resultantes da reforma da política agrícola comum em curso tenha um impacto significativo na economia em todo o território rural, em termos de padrões de produção agrícola, de métodos de gestão do espaço rural, de emprego e das condições sociais e económicas, nas zonas rurais.

A floresta açoriana ocupa cerca de 71 000 hectares, isto é, 31% do nosso território insular.

É usualmente reconhecida a grande importância dos espaços florestais ao nível do ordenamento do território, por constituírem um elemento estruturante da paisagem, pelo papel que desempenham ao nível da proteção dos solos e dos recursos hídricos, bem como ao nível da conservação da biodiversidade, com especial destaque, neste caso, para as florestas nativas.

Não obstante o importante papel da floresta com funções de conservação e lazer, a fileira florestal deverá reforçar a sua componente económica, numa perspetiva de

compatibilização com a conservação dos recursos naturais, fomentando o alargamento e ordenamento das áreas florestais, a organização da fileira e o associativismo, a diversificação das espécies utilizadas, a inovação e o desenvolvimento de novos produtos, técnicas e modos de produção, procurando o acesso a novos mercados.

Especial ênfase será colocado na elaboração do Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) que, sendo um instrumento de política setorial, estabelece as normas específicas de utilização e exploração florestal.

O PROF desenvolve as opções e os objetivos da Estratégia Regional para as Florestas, define as respetivas normas de execução, a expressão territorial da política florestal regional e deverá estar articulado com os demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis.

Nas áreas públicas, até agora preservadas como reservas estratégicas de material lenhoso, urge proceder ao rejuvenescimento dos povoamentos, de forma sustentável, através da implementação de Planos de Gestão Florestal, com a conseqüente reconversão em termos de ocupação cultural e de reordenamento dos espaços explorados.

Atualmente, a fidelização dos mercados internacionais, no que respeita ao comércio de produtos florestais, exige a ostentação do “Eco-rótulo” da Certificação da Gestão Florestal Sustentável. Pretende a Secretaria Regional dos Recursos Naturais obter em 2013 o primeiro Certificado de Gestão Florestal Sustentável para os Açores, através da certificação da área florestal do Núcleo Florestal da Achadinha, em São Miguel.

A criação da marca “Criptoméria dos Açores” constituiu um importante passo para a divulgação de um produto regional de qualidade, que apresenta uma identidade e características singulares.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é um momento particular na vida da Região Autónoma dos Açores. As dificuldades com que nos defrontamos, em vez de inibir a economia, deverão motivar o desenvolvimento com base nos fatores de maior potencial, concentrando

os esforços no que for claramente viável e reprodutivo, mas sem esquecer que os novos caminhos apenas podem ser encontrados se, de facto, os procurarmos.

Disse!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Tem a palavra a o Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário dos Recursos Naturais, eu gostava de lhe fazer uma pergunta.

É certo que foi feito um grande investimento nas estruturas de apoio à agricultura e também na melhoria do rendimento dos agricultores. Isso é bem visível em todas as ilhas. No entanto, todos nós sabemos que, e temos essa humildade, não estará tudo feito.

Neste momento, falta construir, ou falta completar, a rede de abate nas nossas ilhas. É o caso do matadouro da Graciosa, do matadouro do Faial e também da segunda fase do matadouro de S. Jorge.

Embora não estejamos aqui em sede de Orçamento e do Plano, eu gostaria, se fosse possível, que o Sr. Secretário me respondesse quais são os seus planos ou os planos do Governo para estas três importantes estruturas para a agricultura das nossas ilhas.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais, antes de mais, gostaria de lhe apresentar os meus cumprimentos pessoais e desejar muito sucesso na complexa tarefa que sei que tem pela frente.

Muito telegraficamente, gostava de lhe colocar uma questão.

Os sessenta lavradores que entregam leite na Lacto-Pico agonizam; não recebem o produto do seu trabalho há mais de seis meses.

Sei que Vossa Excelência teve, na semana passada, uma reunião com os dirigentes desta cooperativa e que reafirmou que a solução para a crise profunda que atravessa esta cooperativa, e para a sustentabilidade futura da própria, passa por um acordo tripartido que envolve o Governo Regional.

Gostava de perguntar, assim, em que termos é que o Governo Regional se envolve neste compromisso?

Muito obrigado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou, agora, a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra, se faz favor.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero saudar o Sr. Secretário Regional, desejar-lhe votos dos maiores sucessos.

A pasta que Vossa Excelência tutela tem várias áreas e eu, face ao tempo escasso que me resta, vou apenas dedicar algumas questões ao ambiente. E o ambiente, mais do que o seu novo lugar na orgânica do Governo, parece ter definitivamente perdido peso e importância.

A continuação das políticas erradas e as contradições do Programa do Governo mostram claramente essa realidade. Assim é com o abandono do tão propagandeado plano contra a flora invasora, agora substituído por um novo plano – ainda desconhecido – página 70 –, mas que parece que se chamará “Anti invasora”.

Isto é um reconhecimento de um falhanço ou apenas uma nova designação? E assim é também com a atitude bipolar perante a criptoméria, que é considerada invasora – na página 69 –, mas que já constitui um ativo da economia rural regional – na página 162 – do mesmo Plano.

(Aparte inaudível do Deputado José San-Bento)

O Orador: Tomem atenção! Esperemos que não ponham os vigilantes da natureza atrás dos funcionários do Serviço de Desenvolvimento Agrário a arrancar as criptomérias que estes acabaram de plantar, nem vice-versa.

E sobre a confusão lançada no Serviço de Ambiente com a criação da Azorina sobre as sobreposições e duplicações de competências, no Plano pouco mais nos é dito do que a vontade de tornar a fiscalização da Inspeção Regional do Ambiente, tão remota quanto possível – página 58 –, talvez para que não perturbe muito os atentados ao ambiente.

Vai continuar com o modelo de gestão da natureza açoriana baseada na Azorina?

Qual é, afinal, o papel dos parques de ilha?

Está o Governo disponível para reavaliar os efeitos das alterações que foram introduzidas na gestão do ambiente?

Mas as contradições são mais fundas e mais graves.

Como é que se concilia a proteção das lagoas da ilha de São Miguel, designadamente das Furnas, com o empreendimento hidro elétrico reversível que a EDA pretende instalar na Lagoa das Furnas?

Como é que se concilia a defesa do ambiente com a instalação de uma incineradora de lixos, que, atrás de um nome sonoro de “Valorização Energética de Resíduos” – página 65 –, pretende criar um gravíssimo e perigosíssimo foco de poluição e mesmo de saúde pública?

Como é que se quer promover o destino Açores com base na sua excelência ambiental, enquanto o Governo mantém a velha e a errada aposta nos campos de golfe – página 150?

Recordo que recentemente foi chumbada uma proposta do PCP...

Presidente: Sr. Deputado, agradeça que terminasse.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

... para abandonar definitivamente a construção de um campo de golfe em Santa Maria.

Mantém o Governo a intenção de levar por diante esse desastre ambiental ou vai, em definitivo, cancelá-lo?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Maciel.

(*) **Deputado Luís Maciel (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e sendo esta a minha primeira intervenção nesta Assembleia, gostaria de felicitar e saudar a Sra. Presidente da Assembleia pela sua eleição, bem como a respetiva Mesa, desejando-lhes os maiores sucessos no desempenho das suas funções.

Gostaria, igualmente, de saudar e felicitar as Sras. e os Srs. Deputados, bem como o Sr. Presidente do Governo e a Sra. e os Srs. Membros do Governo, desejando felicidades a todos no desempenho dos respetivos cargos.

Em relação à intervenção do Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais, devo dizer que é com satisfação que verifico que está delineada uma estratégia adequada à nossa realidade e à atual conjuntura em que vivemos, sendo esta a melhor forma de acautelar e valorizar este importante setor da economia açoriana.

Efetivamente, a defesa das produções agrícolas regionais terá que passar pela valorização e diferenciação dos nossos produtos, quer ao nível das fileiras tradicionais da carne e do leite, quer através da diversificação e aposta em novas produções.

Isso permitirá, por um lado, aumentar a nossa capacidade exportadora e, por outro, diminuir as nossas importações através do incremento do consumo interno da nossa produção. Desta forma será mais fácil garantir um incremento do rendimento dos nossos produtores e a sustentabilidade das nossas agroindústrias.

Essa valorização e essa diferenciação da nossa produção terão de passar pela associação da marca Açores a modos de produção naturais e ambientalmente sustentáveis.

Também fundamental para a valorização da nossa produção, no caso dos produtos de origem animal, será a melhoria do estatuto sanitário dos nossos efetivos pecuários e o respeito pelas normas de bem-estar animal, que permitam associar a marca Açores a produtos de excelência e alto valor acrescentado.

Tendo o Governo Regional criado o plano global de sanidade animal, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais o que pretende fazer o Governo Regional no âmbito da melhoria do estatuto sanitário dos efetivos pecuários da região?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem, agora, a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Sras. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Sras. Membros do Governo:

Sr. Secretário, em primeiro lugar, felicita-lo pelas novas funções que vai desempenhar, e desejar-lhe os maiores sucessos.

Gostaria, aqui, de lhe dizer que o património ambiental dos Açores constitui um ativo muito importante, não só para o bem-estar dos que vivem cá, mas também como fator gerador de recursos. E as Flores são um caso particular dentro da generalidade dos Açores. E reconhecendo e valorizando o trabalho que foi feito até agora, sobretudo no processamento de resíduos e tratamento desses mesmos resíduos, gostaria de dizer também que ainda existem alguns problemas, designadamente as duas lixeiras a céu aberto, cuja selagem se torna urgente.

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se já estão a ser tomadas medidas neste sentido e quais são essas medidas e, se ainda não estão, para quando essas medidas, no sentido de selar as lixeiras a céu aberto das Flores?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues.

(*) **Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por desejar a todos o maior sucesso no exercício das suas funções, pois isso significará o sucesso dos Açores.

Queria também congratular o Sr. Secretário Regional pela intervenção que fez e referir que, contrariamente àquilo que foi afirmado pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, que, certamente, não entendeu o sentido da intervenção do Sr. Secretário Regional, aquilo a que assistimos...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas que chatice!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... foi à assunção, pelo Sr. Secretário Regional, da transversalidade da questão ambiental e, de facto, naquilo que são áreas da sua tutela...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Entendi muito bem! Eu sei que isto dói!

A Oradora: ... e, nomeadamente, áreas de elevada importância económica para a região, como é o caso das pescas e da agricultura, o Sr. Secretário foi muito firme ao afirmar que o desenvolvimento dessas atividades se tem que fazer num contexto de sustentabilidade ambiental.

Penso que o Sr. Deputado...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Explique-me as criptomérias!

A Oradora: ... também se deteve muito na denominação dos programas e pouco no conteúdo e no impacto dos mesmos para a nossa região.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Só assim se compreende que o senhor não tenha depreendido a importância que tem a questão do combate às espécies invasoras na região.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito mal!

A Oradora: E essa matéria é assumida no Programa do Governo e foi também destacada na intervenção do Sr. Secretário Regional.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Secretário não tem culpa!

A Oradora: Eu percebo que a minha intervenção o incomode,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não incomoda! Eu não tenho é tempo para responder!

A Oradora: ... porque estou a desmontar as afirmações que fez,...

Presidente: Sr. Deputado! Sr. Deputado!

A Oradora: ... mas, de qualquer forma, prosseguindo,...

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que deixe a Sra. Deputada terminar.

A Oradora: ... o mesmo acontece relativamente às referências que o senhor fez em relação aos parques de ilha.

Um dos princípios que está - e muito bem - neste Programa de Governo é o reforço e a consolidação das nossas áreas protegidas, que sabemos muito bem que estão integradas nos Parques Naturais de Ilha.

De igual modo, a gestão dos parques e a potenciação dessa gestão é também assumida no Programa de Governo e, portanto, eu não entendo as questões que o Sr. Deputado coloca.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas isso é um problema seu, Sra. Deputada!

A Oradora: Relativamente à questão da valorização energética, ela já foi aqui discutida anteriormente.

Os Açores continuarão a ser uma região de excelência ambiental.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Outra questão é nós decidirmos o que é que queremos fazer com uma estrutura...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Incineradoras, campos de golfe!

A Oradora: ... de valorização energética que respeitará os princípios da hierarquia de gestão de resíduos, respeitará as metas de reciclagem e de reutilização.

Sr. Deputado,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Uma inundação de lixo!

A Oradora: ... todos nós sabemos que há resíduos que não são suscetíveis de reciclagem nem de reutilização.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A senhora está a defender o indefensável!

A Oradora: E a questão é o que é que nós queremos fazer com esses resíduos.

Eu já percebi que o Sr. Deputado prefere enterrá-los num aterro ou exportá-los. Não é essa a nossa opção e não foi essa a opção assumida nesta Câmara, na legislatura passada, quando aprovou o Regime Regional de Gestão de Resíduos.

Obrigada.

Deputadas Graça Silva e Catarina Moniz Furtado, e Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Borges.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Excelentíssimo Sr. Presidente do Governo Regional, Excelentíssimos Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Esta é a minha primeira intervenção, portanto, gostaria também de desejar que todos nós possamos, nos próximos quatro anos, contribuir para um aumento da sustentabilidade nos Açores.

Os Açores, como todos nós sabemos, são um dos arquipélagos da Macaronésia com maior biodiversidade e com (em muitos aspetos) um ambiente muito saudável, o que atrai muitos turistas para a nossa região.

Também sabemos que temos uma série de serviços dos ecossistemas, que são fundamentais ser mantidos. Gostaria de realçar a produção de alimento, e aí a agricultura sustentável é fundamental. Temos uma das agriculturas menos intensivas da Europa.

Também gostaria de salientar o facto de termos algumas das zonas naturais mais selvagens da Europa: a Caldeira da Serra de Santa Bárbara é, sem dúvida, um exemplo disso.

Gostaria também de realçar que o sistema de parques de ilha que temos implementado nos Açores é dos mais inovadores da Europa e também da Macaronésia.

No entanto, é claro que temos alguns problemas ambientais em termos de conservação da biodiversidade, e um dos mais importantes e reconhecido, não só em ilhas, mas na Europa e no mundo inteiro, é a questão das plantas invasoras, que foi aqui já identificado há pouco.

Nesse sentido, neste momento, existem programas europeus de investigação abertos para a investigação na questão das plantas invasoras, e a Universidade dos Açores é uma das instituições líderes nessa investigação.

Eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário qual é, na prática, a sua visão para uma maior agressividade no combate às plantas invasoras, tendo em atenção que nós devemos considerar um novo conceito ecológico, que é o conceito de “ilhas de emergência ecológica”?

Eu gostaria de introduzir aqui esse conceito e realçar cinco ilhas dos Açores que devem ter uma particular incidência no investimento para o combate às plantas invasoras: por um lado, as ilhas das Flores, de Santa Maria e de São Miguel têm já níveis preocupantes de invasão biológica e, por outro lado, as ilhas da Terceira e Pico, que são as ilhas mais bem preservadas dos Açores em termos de algum do seu património natural, nas quais urge um investimento rápido para impedir o avanço das plantas invasoras em algumas zonas críticas.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem, agora, a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais, por escassez de tempo, três perguntas diretas, uma, aliás, já foi feita, mas eu insisto nela e pergunto-lhe se o Sr. Secretário está, de facto, na disposição de deitar para o caixote do lixo todo o caminho que já percorremos nesta região, e bem, na política dos três R – reduzir, reutilizar e reciclar –, transformando os Açores num importador de lixo para garantir a manutenção, não de uma, mas das duas incineradoras que estão previstas para esta região, uma em S. Miguel, outra na Terceira?

Segunda pergunta: como vai resolver a evidente contradição que nós encontramos neste programa, no que diz respeito às cotas leiteiras?

É que o programa, quanto a nós, diz qualquer coisa como isto: “vamos defender as cotas, mas na realidade já as perdemos”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há 4 anos!

A Oradora: E, portanto, a pergunta que lhe faço é se vamos passar a fazer queijo de São Jorge com leite holandês ou dinamarquês e o que é que vai fazer de concreto nesta matéria?

Vai, por exemplo, exigir à Ministra da Agricultura que não assine a reforma da PAC, enquanto os nossos produtores não forem objetivamente defendidos através de uma cláusula de exceção para esta região ou não?

E quanto às pescas, Sr. Secretário, vai finalmente transformar o Fundo Pesca numa medida de verdadeiro apoio aos pescadores, inscrevendo na letra de lei o seu montante e o momento da sua atribuição ou vai continuar a usá-lo como foi feito durante os últimos quatro anos como uma mera chantagem sobre esses profissionais?

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Prescindo.

Presidente: Prescinde.

O Sr. Deputado Aníbal Pires tinha pedido a palavra, mas esgotou o seu tempo.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Já não tenho tempo, Sra. Presidente?

Presidente: Já não tem tempo, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Foi a chamada intervenção de circunstância!

Presidente: Tínhamos ainda aqui inscrito o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional dos Recursos Naturais, em primeiro lugar, quero desejar-lhe o maior sucesso nestas suas novas funções e nesta missão que tem pela frente,

ao assumir a Secretaria Regional com as competências que a compõem neste momento.

Quero dar-lhe também os parabéns pela forma clara, precisa, com objetivos delineados e estratégicos que referiu para os setores da sua competência, muito em particular para a área agrícola regional.

De facto, a agricultura é uma área transversal e fundamental para os Açores e nós revemos, neste programa e nas suas palavras, que continuará a merecer toda a atenção do Governo Regional. E isto numa estratégia que aproveitará tudo aquilo que de bom foi feito nos últimos dezasseis anos, na região, no setor agrícola, desde logo ao nível da sua infraestruturção, em todo o setor do leite, em todo o setor da carne, que, de certa forma, nos permitem dizer que o futuro, apesar de difícil e com os desafios que se apresentam, é um futuro que nós iremos conseguir levar a bom porto nestas áreas.

Tinha aqui, no entanto, duas questões para colocar.

Como sabe (e queria daqui mandar um abraço a todas as associações, cooperativas, todas as organizações de produtores da região) este ano comemora-se o Ano Internacional do Cooperativismo e, na região, muita da agricultura assenta no papel que estas organizações têm e desenvolvem. Daí a questão que lhe gostava de perguntar: qual o papel que a Secretaria e o Governo preveem que irão desempenhar estas organizações no desenvolvimento agrícola regional?

Relativamente ao aproveitamento também de todo o trabalho que foi feito (e foi feito um trabalho enorme ao nível da carne, da rede regional de abate, que inverteu por completo a forma de comercializar gado bovino nesta região estando em fase final todas as questões relacionadas com os investimentos físicos e infraestruturas), há uma nova fase que se prevê, e o programa também para isso aponta, de desenvolvimento para o setor, tanto fruto destes investimentos dos últimos anos, como penso que será evidente para todos nesta área. Que estratégia será implementada de forma a dar mais valor a este produto?

Para já, eram as questões que tinha para lhe colocar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Borges.

(*) **Deputado Paulo Borges (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à questão colocada pelo Deputado do PCP no que concerne a criptoméria, eu penso que pode haver aqui uma questão técnica que tem a ver com o facto de, por um lado, haver zonas em que a criptoméria está situada junto a zonas naturais, e aí será desejável a sua gestão adequada para, em confronto com a preferência de reflorestação por plantas endémicas...

Isso já está a acontecer em algumas zonas, como no Pico da Vara, no caso do Projeto do Priolo e em outras zonas, como em Santa Maria.

Por outro lado, existem zonas onde a criptoméria já é uma dominante na paisagem, e aí é usada como fator de produção, penso eu. Portanto, pode haver essa confusão,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): A confusão é vossa!

O Orador: ... eventualmente, que não é confusão, mas são apenas opções de uso no território.

Por outro lado, gostaria agora de realçar um aspeto técnico,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não sei o que é que os vigilantes da natureza vão fazer!

O Orador: ... que é o facto de estudos recentes da Universidade dos Açores indicarem que, em zonas onde as matas de criptoméria estão adequadamente localizadas, essas podem servir como corredor ecológico para algumas espécies nativas de inseto, que usam a floresta em situações onde já não é possível ter outro tipo de cobertura florestal.

Obrigado.

Vice-presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Já aprendeu alguma coisa hoje, Sr. Deputado!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para prestar esclarecimentos, tem, então, a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional dos Recursos Naturais (Luís Viveiros):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e demais Membros do Governo:

Tenho, de facto, aqui uma panóplia de questões que vou tentar resumir de forma a poder satisfazer todas as vossas perguntas.

Começaria pela ordem em que as questões foram colocadas.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado José Ávila sobre a Rede Regional de Abate, de facto, esta tem evoluído no bom sentido. Temos, hoje em dia, na região, estruturas modernas, que são capazes de dar resposta às necessidades dos agricultores e da fileira da carne, em algumas das nossas ilhas.

Relativamente às questões que colocou em concreto, os matadouros da Graciosa e do Faial têm já os seus projetos concluídos e em condições de poderem ser colocados em concurso. Certamente será tratado na nossa próxima reunião de Plenário, aquando da discussão do Plano e do Orçamento, mas a nossa intenção é desenvolver estes projetos na Graciosa e no Faial, tal e qual estava previsto na anterior legislatura.

O matadouro de São Jorge tem a sua primeira fase concluída e, naturalmente, iremos avançar para a segunda fase da sua realização.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem de ser audível a sua intervenção!

O Orador: O problema que o Deputado Cláudio Lopes colocou relativamente à Lacto-Pico é, de facto, um problema que nos merece uma atenção muito especial, dada a componente social que envolve e o número de produtores de leite que têm, infelizmente, visto as suas condições de vida atravessarem problemas significativos.

De facto, já tive oportunidade de reunir com a Direção da Lacto-Pico e já lhes foi transmitido aquilo que será a estratégia do Governo. Isto é, a contínua injeção de verbas numa estrutura atual não se tem mostrado eficiente, porque, como sabe, a fábrica enferma de alguns problemas que não tornam viável a sua laboração.

O que está proposto é redigir-se, estabelecer-se um protocolo, um acordo tripartido entre o Governo Regional, a Lacto-Pico, a Direção da Lacto-Pico e os produtores no sentido de se encontrar uma estratégia que consiga estabelecer um modo de produção sustentável. Ou seja, não é mais possível continuar, a cada ano que passa, a transferir verbas, de alguma forma avultadas, para aquela empresa e não se resolver o problema de fundo, que é reestruturar a fábrica, tornando-a competitiva.

Para isso, teremos de obter um acordo entre os produtores, o Governo Regional e a Lacto-Pico, no sentido de se encontrar uma estratégia renovadora da fábrica, com a colaboração dos produtores, porque há também problemas de custo de produção de leite e do seu peso na estrutura de custos da fábrica e em que o Governo Regional aparecerá como moderador e como garante na pesquisa de financiamentos necessários ao desenvolvimento deste projeto.

Permita-me o Deputado Aníbal Pires de discordar com o facto de considerar que o ambiente perdeu protagonismo. Eu penso que não perdeu, poderá, sim, tê-lo ganho, porque ficam os assuntos a ser tratados com uma abrangência bastante maior, de uma forma sustentável, criando políticas de equilíbrio entre aquilo que é a atividade agrícola e pecuária, de facto, as mais importantes necessidades da nossa economia, e a preservação do ambiente, que é uma área que a todos nos deve preocupar no desenvolvimento das nossas ilhas.

O combate das invasoras e a questão das criptomérias, penso que também já foi aqui abordado, mas de qualquer forma queria referir que a intenção deste Governo relativamente às invasoras é continuar o seu combate, particularmente nas ilhas em que elas se apresentam como um problema de maior gravidade. Para isso, faremos uma sensibilização e um envolvimento das autarquias, das câmaras municipais e juntas de freguesia, dos serviços cooperativos dos vários departamentos do Governo ligados a estas matérias, designadamente na área florestal e na área do ambiente, no sentido de se encontrarem sinergias que consigam, pelo menos, não combater na totalidade (como deve calcular, não é uma meta possível), mas, pelo menos, minimizar o seu efeito, combatendo-o dia a dia.

Relativamente à questão da incineradora – como chamaram –, aproveitava para responder também em simultâneo à Deputada Zuraida Soares.

Permitam-me retificar, não se trata de uma incineradora de resíduos, trata-se, sim, de um sistema de valorização de resíduos, usando-os na produção de energia.

Penso que também o assunto já foi claramente referenciado, portanto, pretendemos, sim, em cooperação com as autarquias (como sabem, são projetos das autarquias que o Governo estará atento ao seu desenvolvimento e proporcionará as cautelas necessárias a eventuais efeitos adversos que possam ter),

mas aquilo que está aqui em causa é, de facto, valorizar os resíduos que não podem ser reciclados, tornando-os numa fonte de energia que será, depois, consumida na nossa região.

Não tem sentido estarmos a exportar lixo para o exterior, podendo aproveitá-lo e transformá-lo em energia que enriquecerá as nossas redes.

O campo de golfe de Santa Maria é uma opção do Governo. Naturalmente, terá a sua precursão normal dentro daquilo que está previsto.

Relativamente ao estatuto sanitário da região, e dando satisfação às questões colocadas pelo Deputado Luís Maciel, é, de facto, uma área que nos orgulha.

Os trabalhos que os governos anteriores, os departamentos de veterinária dos governos anteriores, desenvolveram em todas as ilhas da nossa região têm tido, de facto, resultados exemplares. Temos, neste momento, um estatuto sanitário de excelência relativamente às principais doenças de declaração obrigatória.

Refiro-me concretamente à brucelose bovina, que há alguns anos a esta parte era um problema de enorme gravidade, poderia condicionar a exportação de produtos oriundos da produção de carne e também da produção leiteira. Felizmente, fruto de uma estratégia consertada com os agricultores, com as suas associações e com um envolvimento profundo dos serviços de veterinária da administração pública, conseguimos já erradicar a brucelose em seis das nove ilhas da região, que são consideradas oficialmente indemnes. Apenas São Miguel, Terceira e São Jorge têm níveis residuais da doença, particularmente em São Miguel, porque em São Jorge e na Terceira praticamente já não há abate de animais “brucélicos” há cerca de dois ou três anos. Estamos numa fase final de conseguirmos também idêntica situação em São Miguel, no sentido de caminharmos para a erradicação desta doença.

A brucelose ovina, dos pequenos ruminantes, está erradicada - a brucelose *melitensis* - há algum tempo. Estamos a ter particular atenção à para-tuberculose e à tuberculose e às doenças de produção, designadamente BVD e IBR. O Governo apoia os produtores no processamento das análises tendentes à identificação da doença nos rebanhos, mas só com o apoio dos próprios produtores, que terão de intervir ao nível da vacinação nas suas próprias explorações, será possível, de facto, termos sucesso.

Relativamente às questões colocadas no que concerne as lixeiras das Flores, vão ser lançados concursos para se proceder à selagem destas lixeiras, conforme também penso que estava já previsto na legislatura anterior.

As questões colocadas pelo Deputado Paulo Borges, penso que também já me referi. Relativamente ao combate das invasoras, há, de facto, ilhas em que o problema tem maior peso e outras em que esse processo e essa luta, estão um pouco mais avançados. Daremos a atenção adequada, tanto numa e noutra situação, envolvendo, como disse, autarquias, juntas de freguesia, câmaras, serviços operativos do Governo, no sentido de se combater este flagelo das nossas ilhas, tornando essas áreas atualmente ocupadas por infestantes e por invasoras em áreas de produção real.

A questão das cotas leiteiras é, de facto, um problema que nos preocupa. É um problema que já vem sendo discutido há longa data. A intenção é continuar o combate, sabendo que é uma luta difícil, mas continuar o combate no sentido de podermos, até ao último minuto, tentar que o regime não seja desmantelado. Na eventualidade provável de isso acontecer, teremos, naturalmente, de encontrar formas de compensação, no âmbito do POSEI.

Como sabe, as negociações terminaram. Há uma cláusula que refere que em 2015 e em cada cinco anos subsequentes a comissão se obriga a rever e a legislar no sentido de poder encontrar formas de compensação para os agricultores, e é nessa base que a atuação do Governo se irá centrar.

A questão do Fundo de Pescas. O Fundo de Pescas tem as suas regras próprias atualmente. São passíveis, naturalmente, de serem revistas, no sentido de podermos encontrar soluções mais adequadas. Iremos, certamente, proceder a este processo, sendo certo que terão de ser envolvidas todas as partes interessadas, e se for, de facto, encontrado um entendimento que melhor satisfaça as pretensões dos nossos pescadores, certamente, terá a atenção adequada e poderá ser, eventualmente, revisto.

Finalmente, a questão colocada pelo Deputado Duarte Moreira relativamente à importância da agricultura dos Açores. Nunca é demais referir esse desiderato. É, de facto, a atividade económica mais importante da nossa região e que lhe dá mais

sustentabilidade. Tem tido uma evolução de todos os seus indicadores num sentido extremamente positivo em termos de crescimento de produção, de reestruturação do setor, de infraestruturas que tenham surgido nas várias ilhas. Os governos anteriores deram grande atenção a esta área, como não poderia deixar de ser e, de facto, podemos-nos regozijar todos, atualmente, da estrutura produtiva que temos, da estrutura das nossas explorações e da motivação dos produtores no sentido de contribuírem para a economia desta região, como tem sido apanágio nos últimos anos, de forma decisiva.

Sem agricultores e sem cooperativas e sem associações em perfeita cooperação, em perfeito entendimento com as políticas da Secretaria Regional, nesta legislatura, dos Recursos Naturais, nas suas componentes agrícola e pecuária, não haverá certamente a evolução que pretendemos.

Tem sido a postura dos últimos governos e das estruturas ligadas à agricultura e à pecuária dos mesmos, e é nesse entendimento, nessa partilha de preocupações,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: ... nessa partilha de objetivos e de projetos com as associações agrícolas, com as cooperativas que pretendemos prosseguir.

Entendemos que é a forma mais adequada de envolver todas as pessoas que trabalham neste setor, nas fileiras B, da carne, da diversificação, no sentido de podermos ter proveitos que promovam o crescimento da nossa economia.

Relativamente à produção de carne, é, de facto, estratégica. Em algumas das ilhas da nossa região é fundamental. Tem um papel preponderante na sua componente agrícola, refiro-me concretamente às ilhas de Santa Maria, do Pico, das Flores, parte do Faial também. Pretendemos implementar as iniciativas que se têm tido, envolver, obviamente, também os produtores e as suas associações do setor do desenvolvimento destas matérias.

Na área da carne, pretendemos desenvolver núcleos de raças puras que permitam melhorar o desempenho dos rebanhos, no sentido de produção de carne de mais qualidade, com mais precocidade e com maior valorização comercial.

No âmbito da comercialização dos produtos desta fileira, atuar junto dos mercados para onde exportamos, no sentido de valorizarmos a nossa imagem, valorizarmos a

qualidade da carne, tendo também em conta a carne do ICP e a carne, de um modo geral, dos Açores, com uma marca de carne produzida em zonas ambientalmente puras, ambientalmente sãs e com valor comercial de excelência.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Não havendo mais inscrições para este período de esclarecimentos, dou a palavra ao Sr. Deputado Duarte Moreira para uma intervenção.

Deputado Duarte Moreira (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta minha primeira intervenção da X Legislatura, quero começar por cumprimentar e saudar Vossa Excelência, Sra. Presidente da Assembleia, desejando o maior sucesso nestas suas novas funções, saudar e cumprimentar todas as Sras. e Srs. Deputados, em particular aqueles que agora iniciam funções, fazendo votos que esta Legislatura, legitimada pelos Açorianos em outubro passado, corresponda às suas aspirações, numa época em que defrontamos enormes desafios ao nosso desenvolvimento.

Saúdo também V. Exa., Senhor Presidente do Governo, bem como todos os membros que consigo compõem o XI Governo da Região Autónoma dos Açores, fazendo votos do maior sucesso, porque isso quererá também dizer que os Açores atravessarão com sucesso os próximos 4 anos.

No início desta X Legislatura, saúdo todos os Açorianos e, muito em particular, todos aqueles que se dedicam ao setor agropecuário.

Faço-o pela mais elementar justiça, uma vez que é através do seu trabalho, do seu empenho e profissionalismo, que este setor tem vindo a contribuir de uma forma muito significativa para a economia regional, mas também pela importância transversal a todos os setores da atividade económica e social, para a manutenção da nossa cultura, da nossa paisagem e para a qualidade ambiental que se vive na Região.

Os agricultores são, por isso e por muito mais, autênticos “provedores” da qualidade de vida regional.

Os agricultores, cada vez mais transformados em empresários, assumem assim uma importância central nos Açores, como central é a sua agricultura.

Nos últimos anos, muito graças ao investimento e trabalho dos empresários agrícolas apoiados por uma política regional de infraestruturização e modernização do setor permitiram que este seja, hoje, um alicerce da nossa autonomia, como se pode constatar pela:

- Dinâmica social e empresarial que representa (não só ao nível da produção, mas também nas áreas da transformação e da comercialização que desenvolve a jusante e a montante).
- Integração de jovens que assegura (nas candidaturas POSEI, cerca de 27% dos pedidos de apoio são apresentados por Jovens Agricultores – 6 vezes mais que no continente).
- Contribuição para a estabilidade social e económica (apesar das dificuldades que os mercados representam para as pequenas economias, e muito mais neste tempo em que o poder de compra está a ser drasticamente reduzido, a nossa agricultura não contribui para o desemprego. Pelo contrário, tem contribuído para a criação de emprego, em particular nas áreas da diversificação).
- Criação de riqueza (há crescimentos de produções em todos os setores da atividade produtiva agrícola, é um setor exportador e promove a redução de importações).

O setor agrícola, desde 1996, foi considerado estratégico para o GRA. A leitura dos sinais da agricultura portuguesa e das suas conclusões, revela os resultados nesta aposta:

- Nos Açores não houve abandono de terras agrícolas ao contrário do que aconteceu no continente.
- A dimensão económica das nossas explorações cresceu mais 70,4% do que a média nacional.
- Somos a Região Agrícola de Portugal com mais jovens na agricultura e com melhor taxa de alfabetização.
- No indicador da produtividade por Unidade de Trabalho Anual, estamos duas vezes e meia acima da média nacional, revelador da boa aposta que fizemos na infraestruturização e modernização global da nossa agricultura.

Os resultados que constam...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E as exportações também aumentaram e muito!

O Orador: ... dos sensos revelam o bom aproveitamento de todos os apoios e incentivos que o GRA dirigiu para aqueles que trabalham e investem em toda a cadeia de valor da agricultura açoriana, e se tomarmos em atenção os indicadores existentes, verificaremos:

- Em 2011, produzimos mais de 540 milhões de litros de leite – o que dá um crescimento superior a 48% relativamente há uma década.
- Há cinco anos, no setor da carne, foram pagos cerca de 32.000 prémios ao abate. Em 2011, mais de 71.000 - o que dá um crescimento superior a 125% e uma ideia do reforço do rendimento dos agricultores e da importância da Rede Regional de Abate.
- E, ao contrário do que alguns dizem, nas áreas da diversificação agrícola, o crescimento foi também significativo – em 2007 foram apoiados 410 hectares de terrenos em produção, em 2011 já foram apoiados cerca de 830 hectares, o que dá um crescimento de 102% em apenas 4 anos.

Ou seja, crescemos no nosso potencial de produção destinado à exportação e crescemos na produção hortícola, frutícola, florícola, reduzindo importações e melhorando o abastecimento de produtos frescos nos mercados locais.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vamos agora entrar no novo período de programação. Um período que nos coloca novos e difíceis desafios, desde logo e à cabeça, o anunciado desmantelamento do sistema de quotas leiteiras e o também anunciado acordo comercial com o MERCOSUL.

Há pois que fazer valer a força da nossa razão na defesa intransigente dos legítimos interesses dos Açores...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Agora? Agora é tarde!

O Orador: ... e da nossa agricultura, defendendo até ao limite a manutenção do sistema de quotas leiteiras como aquele que melhor equilibra a oferta e a procura, sendo, por esse facto, um importante mecanismo de regulação do mercado, aspeto

que se afigura fundamental para uma Região como a nossa e, no limite, capitalizar ou ter um capital de queixa que viabilize a adoção de outros mecanismos de compensação.

Não obstante a excelente resposta de produção, qualidade e modernização do setor leiteiro regional, verificado nos últimos 16 anos, acreditamos e sabemos, aliás, o Programa do Governo para isso aponta, que este ainda tem muito para dar à Região, pela potencialidade da diversificação em novos produtos de valor acrescentado, pela capacidade de entrada em novos mercados, pela capacidade de inovação, que, com uma nova estratégia de investimento, potenciará.

Há também que defender os interesses de uma Região Ultra Periférica relativamente à abertura de outros mercados, entre os quais o MERCOSUL, que poderá criar mais dificuldades ao escoamento dos nossos produtos, entre eles a carne, numa fase em que se verificam aumentos muito significativos neste setor com uma capacidade crescente de exportação, apostando na sua diferenciação e qualidade.

Pela importância que tem, a nossa preocupação, plasmada na proposta de Programa de Governo aqui em apreciação, tem também de ser dirigida para garantirmos e, eventualmente, reforçarmos as principais fontes de financiamento da nossa agricultura, sem receio de o afirmar, porque a agricultura é financiada em todo o mundo, exatamente para que todos nós, como consumidores, possamos ter acesso a bens do agroalimentar em condições mais favoráveis e mais seguros do ponto de vista da qualidade alimentar e nutricional.

Como estratégia para melhorar a competitividade e a integração em novos mercados, o Programa do Governo aponta, e bem, para o reforço da agregação de produtores e produções – para ganharmos dimensão crítica de mercado, estipulando como objetivos:

- Potenciar o apoio técnico aos agricultores, bem como a prestação de serviços relacionados com as suas atividades – para ganharmos conhecimentos e reforçarmos saberes.

- Aproveitar a concentração para alicerçar as estratégias de identificação e de valorização dos produtos – para reforço da visibilidade e notoriedade da marca AÇORES.
- Permitir a caracterização dos produtos e a comunicação das suas especificidades – para fidelização de preferências de qualidade.
- Privilegiar a criação de meios logísticos e operacionais, que permitam aos agricultores a possibilidade de estabelecerem parcerias com agentes da área da distribuição bem como o planeamento das produções, ajustando-as às necessidades e oportunidades de mercado.

Ainda na área da comercialização, a proposta de Programa de Governo aposta necessariamente para a consolidação da exportação de produtos, em especial do leite e laticínios e da nossa carne, sem, contudo, se descurar a floricultura a vitivinicultura, ou outros com essa potencialidade, através de uma diferenciação positiva nos transportes, apostando no aumento do valor acrescentado, na diferenciação, na imagem e no marketing, associado a produtos de qualidade superior e única, pelo que há que fortalecer os mecanismos que permitam identificar todos os produtos com a marca “Açores”, como garantia de produto natural, produzido numa região de elevada qualidade ambiental e de sustentabilidade que se quer reconhecida e reforçada.

De forma a reduzir importações, aponta-se também para a necessidade de viabilizar as pequenas produções das ilhas, nomeadamente de hortícolas e frutícolas, dinamizando e apoiando o escoamento de produtos entre as mesmas.

Não descurando os investimentos que ainda são necessários, de forma a melhorar a competitividade na nossa agricultura e a qualidade de vida e de trabalho dos nossos agricultores, aumentando também os seus rendimentos através da diminuição de custos, designadamente no ordenamento agrário, afetando verbas para a contínua melhoria dos caminhos rurais, do abastecimento de água, da eletrificação ou do emparcelamento, bem como ao nível da modernização das explorações e rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola, a proposta de programa aponta claramente para numa nova fase do desenvolvimento do setor, passando-se de uma fase (a expressão não é minha) de “hardware” de grandes investimentos em

infraestruturas, para uma nova fase, designada de “software”, ou seja, de investimentos menos materiais, designadamente no reforço das competências, através do aumento das qualificações, em particular dos jovens, na capacidade de organização e gestão das empresas agrícolas e organizações de produtores, apostando de forma segura na inovação associada à investigação e experimentação, áreas que deverão assumir uma preponderância transversal, integrando os seus resultados no plano de marketing e valorização dos produtos dos Açores, em que se inclui também a área florestal, onde a criação da marca “Criptoméria dos Açores” é um bom princípio.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O setor produtivo regional, designadamente a agricultura e a pecuária, encerram ainda um grande potencial de desenvolvimento, quer no aumento da sua contribuição líquida para a economia regional, quer para a diminuição do desemprego e para o rendimento das famílias, quer ainda para o seu equilíbrio social, integrando a sua principal vocação, a de produção de bens alimentares, com uma estratégia de desenvolvimento regional assente no turismo em espaço rural, no enoturismo, na promoção de hábitos de vida saudáveis, na riqueza e diversidade gastronómica regional e nas nossas raízes culturais.

Temos a plena consciência das dificuldades e dos desafios que vamos enfrentar, mas garante-se, conforme está definido nesta proposta de Programa de Governo para os próximos quatro anos, que para o Governo e para o partido que o suporta, este continua a ser um sector prioritário da política regional, podendo os agricultores e restantes agentes das fileiras produtivas regionais contar com o apoio e a atenção que o setor bem merece!

Disse!

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Renato Cordeiro.

Deputado Renato Cordeiro (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta minha primeira intervenção neste nosso Parlamento, faço votos para que nesta legislatura se compreenda as necessidades e se encontre as soluções que possam conduzir a nossa Região ao sucesso.

Felicito o Senhor Engenheiro Luís Neto Viveiros, pessoa da qual espero um grande desempenho à frente dos destinos da Secretaria Regional dos Recursos Naturais, tendo em conta o que tem demonstrado ao longo dos anos enquanto técnico qualificado ligado à área da agricultura e da agropecuária.

É óbvio que muito se fez, nestes últimos anos, neste sector. Tive, aliás, a oportunidade de comprová-lo, no desempenho da minha vida profissional.

Construíram-se caminhos agrícolas, redes de abastecimento de água e de eletricidade, modernizou-se muitas explorações. Enfim, parece estar tudo bem. Mas, no entanto, e é natural que assim seja, há um longo caminho a percorrer.

Mas, e da nossa parte, quero desde já afirmar que o Governo dos Açores não vai estar sozinho neste embate – no embate de resolver os problemas que afligem a agropecuária Açoriana.

Estamos todos cientes da importância do trabalho desenvolvido pelas cooperativas agrícolas em toda a nossa Região. Mas também estamos todos a par do estado débil das suas finanças. Há que fazer algo que permita ao sector cooperativo continuar a desenvolver a sua importante ação junto dos agricultores açorianos.

Deputados Duarte Freitas e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Há melhorias a concretizar em diversas áreas no que concerne os serviços de apoio aos nossos agricultores. Uma das áreas que merece esta atenção é, sem dúvida, a que diz respeito ao **Estatuto Sanitário dos Açores**.

Estamos atualmente, na maioria das nossas ilhas, com o estatuto B3. Mas deve-se ambicionar por um estatuto B4, em todas as ilhas.

Ainda ligado a esta questão...

Deputados Bruno Belo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... do Estatuto Sanitário, há que ter em conta as doenças da produção, tais como a IBR, BVD e Neospóro, que prejudicam o ranking do nosso estatuto.

Os lavradores e os seus representantes precisam de saber com o que podem contar. Precisam de saber se o Governo tem ou não os meios financeiros para proceder à identificação e erradicação destas doenças.

Nestes últimos anos, tem-se verificado na Região os chamados **“anos atípicos”**.

O clima não tem sido favorável. Tem-nos trazido prejuízos à agricultura, deixando os agricultores sem saber até como prever as suas culturas para o ano seguinte.

Este ano de 2012 foi exemplo disso. Em pleno mês de maio, fortes enxurradas levaram todo o trabalho de sementeira, obrigando a mais despesas e atrasos nas culturas.

Ninguém tem culpa, ninguém controla o tempo que temos, é verdade; os serviços agrícolas compareceram, é verdade; a avaliação dos prejuízos foi justa, é verdade; houve trabalho conjunto das organizações de produtores com os serviços oficiais, também é verdade.

Mas como se os efeitos das enxurradas de maio não chegassem, em agosto o furacão Gordon acabou por deixar novamente a lavoura açoriana em desespero. Sim, desespero, porque quem vive da terra, é um desespero não ter alimento para fornecer aos seus animais. E, como não podia deixar de ser, os reflexos que isto acarreta para o agricultor e para o seu agregado.

Tal como aquando das enxurradas de maio, em agosto também houve um bom trabalho de campo entre as organizações de produtores e os serviços do Governo Regional.

Foi publicada, até, uma Portaria, com intuito de se avaliar os prejuízos e indemnizar os agricultores pelos prejuízos causados.

Os agricultores acreditaram que algo ia ser feito. E contribuírem na avaliação dos prejuízos. Mas, até hoje, aguardam resposta. Até hoje, ainda não receberam um cêntimo de indemnização.

Quando irão receber as suas indemnizações? Há ou não, na verdade, possibilidades de o fazer?

E, já agora, para quando um seguro agrícola nos Açores? Não é assunto para hoje. Mas um dia vamos ter que debater ao pormenor esta questão, aqui no Parlamento, que tanto diz aos agricultores das nossas ilhas situadas em pleno Atlântico Norte. Como se não bastassem as intempéries e os prejuízos que elas causaram à agricultura, eis que surge a 7 de novembro passado, logo a seguir às eleições, um despacho assinado pelos anteriores Secretários responsáveis pelas áreas da agricultura e economia, que estabelece a diminuição da quantidade do **gasóleo agrícola**.

Ou seja, com este despacho do Governo, em fim de mandato, os agricultores viram, a dias da data limite para apresentarem as suas candidaturas, as quantidades de gasóleo bonificado diminuirão em 5% no que concerne a máquinas agrícolas e em 10% no que diz respeito à área agrícola.

Lamenta-se que o anterior Governo tenha procedido do modo como procedeu.

O atual Governo tem aqui uma oportunidade para demonstrar que quer fazer diferente, que quer dialogar e respeitar os parceiros sociais. E até tem uma oportunidade para fazer o que foi feito em 2010. Perante a reivindicação das associações agrícolas, o Governo de então recuou na sua decisão. Hoje, uma medida neste sentido faria ainda mais sentido. Porque os agricultores enfrentam hoje uma crise económica e financeira em muito superior ao que se passava em 2010.

Um dos grandes cartazes de campanha que conduziu às eleições do passado dia 14 de Outubro, comum a todas as forças políticas concorrentes, foi a do incentivo à diversidade agrícola.

Todos concordamos que há que colmatar as importações de produtos que poderão ser produzidos nas nossas ilhas. Promovendo-se, assim, o emprego e a criação de riqueza.

Gostaríamos de, desde já, alertar o Governo para que no Plano e Orçamento para 2013 que vier apresentar a esta Assembleia, tenha em conta as verbas suficientes que vão ao encontro daquilo que foi defendido na recente campanha eleitoral. Ou seja, vamos todos “comer o peixe que se apregoa”.

Disse.

Deputados Duarte Freitas e António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, proponho que se faça um intervalo de 15 minutos.

Regressamos às 11 horas e 45 minutos.

(Eram 11 horas e 33 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradece que retomassem os vossos lugares.

(Eram 11 horas e 54 minutos)

Vamos dar, então, início aos nossos trabalhos.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(Pausa)

Presidente: Srs. Deputados, agradece que retomassem os vossos lugares, para podermos retomar os nossos trabalhos.

(Pausa)

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo a minha intervenção por felicitar o Senhor Secretário dos Recursos Naturais, em particular, desejando-lhe os maiores sucessos na difícil e árdua tarefa que terá pela frente.

Início a minha abordagem pelo sector agrícola, onde são várias as incongruências apresentadas no Programa de Governo.

Vejamos: na página 7, pode ler-se que *“Nos sectores produtivos tradicionais entrar-se-á num ciclo de valorização do produto – centrado na produção natural e rica das terras dos Açores”*, já na página 165, um dos objetivos é a *“valorização da “carne dos Açores”*. A questão que se coloca é se essa valorização passa pela continuação da atribuição de apoios à estabulação permanente de gado?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Na página 159, o Governo diz pretender o *“rejuvenescimento dos empresários agrícolas”*, mas, na página 156, diz que os produtores agrícolas dos Açores são dos mais jovens do País. Assim, que medidas concretas se pretendem implementar para atingir estes objetivos?

Outra incongruência: na página 159, pretende-se aumentar a área, mas pretende-se também beneficiar os pequenos agricultores pelo reforço das ajudas comunitárias. Afinal, querem promover, ou não, o aumento da dimensão das explorações?

Por outro lado, no que se refere ao apoio a explorações competitivas, falta esclarecer se estes apoios são para as explorações economicamente competitivas ou também às financeiramente viáveis?

Outra das pretensões do Programa, que desde já louvamos, é o facto de haver uma manifesta vontade de implementar medidas que permitam o aumento do consumo interno de produtos Açorianos.

Para isso um dos objetivos a que se propõem é a *“aplicação de tarifas de carga aérea competitivas com as correspondentes marítimas para produtos perecíveis ou frescos”*. A questão é em que aviões o vão fazer? Certamente não será nos aviões da SATA, ou será?

Um exemplo concreto: hoje, o PVP de um Kg de ananás de São Miguel naquela ilha é de 1,79€; mas, o mesmo ananás, na Ilha de São Jorge, custa ao consumidor 4,99€, ou seja, mais 178%.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! Lamentável!

O Orador: Com estas discrepâncias, não é possível aumentar e estimular o consumo interno de produtos regionais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Um dos retrocessos deste Programa, face à anterior Governação, é o facto de se salientar, na página 160, querer fazer um “*esforço continuado de conservação e valorização do património rural e o incremento da relação de proximidade com as populações*”.

Ora, certamente não será com a política seguida até aqui. O exemplo que se pode dar foi o encerramento das Cooperativas de São Jorge, empobrecendo o nosso património rural e de proximidade para com as populações.

Falando em produtos com maior valor acrescentado, e conforme explanado na página 158, “*desenvolver e valorizar a produção regional de qualidade*”, entendemos fazer todo o sentido, até porque, conforme também se pode ler no documento, “*temos de ser reconhecidos pela qualidade e não pela quantidade*”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Acontece que a Região tem produtos de elevado valor acrescentado, como é o caso do Queijo de São Jorge, reconhecido pelo consumidor final como um produto de excelência, só que a questão que se coloca, é como queremos incentivar os produtores a produzir melhor quando os que já o fazem não veem rentabilidade?

Lamentavelmente não podemos concordar com o vosso lema na agricultura quando se afirma que “*Ficar é optar por ser feliz*”, sendo que ouvimos repetidamente um Pai dizer que não quer ver os seus filhos seguirem o caminho da agricultura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Falando de Pescas, não poderíamos concordar mais com a afirmação de que “*para o Governo será essencial a aposta no aumento do valor do pescado ao pescador*”. Para que tal aconteça afirma-se, na página 49, termos que “*tornar mais eficaz o circuito de comercialização e de distribuição de pescado dos Açores*”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só agora!

O Orador: Na página 50, fala-se em “*diminuir os tempos de entrega do pescado fresco ao cliente externo*”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Até que enfim!

O Orador: A questão é como vão fazê-lo, nomeadamente o pescado das ilhas mais pequenas?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É que com o atual modelo de carga aérea está mais que comprovado não funcionar, prejudicando e muito os pescadores destas ilhas.

Na indústria conserveira e de transformação, pede-se mais diversificação. Ora, tal tem acontecido, por exemplo, na Fábrica de Santa Catarina, em São Jorge, mas apesar disto a fábrica continua com um passivo insustentável.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Lamentável!

O Orador: Já agora, aproveito para manifestar o nosso agrado pelas palavras do Senhor Presidente do Governo, que assegurou o apoio à indústria mantendo-se os seus postos de trabalho.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Finalizando esta intervenção, gostaria de deixar aqui alguns considerandos no que se refere ao Ambiente. Não restam dúvidas de que o nosso turismo sustentável é de natureza. No entanto, não podemos ter um destino de natureza se não criarmos condições para tal. Como é mencionado na página 67 “*é necessário manter e ampliar a rede de trilhos dos Açores*”. A questão, mais uma vez, é como vão fazê-lo, pois até hoje os métodos usados têm falhado, fazendo com que tenhamos muitos dos trilhos perdidos em plena época alta.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Outra das lacunas na área do ambiente prende-se com as alterações climáticas, a que se junta a desadequada e descuidada manutenção das linhas de água, e que tem culminado, recentemente, em inúmeros prejuízos às populações, ao Governo Regional, às Autarquias, como foi o caso nas Freguesias da Ribeira Seca e Norte Pequeno, em São Jorge.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Em síntese, assistimos a um conjunto de afirmações teóricas que não estão fundamentadas por ações práticas, para além de um conjunto de incongruências que carecem de melhor fundamentação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS-PP e do PPM)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, dou a palavra ao Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta minha primeira intervenção de tribuna, nesta que é a X Legislatura, quero aproveitar a oportunidade para a felicitar, Senhora Presidente, e para lhe desejar os maiores sucessos na condução dos trabalhos desta casa que é, no fundo, a sede da autonomia.

A si, Senhor Presidente do Governo, também lhe desejo as maiores felicidades na execução do Programa do XI Governo da Região Autónoma dos Açores, que agora nos encontramos a discutir, para bem de todo o povo açoriano.

A economia do mar é uma prioridade estratégica para a região, no conjunto dos seus sectores e subsectores. É geradora de emprego e de mais-valias, mas o seu potencial de crescimento é enorme a curto e médio prazo.

Os três milhões de metros quadrados da plataforma continental ao redor do arquipélago dos Açores, para além de representar novas oportunidades, representam também uma nova responsabilidade acrescida na proteção e no aproveitamento dos recursos, quer vivos, quer minerais ou energéticos.

A abordagem das questões ligadas ao mar assume, nos tempos que correm, uma outra dimensão, muito diferente da visão do passado, que era assente apenas em três vertentes da sua utilização: os transportes, a pesca e a extração de inertes.

Ao contrário do que era tido como, de todo, desconhecido, hoje sabe-se que o mar dos Açores encerra uma série de recursos naturais importantes e por isso há a necessidade de garantir que sejam explorados de forma a não por em perigo o equilíbrio ambiental e tragam benefícios económicos à região, não só por via do

valor acrescentado, mas também pelos avanços tecnológicos que a economia do mar pode trazer.

Também hoje temos a consciência das ameaças existentes sobre os recursos vivos, provocados pela exploração pesqueira e a poluição, ambas causadas pela intervenção humana, que podem por em causa espécies e habitats.

Estas duas premissas indicam o caminho a seguir.

Por um lado, temos de avançar para novos usos do mar dos Açores em áreas como a ciência, a biotecnologia, a energia, o turismo e os recursos naturais.

Por outro lado, apresentam-se-nos importantes desafios na gestão dos recursos piscícolas que nos levarão, indubitavelmente, à diversificação, à gestão cuidada das pescarias, à valorização do pescado e à constituição e regulamentação de zonas de proteção.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos fundos do mar dos Açores e em volta das fontes hidrotermais foram detetados sulfuretos polimetálicos, muito ricos em cobre, zinco e ferro, e jazidas de hidratos de metano, uma potencial fonte de energia para o futuro. A introdução de inovação tecnológica no aproveitamento destes recursos poderá gerar progresso nas nossas ilhas.

A pesca desportiva, a navegação de recreio, o mergulho, a observação de cetáceos e de aves marinhas constituem atividades componentes da indústria de animação turística que encerram potencial de crescimento e com capacidade para captar mais investimento e criar mais emprego.

A pesca tem um impacto socioeconómico importante nos Açores, porquanto representa cerca de 20% das exportações e 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB), absorvendo mais ou menos 5% da população ativa.

Com as oscilações verificadas em algumas pescarias, nomeadamente na pesca demersal – conforme é notório nos casos do Boca Negra, Congro, Goraz, Pargo e Peixão – é fundamental diversificar as capturas, pescando mais longe e mais fundo, agora que as embarcações estão melhor preparadas para isso e com boas condições

de habitabilidade e de segurança, fruto do investimento feito na renovação da frota de há dezasseis anos a esta parte.

É importante diversificar a própria atividade, enveredando por novos aproveitamentos, nomeadamente na pesca turismo.

A formação dos profissionais do mar é, também, fundamental para a aquisição de novas competências e reciclagem de conhecimentos para a alteração do paradigma que se exige neste momento.

A forma descentralizada como a formação está organizada permite melhores índices de sucesso, porque a leva até todas as ilhas da região. O grau de mestrança terá, num futuro próximo, o seu enquadramento no Centro de Formação de Marítimos dos Açores, com conteúdos transversais a outros utilizadores do mar.

Pelas razões apontadas anteriormente, o sucesso das pescas não passa pelo aumento do esforço ou sobre-exploração dos recursos, passando antes pela valorização do pescado, o que traz novas responsabilidades que terão de ser resolvidas por via da formação profissional. Boas práticas no manuseamento dos produtos da pesca desde a captura, passando pelo acondicionamento e embalamento, até ao seu escoamento e entrega final ao cliente, trarão, certamente, mais-valias importantes. A reforma e o reforço da rede de frio que está em curso e que se iniciou na última legislatura, trará, com toda a certeza, novas capacidades para atingir esse desiderato.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores está e estará, num futuro próximo, sujeita a grandes pressões, todas no sentido de redução de direitos sobre os seus recursos.

Advinham-se, por isso, enormes desafios para os Açores nos próximos tempos. A firme recusa de “embarcar” em ideias centralistas vindas de S. Bento ou de Bruxelas tem de ser a nossa bandeira.

A defesa da gestão açoriana dos recursos minerais do fundo do nosso mar é uma prioridade. Por outro lado, na revisão da Política Comum de Pescas é fundamental que vingue a posição assumida pelos Açores, que defende o controlo nacional da

área entre as 100 e as 200 milhas, mecanismo que, como se sabe, perdemos em 2004 com o Regulamento das Águas Ocidentais.

O poeta Manuel Alegre, no poema *Tanto Mar*, fez justiça e sintetizou muito bem este azul imenso, que muitas vezes nos separa, mas que também nos une, quando escreveu:

*“Atlântico até onde chega o olhar.
E o resto é lava
e flores.
Não há palavra
com tanto mar
como a palavra Açores”.*

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Penso que não há inscrições, por isso dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo Regional:

Nesta minha primeira intervenção, a todos respeitosamente cumprimento e a todos desejo um bom trabalho.

O principal problema com que nos deparamos hoje nos Açores prende-se com a criação de riqueza e de emprego.

Urge definir um modelo de desenvolvimento que de forma estruturada seja capaz de responder a esses desafios.

Esse modelo não pode ignorar a nossa geografia. Não pode ignorar que a nossa Região é mais mar do que terra.

O mar é sem dúvida um dos principais ativos dos Açores e deverá tornar-se efetivamente num importante fator de desenvolvimento.

Especialmente se gerido e encarado numa perspetiva holística que inclui ambiente, ordenamento do território, transportes, energia, turismo, náutica de recreio, desportos náuticos, construção e reparação naval, pescas, aquacultura, conservação e transformação do pescado, biotecnologias, tecnologias marinhas, investigação científica e até a exploração de minérios e outros recursos existentes na nossa plataforma marítima.

Está mais do que na hora de transformar a investigação e o conhecimento em inovação e em economia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Para incentivar e dinamizar a nova e emergente economia do mar, há muito que defendemos a criação de um parque tecnológico ligado às atividades relacionadas com o mar.

Não devemos também esquecer a vertente formativa, pois é preciso qualificar os recursos humanos para as atuais e para as novas profissões do mar. Os Açores podem neste domínio transformar-se também numa referência internacional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No domínio do Mar, temos de fazer mais do que discursos proclamatórios e mais do que planos e programas. Temos de passar à prática. Agir. Avançar. Dar passos seguros e consensualizados com a sociedade açoriana.

Nesse contexto, não nos parece que seja um passo dado no sentido certo e até é algo contraditório para quem tanto proclamou a bandeira do Mar em período eleitoral, não lhe ter dado a devida relevância em termos da orgânica governativa.

Deputados Duarte Freitas, João Bruto da Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Defender o nosso mar é defender a nossa Autonomia.

O PSD/Açores estará na primeira linha na defesa das nossas competências autonómicas na exploração do nosso mar profundo. Seremos também, nesta matéria, intransigentes.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O setor das pescas reveste-se de grande importância estratégica para os Açores. Para além de outros aspetos, desempenha um papel fundamental na coesão social e económica da Região.

As pescas vivem um momento difícil e de incertezas. O PSD/Açores está muito preocupado com a situação deste setor.

Há muito para fazer no setor das pescas na Região.

Desde logo, há muito a fazer para a qualificação dos recursos humanos e para a dignificação desta profissão.

Infelizmente, neste Programa de Governo, no descritivo da política para este setor, mais do que revelar soluções para os problemas existentes, a maior preocupação foi a de comparar períodos governativos numa linguagem pouco adequada para um documento desta natureza, sobretudo, para um Governo que proclama a renovação e o diálogo como essenciais. Aqui a renovação e a rutura tão necessárias não se verificaram.

Rutura também esperamos que aconteça na forma de trabalhar neste setor. Estamos certos que o medo e o condicionamento objetivo que imperavam deem lugar, com novos protagonistas, ao diálogo democrático e a uma gestão envolvente e aberta em que os todos os intervenientes na fileira das pescas se sintam livres em participar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste setor, o Governo tem, pois, um grande campo para concretizar a anunciada abertura ao diálogo.

A sustentabilidade das nossas pescas é um objetivo central. A diminuição dos recursos haliêuticos é uma evidência. Temos, portanto, de agir em conformidade, ajustar o esforço de pesca aos recursos disponíveis, utilizar e potenciar a investigação que temos neste domínio, valorizar o nosso pescado, melhorar o sistema de transportes e promover a diversificação de atividades para assegurar o rendimento dos nossos pescadores. Mas não basta enumerar possíveis atividades alternativas ou complementares. Há anos, por exemplo, indicam-se a pescaturismo ou a aquacultura como duas dessas atividades e depois, na prática, pouco ou nada se concretizou.

A sustentabilidade das nossas pescas também estará sempre comprometida enquanto não se resolver os problemas complicados que existem em algumas empresas públicas do setor. Infelizmente, sobre esses problemas, este Programa do Governo é totalmente omissivo. Seria importante, por isso, neste debate perceber-se como pretende o Governo Regional resolver os problemas financeiros que se conhecem nas empresas públicas regionais deste setor.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Cortar com a visão de que o mar é passado é uma urgência.

O mar acrescenta valor aos Açores e é seguramente um desafio com futuro.

Lancemo-nos nesta epopeia.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, dou a palavra à Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues para uma intervenção.

Deputada Isabel Almeida Rodrigues (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na Resolução que adotou a histórica Declaração do Milénio da Organização das Nações Unidas, o princípio do respeito pela natureza e o objetivo de proteger o meio ambiente são assumidos como sustentáculos do desenvolvimento humano e da construção de um mundo mais pacífico, mais próspero e mais justo.

A Declaração recomenda prudência na gestão de todas as espécies e recursos naturais e apela a uma nova ética de conservação e salvaguarda.

Antes desta Declaração, em 1993, a Convenção sobre a Diversidade Biológica afirmava como objetivo dos Estados signatários, “a conservação da diversidade

biológica, a utilização sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios que advém da utilização dos recursos genéticos”.

Os princípios do desenvolvimento sustentável devem, assim, guiar-nos na configuração e na implementação de todas as políticas e programas públicos e no desenvolvimento das diversas atividades económicas.

A prosperidade económica sustentável depende de uma abordagem que garanta a manutenção da base de recursos naturais e de reconhecermos, não apenas o papel da biodiversidade para a sustentabilidade da vida humana mas, também, o dever de preservar, para as gerações futuras, o extraordinário legado de bens e serviços ambientais que recebemos.

A emergência da questão ambiental criou, e continuará a criar, inúmeras oportunidades económicas, que devemos aproveitar e potenciar, mas sem colocar em crise o necessário equilíbrio entre desenvolvimento económico e sustentabilidade ambiental.

No passado dia 14 de outubro, ao darem a vitória ao Partido Socialista, as açorianas e os açorianos rejeitaram a desregulação e o facilitismo, disfarçados de abordagem contemporânea ao ambiente e reconheceram a assertividade da nossa atuação nesta matéria.

O reconhecimento externo que a nossa Região obteve por via da política ambiental do Partido Socialista é um importante ativo que devemos preservar e potenciar.

Nesta Assembleia, aprovámos, ao longo da última legislatura, importantes instrumentos que dotaram a Região de um edifício jurídico indispensável a uma gestão responsável dos nossos recursos e do nosso território, ao mesmo tempo que potenciaram o surgimento de oportunidades económicas e a diversificação de muitos agentes, como é o caso da política regional de resíduos.

É inquestionável a aposta que fizemos numa política energética centrada nos recursos naturais renováveis e na eficiência energética, assumida como um pilar fundamental para a sustentabilidade económica e ambiental da nossa Região. A posição ocupada pelos Açores em matéria de produção de energia elétrica de origem renovável é mais um motivo de orgulho.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Programa de Governo que hoje debatemos assume claramente a prioridade da sustentabilidade ambiental e o seu carácter transversal, nomeadamente através da implementação de projetos de desenvolvimento sustentável, alargados às unidades territoriais e abrangendo todos os setores produtivos e áreas da sociedade.

Em matéria energética, assume as bases de uma economia verde, reforçando a aposta nas fontes de energia renovável e na racionalização do seu uso.

O Plano de Ação para o Ambiente e Mar dos Açores, instrumento de orientação estratégica para todos os intervenientes, desempenhará um papel de grande relevância na conformação da atuação dos poderes públicos e dos agentes económicos e sociais.

No plano do ordenamento do território, dotada que está a Região de um regime próprio, adequado à nossa realidade geográfica e atento às vulnerabilidades daí decorrentes, o compromisso de elaboração do documento “Açores 2030” e do Plano Estratégico para a Investigação Científica no Domínio Ambiental corresponde à exigência de uma visão de longo prazo para o sucesso da política ambiental, que tem em conta que os impactes acontecem, muitas vezes, a escalas temporais dilatadas.

Demos um passo muito importante com a aprovação da Estratégia Regional para as Alterações Climáticas, cujas consequências não conhecemos ainda na sua plenitude. Nesta matéria, ao dever de dar o nosso contributo para a resolução global do problema, pela implementação de medidas de mitigação, acresce a imperiosa necessidade de adaptação da nossa Região a esta nova realidade e de execução de ações adequadas à minimização das suas consequências.

A aposta num melhor conhecimento da nossa biodiversidade, associada à salvaguarda de habitats e espécies permitir-nos-á o reforço da resiliência dos nossos ecossistemas e continuar a recuperação das perdas ao nível da taxa de biodiversidade.

A gestão cuidada da nossa rede de áreas protegidas e o combate às espécies invasoras são dois pilares da intervenção do Governo com vista à conservação da

natureza e à valorização dos nossos recursos naturais, sustentada em meios de monitorização e acompanhamento.

No âmbito da gestão de resíduos, prosseguiremos o esforço de prevenção da sua produção e recuperação do seu valor, ao mesmo tempo que se reforçarão as medidas de proteção do ambiente.

Esta é uma área de responsabilidades partilhadas, sendo essencial o acompanhamento do investimento realizado pelo Governo Regional por parte dos municípios, que deverão generalizar a recolha seletiva e orientar a sua ação para o cumprimento das metas de gestão.

Registámos importantes avanços no planeamento e monitorização do domínio hídrico e devemos prosseguir com a proteção das origens da água e conservação e valorização da rede hidrográfica. Os princípios da gestão sustentável enformam, também, o Programa do Governo na área dos recursos hídricos, onde se destaca, pela sua importância, a recuperação e restauro de turfeiras.

Sra. Presidente, Sra. e Senhores Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra.e Srs. Membros do Governo:

Enfrentamos desafios ambientais que exigirão firmeza e o envolvimento empenhado de todos.

O que fizermos em matéria de sustentabilidade ambiental não importará apenas para efeitos da reputação que meritoriamente alcançámos mas, sobretudo, para que possamos prosseguir o caminho do desenvolvimento deixando às gerações futuras uma Região viável e próspera.

Disse.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Rendeiro para uma intervenção.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Exma. Sra. Presidente da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Na minha primeira oportunidade de intervenção como Deputado nesta casa, gostaria também de começar por saudar, na pessoa da Exma. Senhora Presidente da Assembleia, todos as Senhoras e Senhores Deputados eleitos nesta X Legislatura da Região Autónoma dos Açores.

Do mesmo modo, saúdo o Senhor Presidente do Governo e, na sua pessoa, os restantes membros do Executivo, felicitando-vos pelo resultado eleitoral obtido e fazendo sinceros votos para que estejam à altura da especial responsabilidade que vos foi atribuída pelo povo Açoriano.

Sra. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Ambiente o Ordenamento do Território são áreas de grande e sempre crescente complexidade. Preocupa-me o facto de o Programa do XI Governo continuar a apresentar aqui uma excessiva compartimentação que pode atrapalhar a governação e prejudicar os cidadãos.

Quanto aos grandes e concretos problemas ambientais da Região, infelizmente este Programa de Governo fica apenas pelas intenções ou generalidades.

As alterações climáticas globais são cada vez mais intensas e potenciadoras de catástrofes naturais. Com elas, os cada vez mais frequentes e graves problemas com enxurradas e aluimentos de terras.

O estado de instabilidade das nossas arribas e falésias obriga a uma atenção constante e a intervenções preventivas em muitos dos casos.

É necessário intervir nas verdadeiras bombas-relógio geológicas que os Açores têm. É necessário dar mais meios às juntas de freguesia para poderem atuar nas ribeiras.

Proteção da natureza e proteção civil devem andar, cada vez mais, de mãos dadas nos Açores. Há aqui questões que a nova orgânica do governo irá afetar.

Há casos em que é imprescindível continuar a impedir a construção e outros onde é obrigatório equacionar a demolição de estruturas já existentes e em risco potencial.

O mesmo vale para os acessos aos aglomerados populacionais.

Conservação e valorização do ambiente dos Açores têm de ser sempre vistas como uma oportunidade e nunca como um espartilho ao desenvolvimento da Região. À valorização ambiental, é preciso acrescentar a componente de geração de riqueza. Há que cuidar do ambiente e ao mesmo tempo saber usá-lo em proveito dos Açores e dos Açorianos, gerando mais-valias e criando empregos.

Podemos ter o melhor ambiente do mundo mas se ninguém o vier cá visitar, e se não o pudermos “consumir” ou “vender” a ninguém, nunca teremos uma população verdadeiramente comprometida com a preservação ou valorização ambiental.

No que à praga das térmitas diz respeito, chegámos a um ponto de não retorno. É preciso mais do que prevenção e sensibilização. São precisas medidas concretas de financiamento para a recuperação dos imóveis que estão em risco de ruína e que já são em números terríveis. As ajudas que existem são escassas, o processo é altamente burocrático e a inutilidade do que está em vigor é tão grande que raros são os proprietários que recorrem a esses apoios.

Isto é um problema tem de ser enquadrado com uma correta política de reabilitação urbana na Região.

Quanto aos resíduos, falta o mais importante que é a construção e entrada em funcionamento dos centros de tratamento de resíduos da Terceira e de S. Miguel. Há fundos comunitários, mas também há o problema da capacidade de endividamento das autarquias para fazerem face à sua parcela de responsabilidade nos respetivos centros de tratamento.

O PEGRA prevê que Terceira e S. Miguel recebam resíduos de outras ilhas, mas as autarquias de S. Miguel e Terceira estão de mãos atadas, e sem capacidade para o implementar. Falta pois criar as condições para construir os centros de tratamento de resíduos mais importantes dos Açores.

Há que ter a coragem de implementar a máxima do “poluidor-pagador”, bem como a do “protector-beneficiário” em tudo o que for política de ambiente nos Açores.

Quanto às bacias hidrográficas e às lagoas, com especial destaque para as lagoas de S. Miguel, dizer que se vai “concluir o processo de recuperação das lagoas” parece-nos um pouco excessivo face à situação atual.

Neste caso das lagoas, como em todos os outros ligados ao ambiente, há um potencial de conflitualidade de interesses com a agricultura. O grande “polícia” da agricultura tem sido o ambiente. Receamos que se possam gerar mais alguns conflitos com esta orgânica do Governo. É importante que o ambiente não seja a parte menor desta secretaria. Não pode ser a parte menor!

Continua a haver problemas com a quantidade e qualidade dos recursos hídricos dos Açores, sobretudo nos períodos mais secos do ano. Há ilhas onde esta situação continua a ser de grande preocupação, com a água a ser ainda um bem escasso, faltando às pessoas, à agricultura e a outras atividades económicas.

Por fim, mas não menos importante, não queria deixar de salientar a ausência de referências neste programa, acerca da contaminação com combustíveis (e necessidade de descontaminação) do aquífero-base na Praia da Vitória. Independentemente das responsabilidades e competências dos diversos intervenientes no problema, quem governa os Açores tem de defender todas as ilhas e os respetivos interesses. Não nos podemos limitar nem demitir, atirando responsabilidades para outros, como demasiadas vezes acontece.

Está nas vossas mãos mudar de rumo.

Os contributos do PSD-Açores estarão sempre ao dispor dos Açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Neste momento não temos mais inscrições para intervenções.

Eu agradecia que os líderes parlamentares e o Sr. Vice-presidente se aproximassem da Mesa, se faz favor.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, nós vamos fazer agora uma interrupção para o almoço. Retomaremos às 15 horas.

Informava também o Plenário que, conforme o que ficou deliberado ontem em Conferência de Líderes, as intervenções finais, que encerram este debate, serão às 17 horas e 30 minutos, independentemente da hora em que terminarmos o debate. Portanto, reiniciaremos os trabalhos às 15 horas e, depois, interromperemos, quando o debate estiver terminado, e voltaremos às 17 horas e 30 minutos para as intervenções finais.

Eu pedia agora ao Sr. Secretário que informasse os tempos para o trabalho que retomaremos às 15 horas.

Secretário: Quanto ao tempo, para o Governo, 43 minutos e 26 segundos; para o Partido Socialista, 48 minutos e 51 segundos; para o PSD, 43 minutos e 27 segundos; para o CDS-PP, 2 minutos e 43 segundos; para o Bloco de Esquerda, 49 segundos; o PCP e o PPM já não têm tempo.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Então, bom almoço para todos. Recomeçaremos às 15 horas.

(Eram 12 horas e 35 minutos)

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos retomar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 09 minutos)

(Após o intervalo, a Deputada Bárbara Chaves ocupou o seu lugar na Mesa)

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas.

Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas (*Rodrigo Oliveira*): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo, naturalmente, por saudar Vossa Excelência, Senhora Presidente da Assembleia, bem como todos os membros desta *Casa-Mãe da Autonomia dos Açores*, endereçando às Senhoras e Senhores Deputados os votos de um trabalho profícuo, a bem da nossa Região, da sua Autonomia e de todos os Açorianos.

Permitam-me que, neste momento solene e no que diz respeito especificamente à tutela das relações externas, reafirme o compromisso do XI Governo Regional num relacionamento que – *estamos certos* – será de colaboração, de articulação e de proximidade.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: A interação dos Açores com entidades territoriais congéneres e organismos internacionais, a sua atuação na União Europeia e o seu relacionamento com as Comunidades assume-se, com efeito, como uma dimensão fundamental da afirmação e do aprofundamento da Autonomia, que todos ambicionamos.

O pleno desenvolvimento de uma política externa, ancorada na defesa dos superiores interesses da Região e reforçada pela legitimidade da convergência das posições partidárias deve ser, por isso, justamente perspetivada como um sinal de maturidade democrática e, logo, uma responsabilidade de todos, sem exceção.

Valorizamos, assim e em primeira linha, a ação política desta Assembleia, que reputamos ser indissociável do aprofundamento da participação da Região na União Europeia, bem como do seu relacionamento com titulares e órgãos de governo congéneres, alicerçada também na ligação privilegiada que esta Casa e os Senhores Deputados têm com as comunidades açorianas da diáspora.

Por outro lado, o XI Governo dos Açores pretende desenvolver um relacionamento de grande proximidade com todos os parceiros sociais.

Na área das relações externas, contamos, pois, com a parceria estratégica das instituições representativas da sociedade açoriana, bem como das comunidades e

organizações da diáspora, nos mais variados setores, da área cultural à intervenção social, da academia às atividades económicas.

Esta disponibilidade para acolhermos contributos mobilizadores da ação governativa adquire uma relevância acrescida, por exemplo, na procura de novas oportunidades para a cooperação externa - *designadamente, ligadas à vertente económica e comercial* -, num princípio de auscultação e de parceria que se estende também aos assuntos da União Europeia e às políticas relacionadas com as Comunidades.

Será, assim, com estes pressupostos de abertura, de diálogo e de participação alargada que perspetivamos o próximo quadriénio, sem prejuízo do cumprimento dos compromissos eleitorais do Partido Socialista, amplamente sufragados pelos Açorianos e consubstanciados no programa do XI Governo.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No atual quadro europeu - *de todos conhecido, com difíceis negociações em curso* -, foram já abordados pelos Senhores Membros do Governo com tutela direta dos fundos comunitários objetivos que são transversais a todas as políticas relativas à União Europeia: - a exemplaridade - *reconhecida pelas mais altas instâncias* - nas taxas de execução e níveis de aproveitamento dos financiamentos comunitários e uma atenção redobrada, através de uma ação determinada, na definição de uma nova geração de políticas e na preparação dos programas operacionais para o período 2014-2020.

Queremos uma Europa fiel aos princípios da coesão social, económica e territorial, integralmente comprometida com a promoção do emprego e da competitividade, uma Europa que apoie e invista nas vantagens comparativas de cada Região, nas suas produções tradicionais e nos novos setores da economia.

Em todos estes aspetos, impor-se-á o reforço, pelo Governo, da análise, coordenação interdepartamental e preparação técnica qualificada no âmbito dos vários instrumentos regulamentares a aprovar, da participação na elaboração dos acordos de responsabilidade do Estado e da definição da sua implementação a nível regional.

Queremos mais Europa nos Açores e implementaremos, por isso, programas e ações para divulgação na Região de questões ligadas, por exemplo, aos anos temáticos e dias evocativos da União.

Pretendemos ainda que os jovens dos Açores tenham a consciência da importância deste projeto de várias gerações e que se assumam como agentes do seu aprofundamento futuro.

Trabalharemos, por isso, em particular, junto das escolas, através de um programa de incentivo à criação e atividades de Clubes Europeus e da distribuição de material didático específico, sem esquecer, para ciclos mais adiantados, a implementação de um programa de atribuição de bolsas para pós-graduação e especialização em assuntos da União Europeia, bem como de estágios nas instituições.

Faremos com que a Europa compreenda melhor os Açores, não apenas por números e estatísticas, mas através de um conhecimento direto da nossa realidade.

Organizaremos, assim, a vinda à Região de altos responsáveis políticos e técnicos e promoveremos a realização no arquipélago de eventos de dimensão europeia sobre temáticas prioritárias, reforçando ainda a intervenção externa dos Açores na ação junto do Governo da República e da Representação Permanente de Portugal na União Europeia.

Na área dos assuntos europeus, mas também na da cooperação e na das comunidades, os Açores serão palco de importantes eventos internacionais, afirmando a sua centralidade estratégica no Atlântico.

A participação nos organismos de cooperação europeus, por sua vez, será enquadrada pela responsabilidade acrescida de pertencermos aos órgãos de direção política da Conferência das Regiões Periféricas e Marítimas, da Comissão das Ilhas da Europa e, ainda, da Assembleia das Regiões da Europa, organismo no qual presidimos ao emblemático Programa *Eurodisseia*.

Se alguns afirmam que de pouco serve a afirmação e a participação da região nessas organizações, diremos nós que, muito pelo contrário, é sim fundamental, não apenas levar ao conhecimento europeu a exemplaridade das políticas da Região, mas, acima de tudo, conseguir-se que as posições e os interesses dos

Açores e das Regiões Ultraperiféricas sejam incluídos nas posições políticas desses organismos.

A defesa dos interesses dos Açores ganha, assim, a força, não de uma entre mais de duas centenas e meia de regiões europeias, nem mesmo das oito Regiões Ultraperiféricas, mas sim, por exemplo, dos cento e sessenta membros da CRPM ou dos mais de duzentos membros da ARE.

Por isso, também no Comité das Regiões pugnaremos pela inclusão das posições dos Açores e das Regiões Ultraperiféricas em propostas legislativas e posições políticas da União Europeia; no Conselho da Europa levaremos o exemplo da Autonomia e a defesa do Poder Regional e na Conferência dos Presidentes das RUP coordenaremos posições e reivindicaremos ações de parceria, junto da Unidade RUP da Comissão e dos demais interlocutores.

Ainda no âmbito da cooperação, mas agora relativamente ao relacionamento bilateral da Região, para além do alargamento e implementação dos protocolos e memorandos políticos de entendimento, entendemos que o grande desafio desta legislatura passará pelo associação e coordenação da ação política externa - *tradicionalmente vocacionada para a cooperação política* - com a componente do relacionamento empresarial ou da captação do investimento, ou seja, às questões económicas, sem esquecer o reforço da vertente académica e científica.

Referência especial merece o relacionamento da Região no âmbito da Macaronésia e, muito em particular, com a República de Cabo Verde.

Aqui, aliás, entrecruzam-se as três áreas de ação das relações externas: a União Europeia e o seu financiamento, por um lado; as relações políticas privilegiadas e a proximidade geográfica, por outro; e, ainda, a afetividade decorrente de uma História comum e da forte presença e integração da comunidade cabo-verdiana nos Açores.

Não deixaremos, assim, de atribuir uma forte prioridade a este relacionamento com Cabo Verde, suportada nos protocolos existentes e na Cimeira dos Arquipélagos da Macaronésia, mas explorando em particular as oportunidades dos novos programas territoriais da União, diversificando as áreas e as temáticas da cooperação, incluindo o relacionamento comercial e empresarial.

Por fim, promoveremos o aprofundamento da cooperação com estados das costas leste e oeste dos Estados Unidos, bem como do sul do Brasil, já estruturadas ao mais alto nível político, e com as províncias do Canadá, numa relação ancorada no contributo das nossas comunidades.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No que diz respeito à ação política para e com as comunidades, suportada na ação da respetiva direção regional, procederemos à valorização destes ativos imprescindíveis da Açorianidade.

As nossas comunidades emigradas e os seus descendentes, residentes em tantos locais do globo, são parte integrante e fundamental da projeção externa da região, postos avançados da Açorianidade, cujas instituições representativas – *com destaque óbvio para as Casas dos Açores, mas sem esquecer todos os Centros, Núcleos e tantas outras instituições da diáspora* – serão chamadas a um papel renovado, ligado também à prestação de serviços às suas comunidades e à representação alargada dos interesses da Região.

O Governo fortalecerá, pois, o seu relacionamento e ampliará o espaço de ação junto das comunidades, apoiando as ações - *diremos, mais tradicionais* - ligadas à preservação da cultura, costumes e tradições, mas incentivando a que se assumam como instrumentos de promoção dos Açores de hoje, tanto no plano político e institucional, como cultural e artístico, como ainda no plano económico e empresarial.

Não deixaremos, também, de promover e apoiar o ensino da língua portuguesa nos Estados Unidos, no Canadá e nas Bermudas, explorando materiais de ensino e canais de comunicação inovadores, envolvendo Universidades, centros e escolas dos dois lados do Atlântico.

Atenção especial merecerão ainda as gerações mais novas, não apenas fomentando a ligação com as suas origens, através de intercâmbios e de projetos educativos a diversos níveis, mas transmitindo-lhes uma visão atual da realidade e das potencialidades do Arquipélago.

Queremos, pois, desafiar e encorajar os jovens açordescendentes a serem, cada vez mais, embaixadores dos Açores, através do conhecimento e da dinâmica de integração que têm dos países de acolhimento e pelo gradual alargamento das suas áreas de influência e responsabilidades na diáspora.

As comunidades de imigrantes, em geral, e as instituições que com elas trabalham na Região, terão no Governo dos Açores um parceiro na promoção da sua integração e do exercício da sua cidadania, apoiando os setores mais fragilizados, através da disponibilização de informação e de atendimento personalizado, sem esquecer a importância do intercâmbio cultural e do enriquecimento civilizacional da Região.

Tanto para estas comunidades imigrantes, como para as regressadas e aos candidatos à emigração, aprofundaremos o atendimento público – em todas as ilhas –, de apoio a diversas valências, bem como a articulação interdepartamental do Governo.

Os regressados compulsivamente serão, por sua vez, alvo de atenção especial, não apenas na área da sua integração, mas também pela promoção da aquisição da cidadania dos países de acolhimento e ainda através do relacionamento com autoridades locais, que permite a sinalização atempada e o acompanhamento adequado destes concidadãos, ainda quando se encontram nos países de acolhimento.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A terminar e em suma, no que toca às relações externas da Região Autónoma dos Açores, o próximo quadriénio será marcado por uma projeção consolidada e ambiciosa da Região no plano externo, em conformidade com a sua vocação geoestratégica, o seu enquadramento político europeu e internacional e a projeção da nossa diáspora.

Acima de tudo, somos movidos por um orgulho imenso na História e no percurso das nossas Gentes e uma determinação inabalável na defesa externa dos interesses dos Açores e dos Açorianos!

Disse.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Subsecretário.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, dou a palavra ao Sr. Deputado...

Peço desculpa. Sra. Deputada Zuraída Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros dos Governo:

Sr. Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas, gostaria de lhe fazer um pedido de esclarecimento sobre a Base das Lajes.

Obviamente que a Base das Lajes, tal como está, depende de variáveis que em muito ultrapassam os Açores. Desde logo, o facto da economia mundial ter passado do Atlântico para o Pacífico e, por via disso, a nova estratégia da NATO, liderada pelo reeleito Presidente Obama, ter deixado de estar centrada num pacto com a Europa e passar a ser planetária, digamos assim.

Estes não serão os únicos motivos, mas são os mais fortes, seguramente.

Mas o que nós temos que defender são os Açores e não a NATO ou a administração norte-americana! E defender os Açores é, exatamente, valorizar a sua posição geoestratégica.

Ora, o que é completamente esquizofrénico é o que está no Programa do Governo, ou seja, manter uma base militar e acrescentar-lhe outras valências económicas. E nós perguntamos, Sr. Subsecretário Regional, quem é que vem investir nos Açores, na área da aeronáutica, investimentos necessariamente vultuosos, quando fica sujeito a uma situação tão ridícula como esta?

Agora, meus senhores, para o negócio, porque temos de fazer uma guerra!

Poderá fazer o favor, Sr. Secretário Regional, de me explicar esta situação?

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Raúl Soldado não diria melhor!

Deputada Zuraída Soares (BE): Só não tem é a guita!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Subsecretário.

(*) **Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas (Rodrigo Oliveira):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Zuraída Soares, sendo esta uma matéria que não está na minha tutela direta, e tendo sido uma área já abordada neste debate sobre o Programa do Governo, não lhe posso prestar esses esclarecimentos.

Presidente: Sra. Deputada, eu lamento, mas já não tem tempo.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não tenho tempo?

Presidente: Já não tem tempo.

Deputada Zuraída Soares (BE): Nem para um pedido de esclarecimento? Um pedido de esclarecimento à Sra. Presidente?

Presidente: Um esclarecimento à Mesa?

Deputada Zuraída Soares (BE): Sim, sim! À Mesa.

Presidente: Para uma interpelação. Tem dois minutos.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Sras. Membros do Governo:

Peço desculpa, mas provavelmente entendi mal, porque eu ouvi o Sr. Subsecretário falar em posicionamento geoestratégico e entendo que relações externas...

Presidente: Sra. Deputada, qual é a interpelação à Mesa que pretende fazer?

A Oradora: A “externidade” não fica na Europa. A Europa é externa, mas os Estados Unidos também!

Presidente: Sra. Deputada! Sra. Deputada!

A Oradora: Peço desculpa pelo meu lapso, Sra. Presidente.

A pergunta fica feita.

Presidente: Sra. Deputada, eu dei-lhe a palavra para uma interpelação à Mesa.

A Oradora: Para uma explicação e um pedido de desculpa, Sra. Presidente.

Muito obrigada.

Presidente: Está desculpada, Sra. Deputada.

Então, não havendo mais pedidos de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento para uma intervenção.

(Pausa)

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região, Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Senhora Presidente, permita-me, na primeira vez que subo a esta tribuna na X Legislatura, que a felicite pela sua recente eleição.

É caso para afirmar que sempre surgiu uma senhora num lugar cimeiro dos destinos da nossa Autonomia. Muitos parabéns!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A consagração eleitoral do projeto político configurado pelo PS suscitou fortes expectativas que despertaram a confiança e a esperança em amplos sectores da população açoriana.

Este sentimento foi manifestamente reforçado pelo facto do Governo apresentar aos deputados, aqui neste Parlamento, o mesmo documento que os açorianos tomaram conhecimento ao longo do período de campanha eleitoral.

O PS saúda o facto de Vasco Cordeiro, investido nas responsabilidades de Presidente do Governo, não ter renegado em nada os compromissos que assumiu, enquanto candidato do PS, ao longo do período de esclarecimento eleitoral.

Esta postura merece reconhecimento, até porque é diametralmente oposta à do Governo de Passos Coelho.

(Risos do Deputado Artur Lima)

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Passos Coelho e Paulo Portas!

O Orador: É uma atitude de lealdade e de coerência para com os eleitores que gera confiança e otimismo. O PS saúda-o por isso.

É um bom sinal, demonstra que pode mudar o nosso lugar e pode ser alterada a nossa posição sem que mudem as convicções ou se alterem os princípios orientadores da ação política.

A apresentação do Programa do Governo é o primeiro momento em que se revela adequado confrontar os propósitos do novo executivo com as expectativas geradas na sociedade açoriana. O Governo supera com mérito esta avaliação! O Governo respeita e preserva o contrato eleitoral estabelecido no passado dia 14 de outubro.

Outra reconfortante ilação que é possível extrair da leitura do documento em análise, é a de que o Governo não aderiu à tese do bom aluno da austeridade nem se deixou seduzir, como outros deixaram, por uma deriva populista e demagógica que só contribui para dar uma ideia errada dos políticos e para o desprestígio da vida pública.

Uma perspetiva geopolítica dos interesses estratégicos dos Açores pode ser condensada em três imperativos.

1. Manter a estabilidade e aprofundar a coesão regionais no quadro da Autonomia constitucional.
2. Aproveitar e influenciar o processo de construção europeia no âmbito do estatuto de Região Ultra Periférica da União Europeia.
3. E manter uma relação privilegiada com a potência que domina a área do Atlântico.

O cumprimento do primeiro imperativo já mereceu um amplo e profundo debate neste parlamento ao longo dos últimos dias.

A consideração do segundo imperativo apela a uma análise das áreas dos Assuntos Europeus e da Cooperação Externa, e a prossecução do terceiro imperativo implica, na perspetiva que queremos destacar, uma abordagem sobre a política direcionada para as nossas comunidades emigradas e também do Acordo de Cooperação e Defesa das Lajes.

O GPPS regista que as prioridades do novo Governo no domínio das Relações Externas são claras e ambiciosas.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ui! Tanta ambição!

O Orador: O Governo propõe continuidade ao muito que foi feito de positivo mas inova em domínios cuja experiência recomenda criatividade e mudança.

O GPPS regista que o programa de Governo procura explorar o novo quadro ampliado de participação da Região em matéria de Cooperação Externa que decorreu da última revisão do nosso Estatuto Político Administrativo.

O Governo procura acertadamente, visando defender os nossos superiores interesses, reforçar os meios de cooperação quer no âmbito de organismos multilaterais, com entidades territoriais congéneres de países terceiros, quer no quadro da cooperação bilateral.

Aqui destacamos a inovação que o Governo confere ao aprofundamento de relações bilaterais através de uma componente de relacionamento empresarial e de captação de investimento externo.

O Programa de Governo também assinala como preocupação o relacionamento da Região com a União Europeia. Esta é uma área fundamental de ação política dos Açores, e embora seja enquadrada no âmbito do Estado português, pressupõe sempre o reconhecimento do direito a um tratamento diferenciado da Região no âmbito das políticas comunitárias.

Neste âmbito, destacamos as negociações sobre o futuro quadro financeiro plurianual 2014-2020. Esta negociação será fechada nos próximos dias. Em 2013 serão estruturadas as várias políticas sectoriais e os programas operacionais e em 2014 prevê-se o início da sua execução. Este é, por isso, um dossiê que o Governo assume, e muito bem, seguir com grande atenção e proximidade.

O XI Governo dos Açores terá de prosseguir uma ação de participação e influência nos debates em curso, envolvendo o Governo da República, instituições europeias e parcerias com outras regiões e organismos de cooperação regional, em especial no âmbito das RUP's, por forma a garantir políticas comunitárias de coesão, de desenvolvimento sustentável e de competitividade, melhor adaptadas às nossas realidades geográfica, social e económica.

O PS vê com satisfação a aposta que o Governo fará no acompanhamento permanente da atividade política e legislativa da UE com destaque para a

participação da Região nos processos de consulta, de elaboração e concretização de documentos políticos e legislativos da União Europeia. Merece também destaque a intenção do Governo em aprofundar a divulgação das temáticas referentes aos Açores e às RUP's, no âmbito das instâncias comunitárias, e também a intenção de divulgar na Região, no interior da Região, as questões referentes aos assuntos europeus.

Outro domínio onde o Programa de Governo é ambicioso é na política relacionada com as Comunidades açorianas.

O trabalho desenvolvido pelos Governos do PS nesta área foi extremamente positivo. A prioridade mantém-se pois é necessário aprofundar o bom desempenho do passado.

O GPPS destaca o compromisso do Governo de aprofundar o diálogo e de procurar uma maior aproximação entre a Região e as nossas Comunidades.

O Governo manterá a prioridade em apoiar as associações da diáspora, em preservar a identidade cultural das nossas Comunidades, em reforçar os diversos intercâmbios e estará atento em explorar novas oportunidades de projetar os interesses da Região nos planos político, económico, cultural e institucional nesses locais decorrentes do desenvolvimento e da integração crescente nos países de acolhimento das nossas Comunidades.

É por isso com grande satisfação que o GPPS regista a continuação da aposta em instrumentos de cooperação e divulgação dos Açores nos estados, nas províncias e nas regiões em que as nossas comunidades emigradas possam constituir elos de ligação com as sociedades locais e com os poderes político e económico dessas mesmas regiões. Esta é uma prioridade muito importante.

Esta abordagem exige um esforço permanente de organização e de parceria em que, como é absolutamente óbvio, se destaca o papel fundamental e insubstituível da rede de Casas dos Açores espalhadas pelo Mundo. Uma aposta que reforçará o papel central que as Casas dos Açores têm assumido de preservação e divulgação da identidade cultural açoriana, de defesa da Língua Portuguesa – recorde-se, uma responsabilidade que devia competir ao Governo da República – e também como centros promotores da representação de interesses de promoção externa da Região.

Gostaríamos ainda de abordar os compromissos referentes ao Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA que consta no Programa do Governo.

Todos reconhecem a importância deste acordo para os Açores, para a República e para os Estados Unidos. É através do Acordo das Lajes e do relevo das nossas Comunidades nos Estados Unidos que Portugal ascende internacionalmente a um estatuto largamente ampliado face ao peso natural no plano internacional.

O Acordo das Lajes deve ser interpretado como um instrumento de cooperação. Deve ser valorizado e deve merecer uma atenção especial do Governo da República no sentido de garantir benefícios substantivos e contabilizáveis para os Açores.

O GPPS partilha em absoluto da preocupação do Governo face à intenção das autoridades norte-americanas de reduzir a presença militar na Base das Lajes.

O Governo poderá contar com o total apoio do GPPS em todas as medidas que entender tomar na defesa dos interesses da Região, na garantia de postos de trabalho na Base das Lajes, no respeito dos direitos dos trabalhadores e na atenuação do impacto da diminuição do investimento na aquisição de bens e serviços junto da economia da ilha Terceira.

A infraestrutura militar das Lajes está subaproveitada. Compete ao Estado português, com a participação da Região, como tem acontecido, assumir uma posição de envolvimento e de abertura que possibilite a aquisição de novas valências que valorizem e reforcem o papel da Base das Lajes. Esta é uma responsabilidade em que o Governo da República não pode falhar.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Programar a governação para o próximo quadriénio nos tempos que correm é uma tarefa no mínimo exigente.

Um Mundo em convulsão, uma Europa em profunda crise de identidade e um País com um Governo que falhou e que não consegue enfrentar as dificuldades, definem a mais difícil envolvente externa que um governo regional alguma vez enfrentou.

Porém, o PS já provou, e por diversas vezes, que rejeita o conformismo e a auto contemplação da obra feita e está sempre à altura dos novos desafios.

Os socialistas dos Açores não negam as dificuldades, não escondem a realidade mas não temem o futuro.

Os tempos são difíceis, sabemos bem, mas nós assumimos com orgulho e humildade a enorme responsabilidade que os açorianos nos confiaram mais uma vez.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Nós não cultivamos ilusões e por isso não ignoramos que difíceis obstáculos e sérias dificuldades se interporão entre a vontade do Governo e a solução efetiva dos problemas.

Sabemos bem que não serão de feição as circunstâncias em que decorrerá a governação nos próximos quatro anos. As políticas a implementar não suscitarão sempre aplausos mas estamos convictos do mérito e da pertinência das prioridades estabelecidas neste Programa de Governo.

Por isso, estamos certos de que, mesmo perante a adversidade, o Governo saberá encontrar o suplemento de determinação e firmeza que garantirá o cumprimento do essencial da sua programação para o próximo quadriénio.

Antes de terminar, gostaria de enaltecer as virtudes do debate livre e democrático que é uma tradição deste Parlamento e da nossa Região Autónoma.

Devemos todos adquirir a consciência que para os verdadeiros autonomistas já é só nos Açores que se constrói e defende a Autonomia consagrada na Constituição da República.

Temos, por isso, uma enorme responsabilidade!

Saibamos todos engrandecer o património político desta Casa ao travar com elevação e grandeza os debates e os confrontos de ideias que iluminarão o futuro da nossa Autonomia.

Disse!

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para um pedido de esclarecimento, dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, registei a referência que fez e a importância que tem a Base das Lajes no contexto regional, nacional e internacional, mas devo dizer com pena que nunca registei, até hoje, o seu interesse e o interesse desse Grupo Parlamentar em defender a Base das Lajes, os postos de trabalho e a sua importância geoestratégica.

Deputado Berto Messias (PS): É preciso ter lata para fazer uma afirmação dessas!

O Orador: Quando nós, há cinco anos, propusemos, numa reunião com o sindicato da Base das Lajes, onde os senhores estiveram presentes, que era preciso acautelar...

Deputado Berto Messias (PS): Era preciso digerir os resultados eleitorais na ilha Terceira!

O Orador: ... o impacto do eventual despedimento de trabalhadores e da redução da importância da Base das Lajes, que o Governo Regional tomasse medidas nesse sentido. Há cinco anos! Nada foi feito.

O que foi feito pela parte do Governo Regional foi desconsiderar aquela importante infraestrutura. Não sou eu que o digo, foram os sindicatos que o disseram e foram os sindicatos que chamaram traidor a um membro do Governo Regional. Não fui eu que o chamei. E foram os sindicatos que apontaram o dedo e todas as traições, nas palavras deles, que o Governo Regional teve para com as Lajes e os trabalhadores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra ao Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Artur Lima, fico surpreendido por o senhor vir aqui falar em termos de defesa de interesses sindicais. Não deixa de ser um sinal dos tempos, esta aproximação do CDS-PP. Isso é apenas uma mera curiosidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não foi nada disso! Apenas citei o sindicato!

O Orador: A sua leitura da situação é, obviamente, errada, se me permite, despropositada e muito injusta. Muito injusta para este Grupo Parlamentar e para algumas pessoas que aqui estão e que transitam de legislaturas passadas e também para qualquer ex-membro do Governo.

Eu compreendo que, no âmbito de uma negociação sobre o quadro de referência para atualizações salariais, um ou outro sindicato, um ou outro sindicalista possa ter-se excedido numa eventual declaração. Agora, é bom que fique muito claro: nós estamos, absolutamente, absolutamente, de consciência tranquila,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Conferência de imprensa, comunicado, enviado a estas bancadas parlamentares!

O Orador: ... quer o Governo, quer este Grupo Parlamentar. Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe que o senhor está muito esquecido. Por inúmeras vezes, nós debatemos o assunto referente à Base das Lajes e o PS, se me permite, tem no seu património político a defesa, na primeira linha, do interesse da Base das Lajes, no interesse dos trabalhadores, dos direitos dos trabalhadores. Tem sido sempre esta a postura do PS. A única coisa que tem variado tem sido, quanto muito, o protagonista que, no Grupo Parlamentar, exprime essas preocupações.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah! Faz toda a diferença!

O Orador: Agora, quando refere, em matéria de posição institucional deste Grupo Parlamentar, é bom que isso fique absolutamente claro, e eu reafirmo aqui que o PS sempre esteve na primeira linha de valorização da Base das Lajes e de defesa dos trabalhadores desta infraestrutura, os trabalhadores civis.

Queria também dizer, Sr. Deputado, que a sua intervenção é muito curiosa. Eu só consigo interpretar a sua intervenção no quadro de um exercício de desresponsabilização que o senhor tenta aqui fazer do seu companheiro Paulo Portas.

O senhor não pode ignorar que nós estamos a falar do acordo entre a República Portuguesa e a Federação Americana. E como o senhor muito bem sabe, quer o Ministério dos Negócios Estrangeiros, na componente mais ao nível do acordo e do acerto dos termos entre os dois países, quer o Ministério da Defesa, em termos da componente mais técnica deste acordo, têm uma forte influência.

E, portanto, Sr. Deputado, o que o senhor tentou aqui fazer foi precaver o seu futuro político na ilha Terceira...

Deputados Francisco César e Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: ... e tentar desresponsabilizar...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... o seu colega Paulo Portas. E é bom que se diga, porque o senhor tem obrigação de saber que também não é justo, nem para este Grupo Parlamentar, nem para este Governo, nem, muito menos, para o Governo da República, que o senhor finge não apoiar, considerar dois pressupostos que são falsos: primeiro, considerar que os Açores conseguirão, no âmbito desse acordo, fazer valer todas as suas posições, e isso não é possível; e em segundo lugar, que a região negociará diretamente com os Estados Unidos, o que também não é verdade.

Portanto, é bom que o senhor tenha esses elementos em consideração antes de proferir certas declarações que são erradas e injustas.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Nuno Alves (CDS-PP): Mas continuamos sem saber quais são as posições do Governo!

Presidente: Antes de dar a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima, apelava à sua capacidade de síntese, uma vez que tem pouco mais de um minuto para o uso da palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Sras. Membros do Governo:

Pedia ao Sr. Deputado José San-Bento que me recordasse, porque estou esquecido, como Vossa Excelência bem disse, quais as medidas que esse Grupo Parlamentar e o Governo tomaram. Já sabem disso há mais de dois anos,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Foi acabar com o inquérito salarial, por exemplo!

O Orador: ... aliás, quando o Secretário de Estado da Defesa anunciou, e sabem todo o contexto internacional. Pedia que me esclarecesse.

Deputados Luís Silveira (CDS-PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, eu penso que tinha sido muito explícito na minha primeira intervenção, mas deixe-me dizer-lhe, com toda a franqueza, eu fico até um pouco incomodado.

Nós fizemos, inclusivamente, uma resolução conjunta com o seu partido. Eu tive a honra e o orgulho de ter participado...

Deputado Berto Messias (PS): Há 3 meses!

O Orador: ... numa Comissão Eventual presidida pelo Sr. Deputado Francisco Coelho, que elaborou um trabalho exemplar, na boca do Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era o Sr. Deputado Osório Presidente!

O Orador: Ele próprio, já aqui, por diversas vezes, destacou o mérito deste trabalho.

Eu não estou a provocá-lo, Sr. Deputado, porque eu sei que o senhor não tem tempo para me responder, estou apenas a recordar a sua afirmação. E quem disse o Sr. Deputado Paulo Estêvão, outros grupos parlamentares reconheceram o mérito desse trabalho.

Portanto, Sr. Deputado, se me permite, com toda a franqueza, não vá por aí, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Antes, antes!

O Orador: ... não insista nesse ponto.

Bem, antes, depois...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Depois! Em que legislatura?

O Orador: Há um património muito vasto que nós temos.

Eu não tenho, por isso,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quem acabou com o inquérito salarial?

O Orador: ... qualquer necessidade de estar aqui a justificar aquilo que é o património político que nos orgulha e que nós assumimos integralmente. Posso apenas referir aquele que foi um debate que eu tive o prazer...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Em que legislatura?

O Orador: ... também de acompanhar aqui, na primeira fila, com o então Sr. Vice-presidente do Grupo Parlamentar, Berto Messias, um debate em que, deixe-me que lhe diga, já na altura se revelou o grande talento do político Berto Messias. Não foi assim há muito tempo. Em março de 2010, estivemos aqui a trabalhar nesse assunto.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, muito rapidamente, porque não tenho tempo e, portanto, será, naturalmente, a minha última intervenção, mas essa comissão foi presidida, efetivamente, pelo Deputado Osório Meneses da Silva.

Deputado Berto Messias (PS): E Berto Messias!

O Orador: E devo-lhe dizer que foi na outra legislatura.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, dá no mesmo!

O Orador: E devo-lhe dizer que, em reuniões conjuntas que tivemos com trabalhadores, com sindicatos na Terceira,...

Deputado Francisco César (PS): Por que é que não fala no Sr. Ministro Portas? É uma coisa incrível! Nunca fala no Ministro Portas!

O Orador: ... das conclusões dessa comissão, que o Governo ficou de implementar, não implementou uma única.

E devo-lhe dizer ainda mais, Sr. Deputado José San-Bento, se me permite, quem minorizou o papel da região nas relações bilaterais, nomeadamente na Comissão Bilateral Permanente, que sempre esteve representada ao mais alto nível por um membro do Governo, foi o Governo do Partido Socialista que prescindiu de lá ter um membro do Governo e mandar para lá um simples adjunto.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a desrespeitar os seus adjuntos!

O Orador: E isso tem toda a importância nas relações, com o respeito todo que tenho pelas pessoas. E isto tem toda a importância e revela a importância que um governo dá a uma determinada...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: ... situação, Sr. Deputado José San-Bento.

Agora, é um problema grave, que vem de trás. O que não vale, Sr. Deputado José San-Bento, e o senhor sabe tão bem como eu, porque até tivemos numa conversa juntos, há mais de um ano, há muito mais de um ano, nem o Governo da República tinha tomado posse, e Vossa Excelência e eu já ouvíamos (vou terminar, Sra. Presidente), e já se ouvia o que ia acontecer, Sr. Deputado.

E, portanto, em abono da verdade, é um problema grave, que todos temos de estar disponíveis para defender, sempre tivemos, e devo-lhe dizer mais: o CDS, na altura, até propôs que se devia procurar uma solução para mitigar, e até a deu pela voz do Dr. Nuno Melo Alves, que representou o CDS nessa reunião dos sindicatos, para minimizar o impacto da perda de postos de trabalho nas Lajes.

Presidente: Sr. Deputado, tem mesmo que terminar.

O Orador: Vou terminar, Sra. Presidente.

E quanto ao inquérito salarial e a todas as outras tropelias que se fizeram e negócios que se fizeram e acordos que se fizeram, Sr. Deputado, não foi da responsabilidade do CDS, foi, naturalmente, da responsabilidade do Governo do Partido Socialista.

Muito obrigado.

Muito obrigado, Sra. Presidente, pela tolerância.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Excedeu-se um bocadinho.

Deputado Berto Messias (PS): O que será que vem aí do Ministério dos Negócios Estrangeiros?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida, Sr. Deputado. Também não irei aqui entrar em mais confrontação. O senhor não tem tempo para me responder e eu respeitarei essa sua condição.

Queria, todavia, registar dois factos e uma curiosidade.

O primeiro facto é o próprio Deputado Artur Lima ter reconhecido que na VIII Legislatura, portanto, há mais tempo do que o senhor até inicialmente acusava o PS, já tinha propostas concretas e substantivas em prol da defesa da Base das Lajes; e, em segundo lugar, que o senhor, no fundo, o que fez aqui foi o reconhecimento do acompanhamento que o Governo Regional tem feito, nomeadamente em sede de Comissão Bilateral do Acordo das Lajes.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga-me qual é o objetivo da Comissão?

O Orador: Esta sua opção com adjuntos ou com outras pessoas,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual era o objetivo da Comissão?

O Orador: ... é algo que nos ultrapassa.

A curiosidade é, de facto, notável.

O Sr. Deputado Artur Lima conseguiu fazer três intervenções sobre a Base das Lajes sem fazer uma única referência àquilo que é a responsabilidade do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Nós não somos daqueles, Sr. Deputado, que injetamos as nossas responsabilidades. Nós estamos aqui porque os açorianos conhecem-nos e sabem que nós assumimos sempre as nossas responsabilidades, nas horas fáceis, mas, sobretudo, nas horas difíceis. Aqui estaremos para defender a Base das Lajes e defender os trabalhadores da Base das Lajes e os açorianos sabem muito bem disso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Nunca estiveram! Os senhores hipotecaram a Base das Lajes!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais pedidos de intervenção para este período parlamentar, dou a palavra à Sra. Deputada Berta Cabral, para uma intervenção.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero saudar e cumprimentar a Senhora Presidente da Assembleia, todos os Srs. Deputados, todos os Membros do Governo e desejar a todos o melhor trabalho e sinceros votos de sucesso nesta nova legislatura.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Em tempo de escassez de meios, de diminuição de receitas e de inibição de recurso ao crédito, a negociação do próximo Quadro Comunitário de Apoio e a definição de políticas setoriais e respetivos normativos regulamentares revestem-se duma importância acrescida e dum sentido estratégico excecional.

Desde a nossa adesão à então Comunidade Económica Europeia, há mais de 26 anos, os Açores têm sido diretos beneficiários dos valores europeus da liberdade, da democracia, da igualdade, da justiça social, da solidariedade e do combate pela coesão económica, social e territorial da Europa.

Temos usufruído de políticas vocacionadas para o reconhecimento das especificidades e da autonomia das regiões europeias com um menor desenvolvimento social e ganhamos a condição de Região Ultraperiférica da Europa, com estatuto definido no Direito Primário da União.

Queremos continuar a contribuir para a afirmação da União Europeia, com as nossas potencialidades, desde o mar ao ambiente, à biodiversidade, às energias alternativas ou aos produtos agrícolas.

Mas, para que os Açores possam dar o seu contributo e para que possamos integrar o mercado único, em aprofundamento, necessitamos de medidas específicas e de derrogações ao direito comum.

Para vencermos as desigualdades, superarmos as nossas desvantagens estruturais de carácter permanente e as nossas desvantagens competitivas, necessitamos de fundos estruturais e de coesão, que nos permitam cumprir os objetivos da estratégia Europa 2020.

Vivemos num contexto económico e social de grandes dificuldades e constrangimentos que exigem uma solidariedade ativa entre todo o espaço da União.

Mas, essa solidariedade deve revestir-se de forma muito particular e ainda mais expressiva em relação às RUP, dadas as suas especificidades consagradas no Tratado de Funcionamento da União Europeia e ao facto dos efeitos negativos dessas especificidades se acentuarem em tempo de crise.

Nesse sentido, a importância dos fundos comunitários para o desenvolvimento dos Açores implica que se desenvolvam todos os esforços para que **se reforce ou no mínimo, se mantenha até 2020, o mesmo volume de fundos obtidos no período 2007-2013 e se mantenha a taxa máxima de comparticipação financeira.**

Só assim será possível transformar os nossos condicionalismos em potencialidades e possibilidades de crescimento.

Só assim poderemos atingir os macro objetivos de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo preconizados pela União Europeia para o pós 2013.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No âmbito da política de coesão, importa promover o crescimento, o investimento, a competitividade, a criação de emprego, a inclusão social, a proteção do ambiente e a qualidade ambiental.

Do mesmo modo impõe-se a redução das disparidades em matéria de livre circulação de pessoas e bens, a gestão sustentável dos recursos naturais, marinhos e agrícolas e a preservação da biodiversidade.

Os Açorianos devem beneficiar das vantagens do mercado interno europeu em pé de igualdade com outros cidadãos da EU, por isso os Açores precisam de um

POSEI com outra latitude que responda verdadeiramente ao que o Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFEU) reconhece como desvantagens permanentes.

A maior dessas nossas desvantagens é a distância e a dispersão geográfica. Por isso precisamos de um POSEI/Transportes.

Um novo POSEI/Transportes, conjuntamente com o POSEI/Agricultura e com o POSEI/Pescas são instrumentos base para que as Regiões Ultraperiféricas possam aceder em pé de igualdade à dinâmica pretendida da integração europeia e da competitividade.

Foi com desilusão que assistimos à tímida revisão do POSEI agricultura, concluída a semana passada que infelizmente mantém as mesmas verbas para o sector do leite e da carne.

Importa agora não descurar as negociações da nova Política Agrícola Comum.

A PAC deve ser uma importante política de proximidade e de integração e não deve perder de vista estes objetivos, pois só assim reconhece as especificidades de Regiões como a nossa.

Compete-nos lutar pois, por uma Política Agrícola Comum que mantenha o controlo público da produção através das **quotas leiteiras**, que **regule as relações contratuais ao longo da cadeia alimentar**, reequilibrando a relação de forças a favor dos produtores, que garanta uma **maior subsidiariedade às Regiões**, que permita uma profunda **simplificação processual** e que **evite uma continuada política comercial externa onde a agricultura é a “moeda de troca” para exportação de serviços e produtos industriais para países terceiros**.

No âmbito da reforma da Política Comum de Pescas, importa lembrar as recentes decisões do Conselho Europeu das Pescas que trouxeram importantes conquistas há muito reivindicadas pelo setor açoriano de pescas.

A introdução do conceito de zonas biogeograficamente sensíveis, com acesso condicionado às frotas locais e a artes de pesca amigas do ambiente, como estratégia para obter uma restrição de acesso às águas açorianas para além das 100 milhas foi uma importante conquista para os Açores que começou aqui e na

Região, em 2007, e que finalmente foi aprovado no âmbito da reforma da Política Comum de Pescas.

Isto significa que temos de ser criativos, inovadores e, sobretudo, saber persistir no que consideramos serem justas pretensões para os Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

A Oradora: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O próximo Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020 tem que ser convenientemente preparado e devidamente acompanhado em Bruxelas para garantir o sucesso das negociações.

Por outro lado, deve ser reforçada a presença dos interesses locais, dos parceiros sociais e da sociedade civil no diálogo político e na execução da política de coesão. É necessário privilegiar a eficácia na aplicação dos recursos e conseguir um melhor e necessário equilíbrio entre qualidade do investimento e a execução rápida dos recursos disponíveis. Ou seja, deve ser dada muita atenção aos resultados e ao seu impacto na vida das pessoas.

É tempo de dar valor ao setor privado, canalizar apoios financeiros para as empresas **através de instrumentos de financeiros, previstos na nova abordagem da política de coesão**, sem prejuízo, obviamente, da ajuda direta à competitividade da economia.

Neste contexto, a criação dum **Fundo de Investimento** de proximidade deve ser uma prioridade como forma de apoiar e mesmo de salvar as empresas que são viáveis, e que enfrentam dificuldades conjunturais.

As empresas nos Açores atravessam grandes dificuldades económico-financeiras, que se têm vindo a agravar e que estão bem patentes no número significativo de insolvências e no crescimento acelerado do desemprego.

O Governo não deve competir com os privados, deve sim criar condições para que o setor privado ocupe o lugar primeiro no crescimento da economia e na dinâmica de criação de emprego e para isso deve colocar os recursos de que dispõe ao serviço da economia e não a economia ao serviço do poder público.

Do mesmo modo, o Governo não pode querer ser o único ator neste teatro de negociações a nível nacional e europeu onde todos são necessários.

Esta é uma oportunidade que não se pode perder até porque pode não ser repetível, por isso é tempo de juntar esforços, enfrentar os desafios com coragem e fazer vingar as nossas pretensões em nome dos Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar a Sra. Deputada Berta Cabral e a intervenção que acaba de fazer, que toca em questões que são absolutamente centrais para o futuro dos Açores e, portanto, saúdo-a pela pertinência das questões e das matérias que abordou aqui e agora.

Eu não sou apologista de que a visão sobre a Europa nos Açores deva estar circunscrita aos Fundos Comunitários e aos Fundos Estruturais que advêm da arquitetura institucional europeia. No entanto, não posso deixar de reconhecer que essa é uma vertente europeia absolutamente crucial para os Açores e para o futuro dos Açores.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: E, de facto, aquilo que é já conhecido publicamente não deixa de mostrar algumas perspetivas que não são muito animadoras, tendo em conta aquelas que são as primeiras notícias sobre as negociações no âmbito do Orçamento Plurianual Europeu 2014-2020, quando são anunciados também cortes significativos, quer na área da coesão, da agricultura e das pescas que, como se sabe, têm uma importância significativa para a Região Autónoma dos Açores.

É certo, é reconhecido por variadíssimas entidades que os Açores têm, ao longo dos anos, sido um bom aluno, digamos assim, na aplicação desses Fundos Estruturais, referido ao mais alto nível, por exemplo, pelo Dr. Durão Barroso, referido por várias instâncias comunitárias, referido muito recentemente também pela delegação europeia que esteve nos Açores no âmbito da avaliação da aplicação das verbas afetas ao Pro-Convergência.

Portanto, temos esse património de boa aplicação dos Fundos Estruturais nos Açores.

Mas temos que, nas diversas frentes, ao nível do Governo dos Açores, ao nível das instâncias europeias, também nós, ao nível partidário, e no âmbito da influência que todos podemos e devemos ter junto do Governo da República, devemos continuar a afirmar a importância que têm estes Fundos Estruturais para os Açores. Já tivemos oportunidade de abordar e de discutir aqui, tendo em conta aquilo que se adivinha, tendo em conta o panorama atual português, que teremos que ter um papel e uma incidência significativa no âmbito da nossa balança comercial.

Teremos problemas significativos ao nível do investimento privado, ao nível das dificuldades da banca, ao nível do consumo e a incidência que terão e a forma como poderemos utilizar estes Fundos Estruturais e os Fundos Comunitários nas novas perspetivas financeiras. Estes têm uma importância fundamental na potenciação e maior aproveitamento dos nossos recursos naturais e sabemos, quer na área da agricultura, quer na área das pescas, e também ao nível da coesão, que isso tem uma importância significativa.

Não posso também deixar de referir, tendo em conta aquilo que foi mencionado pela Sra. Deputada Berta Cabral, no que se refere à importância dos transportes...

Aliás, um novo programa com, digamos, a dimensão e a essência daquilo que é o Programa POSEI na área dos transportes que, aliás, não é nada novo, consta dos relatórios da Assembleia das Regiões da Europa, datados do ano de 2012, portanto, não é uma matéria nova, mas que devemos continuar a sensibilizar as instâncias europeias, porque já tivemos da parte do Dr. Durão Barroso alguns sinais de aceitação desta perspetiva. Infelizmente, isso não tem vindo a ser notório na materialização desta perspetiva ao nível de um programa tipo POSEI para os

transportes, porque devemos todos continuar a defender e a afirmar a importância de uma União Europeia, de uma Europa das Regiões e sabemos que, tendo em conta as nossas características, isso é fundamental para o futuro.

Uma última referência para aquilo que se adivinha no âmbito da revisão da PAC, eu próprio, em nome deste Grupo Parlamentar, tive a oportunidade de estar à mesa com o Sr. Comissário Europeu da Agricultura, acompanhado também pelo Sr. Eurodeputado Luís Paulo Alves, e na altura tivemos um *feedback* importante sobre a necessidade de estudar o impacto do fim do regime das cotas leiteiras para algumas zonas da Europa muito específicas, como é o caso dos Açores.

Esse estudo, que será feito, e a análise ao impacto do fim do regime das cotas leiteiras na Europa já estão em marcha. O seu, digamos, Caderno de Encargos já foi criado também numa estreita relação, não só com o Parlamento, também com o Conselho e também com os governos desses Estados, como é o caso do Governo da República, onde a Ministra Assunção Cristas tem tido também um papel relevante.

Julgo que esta perspetiva e esta abertura não deixam de ser positivas, mas sabemos que as perspetivas não serão as melhores, mas cá estaremos, porque considero que, todos unidos, todos os partidos, todos os parceiros sociais, as associações representativas do setor e também o Governo da República, que têm, como se sabe, um papel determinante e fundamental na defesa da manutenção do regime de cotas leiteiras ao nível europeu, conseguiremos mostrar à Europa que esse regime de cotas é fundamental, tendo em conta a qualidade do nosso leite e tendo em conta o contributo que podemos dar, não só ao nível da produção de leite, mas também ao nível da transformação desse recurso e que é, sem dúvida absolutamente nenhuma, um bem de valor, diria, acrescentadíssimo para a economia regional.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-presidente.

(*) Vice-presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial

(Sérgio Ávila): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de fazer uma introdução em relação à minha intervenção, no sentido de que, tendo em conta que a intervenção, pertinente e atual, da Sra. Deputada Berta Cabral aborda a questão dos Fundos Comunitários, e apesar de, como, com certeza, não ter ainda conhecimento, porque a macro estrutura do Governo ainda não foi publicada, e tendo eu a responsabilidade da gestão dos Fundos Comunitários, é nesse enquadramento e nesse momento que abordo também essa questão.

Penso que as preocupações que a Dra. Berta Cabral aqui apresenta e que, aliás, são pertinentes e também, como referi, extremamente atuais, tendo em conta que hoje, ao fim do dia, começa um Conselho Europeu, que poderá ou não ser decisivo sobre esta matéria, tem também, neste contexto, uma abordagem que tivemos oportunidade de fazer, não só no âmbito do Programa do Governo, como também ao longo dos debates nestes dias e, nomeadamente, quer no primeiro dia de debate, quer ontem, na parte relacionada com os transportes.

Mas eu gostaria de dizer que nós partimos de um pressuposto que, à partida, é preocupante, como foi bem referido esta semana no debate sobre a matéria na Assembleia da República. É que o Governo português aceitou já, como dado adquirido, uma redução de 11% da política de coesão. Ou seja, a base de partida negocial que existe é uma aceitação por parte do Governo de Portugal de que, se houver uma redução de 11% no âmbito dos fundos para a política de coesão, é já aceitável por parte do nosso país.

Mas o que está aqui em questão hoje é que depois de uma primeira abordagem nesse sentido, a Comissão Europeia aumentou essa redução para uma proposta de 17% em relação aos Fundos Estruturais, à Política de Coesão, e alterou o seu conceito no âmbito da política agrícola de um valor que seria para aumentar para uma redução continuada.

E neste contexto penso que a dimensão da importância da nossa intervenção tem de ter dois níveis, mas também clarificando o grau de competência de cada um desses níveis.

Cabe às instâncias europeias, ao Parlamento Europeu e aos órgãos de gestão da Comissão definir o orçamento global para a política de coesão e a sua afetação a cada país.

Não cabe e não é competência dos órgãos de gestão europeus definir o montante de afetação a cada região do país. Ou seja, neste contexto, o que está em causa nas instâncias europeias é o bolo para a Política de Coesão e o bolo para cada país que beneficia da Política de Coesão. E é esse o grau de intervenção que nós devemos ter no âmbito da definição do montante do país. Depois, numa segunda fase, quando esse montante estiver definido, é que cabe ao país, nomeadamente ao Governo da República, Estado-Membro, conjuntamente com as diversas partes do país, dividir esse bolo pelas regiões.

E, nesse contexto, temos dois processos distintos e que devem ser devidamente separados para podermos, em cada momento, exigir as responsabilidades sobre quem tem decisão sobre cada uma destas matérias. Isto é, a variação que houver de Fundos Comunitários para o país não quer dizer necessariamente que a mesma seja dividida de igual forma pelas regiões.

E nós temos, sobre esta matéria, um capital superior às restantes regiões do país.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: O primeiro, a maior taxa de execução de Fundos Comunitários do país. Mas mais do que a quantidade, a qualidade da sua execução, como foi ainda ontem referido pelos membros da Comissão Europeia que acompanham a execução do programa em Portugal.

Mas não bastaria ter essa referência. Basta olhar para os documentos de base que enquadram o próximo período de programação para dizer, por exemplo, que no período de referência, que é a comparação entre a média de evolução do nosso produto, 2002-2004, referência do quadro anterior para o deste, que é de 2007-2009, os Açores foram, de longe, a região do país com maior crescimento do seu Produto Interno Bruto, entre as regiões objetivo 1.

E posso dizer que neste período de referência de cinco anos, por exemplo, os Açores conseguiram crescer, no âmbito de aproveitamento de Fundos Comunitários, 10,7% o seu PIB num espaço de apenas cinco anos. Enquanto, por

exemplo, o norte não teve qualquer crescimento; o centro cresceu apenas 1,9%; e o Alentejo 7,3%. Ou seja, a nossa capacidade de aproveitamento dos Fundos Comunitários foi comparativamente dez vezes maior do que o norte, cinco vezes maior do que centro e 50% superior à capacidade de aproveitamento da região do Alentejo.

E é este o principal capital que nós temos e que devemos ter no âmbito da distribuição dos fundos a nível nacional.

Segunda questão que referiu e que também é pertinente, mas que gostaria de lembrar que a questão de uma política de financiamento de apoio aos transportes aéreos não é uma matéria que foi introduzida como novidade.

Recentemente, aliás, o Memorando entre os Estados-Membros, publicado e acordado em 2010, referia concretamente a possibilidade, no âmbito, nomeadamente, do POSEI, de haver financiamentos para os custos inerentes e acrescidos dos transportes aéreos.

No entanto, o que nós temos é que definir claramente as responsabilidades de cada entidade.

Essas dotações, sendo para apoiar as regiões ultraperiféricas, devem ser afetas às responsabilidades que derivam das regiões ultraperiféricas. No caso concreto dos transportes, deve ser em relação aos transportes inter-ilhas, porque essa é que é a responsabilidade da região e nunca com transportes entre a região e o continente, porque se assim fosse, nós estaríamos a financiar responsabilidades da República com Fundos Comunitários que são afetos às regiões, ou seja, estaríamos a desonerar outras entidades em termos das suas obrigações e não a afetar os fundos a quem tem competências.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E essa diferença é essencial na abordagem desta matéria.

De resto, permitam-me também, em nome do Governo, saudar a Sra. Deputada Berta Cabral pela pertinência e atualidade da sua intervenção com esses aspetos, que são apenas um contributo para o seu aperfeiçoamento e um contributo para o debate desta matéria nesta Casa.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-presidente.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, gostaria de dirigir-me à Presidente deste Parlamento, felicitando-a pelo nobre cargo que desempenha e esperando que o exerça com total isenção e imparcialidade.

Também gostaria de desejar as melhores felicitações a todas/os Sras. e Srs. Deputados e ao XI Governo Regional.

Os reptos que as nossas Ilhas enfrentam são muitos, e reclamam dinamismo, atitude e afirmação dos que diretamente influenciam a decisão política final para as nossas vastas adversidades.

A atividade política revela-se no melhor instrumento de ação que os Açores dispõem. Sempre foi assim, sempre será assim. Agora, nos tempos presentes, com uma redobrada dedicação e uma sólida nobreza, para que a nossa Região tenha futuro no futuro.

O amanhã depende de todos nós - dos que governam, dos que fiscalizam, dos que pensam, dos que informam, dos que constituem os partidos políticos, da sociedade organizada ou, simplesmente, do cidadão comum na posse do seu direito de cidadania.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Onde é que isso vai acabar, Sr. Deputado!

É neste exato sentido de responsabilidade que assumimos as nossas funções parlamentares e nos comprometemos com os Açorianos.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Estamos convictos que a Autonomia é a “via única” para encontrar as soluções para os nossos problemas.

A Autonomia é a “via única” para resolver as nossas adversidades enquanto comunidades organizadas e espalhadas pelas nove ilhas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: As gerações vindouras não nos perdoarão se formos irresponsáveis perante o tempo longo ou ficarmos enclausurados no imediato.

Os nossos concidadãos, que hoje residem nas nove ilhas do Arquipélago, não compreenderão que, aqui na casa da democracia e da autonomia açoriana, não cheguemos a consensos alargados em questões que lhes dizem respeito.

A questão central do nosso trabalho residirá nos Açores, para quem aqui habita, para quem trabalha e para quem virá a seguir.

Estamos, também, cientes que terão de existir transformações nos próximos quatro anos.

Transformações para que se salvguarde a informação pública, exigindo ao mesmo tempo transparência e igualdade de tratamento.

Transformações para a formação do conhecimento e a investigação, que conheçam dias melhores, e, daí, dar um maior contributo para o progresso social, económico e cultural da Região.

Transformações na imprescindível mobilidade social, para que os açorianos possam todos gozar de uma vida melhor e para que se elimine as bolsas de pobreza que teimam em persistir, e até, aumentam.

Mais emprego, mais riqueza, mais população, mais solidariedade, mais sociedade e mais democracia são algumas das metas a perseguir de quem foi designado para governar e para quem foi incumbido de representar os açorianos.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quem governou os Açores nos últimos 16 anos foi o Partido Socialista...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E vai continuar!

O Orador: ... e nos próximos 4 anos será também o PS a fazê-lo,...

Deputado Francisco César (PS): 12!

O Orador: ... perfazendo 20 anos de governação do mesmo partido político.

Este Governo Regional tem, assim, toda a legitimidade democrática para governar e esperamos que o faça, não estabelecendo comparações, ou encontrando desculpas em pretextos ou manobras de atenção exterior para fugir às suas responsabilidades.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Vivemos uma profunda crise financeira e económica com graves consequências sociais que estão cada vez mais presentes na vida dos açorianos, como seja, o desemprego ou a fuga de jovens qualificados da Região.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Os açorianos esperam que o Governo Regional se antecipe à crise e não se limite a caminhar atrás da crise.

Os açorianos esperam que o Governo Regional se concentre na criação de riqueza e de emprego, e abdique de luxos incompreensíveis, de festas a mais, e da distribuição indiscriminada de dinheiros públicos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A questão do relacionamento externo, em especial, o Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América – mais conhecido por Acordo da Base das Lajes – na sua componente Técnica e Laboral, voltam a merecer a nossa maior atenção nesta nova Legislatura.

Esta Assembleia pode e deve continuar a colaborar para avaliar as consequências sociais e económicas que a implementação deste Acordo representa para os Açores e, especialmente, para a Ilha Terceira.

É, pois, essencial que este Parlamento siga o acompanhamento de todo o processo político e diplomático, de modo a ter um papel efetivo de ação na proteção dos interesses dos Açores.

Seremos todos, poucos, para trabalharmos na tentativa de se evitar uma redução do contingente de trabalhadores da Base das Lajes.

Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Será, certamente, uma preocupação transversal neste hemisfério a aposta na investigação, no desenvolvimento tecnológico e na inovação.

Queremos destacar e reforçar esta aposta como trampolim para o progresso dos Açores.

Neste sentido, temos a obrigação de trabalhar para que a Universidades dos Açores continue a dar a sua cooperação na afirmação da Autonomia, para o desenvolvimento das nossas ilhas e para o progresso das nossas comunidades.

O PSD/Açores é defensor de uma política clara de reconhecimento e valorização da Universidade dos Açores.

Importa recordar que a Universidade dos Açores formou muitos dos principais agentes responsáveis pelo fomento da autonomia.

A Universidade dos Açores serviu a Região, trazendo para os Açores a Ciência, o Ensino e a Investigação desenvolvidos à escala nacional, europeia e internacional e projetando a realidade açoriana para o resto do país e para a União Europeia.

A Universidade dos Açores é uma mais-valia para a consolidação do projeto autonómico da Região, pelo que interessa assegurar a sua viabilidade, a sua dignidade e a sua dimensão institucional.

A Universidade dos Açores (e julgo que todos concordam) tem um valor que não tem preço, é um passaporte universal e deve ocupar um lugar central na política de educação e de investigação científica na Região.

Deputados Cláudio Almeida, António Marinho e Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: A Região necessita de estabelecer as adequadas parcerias com a Universidade dos Açores, num quadro de relacionamento que deverá ser pautado pela previsibilidade e pela avaliação dos resultados alcançados, considerando a desejável ligação da Universidade ao processo de desenvolvimento regional.

Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

Nas sociedades modernas o diálogo serve para tomar as decisões concretas.

O verdadeiro alcance das promessas sente-se no dia em que temos que as cumprir.

O que não vale é dizer que não se cumpriu as promessas por causa dos outros.

Não sabemos se o Governo da República vai deixar ou deixar de deixar o que quer que seja.

Este é o ponto de partida.

O que sabemos é que nós, o PSD/Açores, vamos apoiar o Governo Regional a fazer o que pensamos ser melhor para os Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: E vamo-nos opor àquilo que sabemos não ser bom para os açorianos.

Deputado José San-Bento (PS): Se fosse o contrário!

O Orador: Sejam os claros relativamente a esta afirmação – este programa de governo tem pontos com os quais concordamos. Outros há com os quais não concordamos, quer por aquilo que expressamente dizem, quer pela filosofia subjacente.

O PSD/Açores será um fiel guardião das muitas razões dos muitos eleitores que em nós votaram.

A humildade não nos retira combatividade e a crítica não nos fará perder o sentido da responsabilidade.

Disse

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Não havendo, e tal como foi informado no período da manhã, vamos encerrar, por agora, os nossos trabalhos e retomaremos às 17h30 com as intervenções finais, que encerrarão o debate do Programa do Governo.

Até já, então.

(Eram 16 horas e 27 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar, então, os nossos trabalhos, e para uma intervenção dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(Eram 17 horas e 36 minutos)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Partido Socialista ganhou as últimas eleições regionais. Ganhou as eleições, mas não venceu as nossas convicções e a nossa determinação. O Partido Socialista ganhou, mas não convenceu todos os que continuam a acreditar que não existe

democracia sem alternância política. Ganhou, mas não venceu todos os que continuam a lutar pela igualdade de oportunidades entre todos e cada um dos açorianos.

Ganhou, mas não venceu os que defendem que, nestas horas amargas da crise, os mais desfavorecidos e vulneráveis devem ser a grande prioridade de um Governo decente, em detrimento do vasto aparelho partidário dos que ganharam.

Ganhou. O Partido Socialista ... ganhou. Ganhou, mas não venceu!

Não venceu as nossas consciências! Não venceu o nosso desejo de justiça!

Não venceu a nossa paixão pela liberdade!

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Partido Socialista é agora dirigido por uma geração de políticos etariamente nova, mas velha nos hábitos e ambições. Chamo-lhes os “Jovens Turcos”.

Uma geração para quem a política e o poder são tudo o que conhecem e ambicionam. Uma geração desligada da realidade vivenciada pelo povo comum.

Uma geração ofuscada pela luz exclusiva dos palácios de cristal. Uma geração de privilegiados, educados num complexo sistema de vassalagem e predominância.

Neste mundo da elite do poder socialista não existe espaço para a renovação. Muda o Presidente, mas não muda quem manda.

Embalsamado no poder continuará, honorariamente, quem nunca quis e se ouviu sair.

No Governo, no Parlamento, na Administração Regional e no sector empresarial público assistiu-se a algo muito parecido com o tradicional jogo da dança das cadeiras. A única alteração às regras é que, na versão rosa, ninguém fica de fora. Quem não ficou no Governo ficou assessor do Governo. Quem não ficou no Parlamento ficou numa qualquer vasta valência do universo do poder socialista. O jardineiro passou a motorista.

O motorista a segurança. O técnico de estatística a cartomante e o fotógrafo a retratista. É, verdadeiramente, a evolução na continuidade.

Que atuais são, nos Açores, as palavras do imortal Almeida Garrett:

“Foge, cão, que te fazem barão. Para onde? Se me fazem visconde”.

Mas neste mundo do poder socialista nem tudo são rosas. Neste mundo o Inferno está reservado apenas aos delitos da liberdade de opinião interna e à desobediência às ordens de quem manda. São poucos, muito poucos, os que se atrevem a discordar.

Assim, o sistema de poder socialista tem, sobretudo, dois hemisférios. O Céu e o Purgatório. No Purgatório deambulam as almas caídas em desgraça. Se o seu sofrimento for silencioso e se ainda tiverem forças e estomago para entoarem hossanas às qualidades sobrenaturais de quem manda, então a redenção é possível. Em suma, a redenção é sempre viável para os que tiverem digitais paráliticos e não tiverem língua.

Para quem está no Céu e lá quiser permanecer, as palavras-chave são: não penso, logo existo. Esta é, meus senhores, a homília deste regime. Renovação? Mudança? Não pensem nisso! Tudo mudou, para que tudo possa permanecer igual.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Vinte anos de poder absoluto de um só partido. Vinte anos sem alternância democrática. Vinte anos de sonhos e de aspirações de justiça roubados a uma geração de açorianos.

Na sociedade açoriana são cada vez mais os que desistem e se submetem ao poder instalado. Que hipótese tem hoje um jovem de ser contratado para a administração regional se não tiver o cartão do Partido?

Nenhuma, ou quase nenhuma! Nestas condições quem se arrisca a não ser do Partido? Quem se arrisca a não pertencer à situação?

É claro que para aqueles que se sentem injustiçados existem sempre os tribunais. Mas quanto tempo demoram a passar, em Portugal, as noites em que se espera pela justiça? Ser da oposição nos Açores é um ato de coragem. Mais tarde ou mais cedo, a vida dos que insistem em pensar diferente será transformada num Inferno por um poder cada vez mais implacável.

É por isso que insisto aqui em deixar um testemunho. É por isso que a luta pela liberdade é tão importante nos Açores. Sem liberdade, nada faz sentido. Sem

liberdade, nada vale a pena. A liberdade nunca é dada e tem, sempre, de ser conquistada. Conquistada e venerada todos os dias.

Merecida sempre!

Mas essa liberdade de que falo tem de ser filha da generosidade, da justiça e da irmandade. Nunca ninguém será verdadeiramente livre enquanto existirem outros que não o são. É por isso que a luta pela liberdade e pela democracia é um ato coletivo. Viver livre, ser livre, nem que seja apenas por uns breves momentos, é o máximo a que um ser humano pode aspirar. A liberdade é um vício que se entranha e um prazer sem retorno.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O Presidente do Governo Regional pediu, a todos os partidos da oposição, a votação favorável ao Programa do Governo. Logo a seguir deleitou-se, com voz e feição inalterada, pelo facto do Programa do Governo corresponder exatamente ao texto do Programa Eleitoral do Partido Socialista. Reivindicou uma votação favorável por, pressupostamente, ser filho da deusa vitória, algo que, segundo ele, lhe dá o direito a todos os despojos e a todas as consciências.

Pois a minha resposta é: não, Senhor Presidente. Votarei contra! O senhor não teve o meu voto favorável nas eleições e também não o terá nesta Câmara. Por muitas razões, que têm a ver, entre outras coisas, com o facto de o seu Programa ser absolutamente inadequado para resolver os graves problemas que a sociedade açoriana enfrenta, mas sobretudo porque o senhor confundiu, deliberadamente, o Programa do Governo dos Açores com o Programa do Partido Socialista.

Um Programa do Governo dos Açores não pode ser uma mera cópia do Programa do seu Partido. Cerca de 50% dos açorianos votaram noutros projetos e noutras pessoas. O Senhor Presidente tinha o dever, sem abdicar dos seus princípios eleitorais nucleares, de ter apresentado a esta Câmara uma ideia mais alargada e participada para os Açores. Mas não.

Decidiu confinar-se às ideias do seu Partido. Cabe-nos a nós garantir que o futuro dos Açores não se esgota num projeto unilateral do Partido Socialista.

O Partido Socialista, ao assinar o Memorando de Entendimento com a República nas costas desta Assembleia, vendeu a Autonomia dos Açores por meia dúzia de

patacas. O Senhor Presidente quer que a oposição embarque agora na cruzada de defesa de uma Autonomia a quem o Senhor destruiu as muralhas e os baluartes. Da parte do PPM vamos dar a necessária batalha em prol da Autonomia, mas não ao lado de quem entregou as chaves do castelo.

Uma palavra final para a população da ilha que me elegeu, a primeira ilha dos Açores, a gloriosa ilha do Corvo. Vou cumprir, com paixão, o que prometi. Em cada sessão plenária e nas comissões parlamentares que integrar, defenderei as legítimas aspirações da população corvina. Recuperando atrasos de décadas e garantindo que, a partir de agora, marcharemos, lado a lado com as nossas ilhas irmãs, na senda do progresso e da justiça social.

Disse!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Senhores Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos: Este debate e este programa mostraram bem que, ainda mal saído da casa de partida, este Governo desistiu.

Desistiu.

Pura e simplesmente desistiu de se preocupar com aqueles que são os mais centrais dos problemas da nossa Região: a recessão, o desemprego e o empobrecimento dos açorianos.

Talvez porque as dificuldades são grandes, talvez porque o Governo prefira atirar para Lisboa todas as responsabilidades ou talvez porque a solução obriga a que se belisquem os velhos interesses e clientelas instalados, mas o que é certo é que não se encontra neste documento, como não se encontrou nos discursos dos membros do Governo, uma solução, uma política ou uma medida que vá à raiz destes problemas.

O momento exigia a coragem política de sair do redil do dogma, de pensar fora da caixa, e atuar em contraciclo para estimular a nossa economia, mas o Governo prefere dedicar-se àquilo que faz melhor: o anúncio propagandístico, o bluff político, a frase oca.

Enquanto o Governo continua imerso no seu mundo de fantasia, invocando os anjos para que venham salvar a economia regional, a realidade lá fora continua. E a realidade é que cada vez mais açorianos estão desempregados, as famílias estão cada vez mais pobres, as empresas vendem cada vez menos e, inevitavelmente, despedem cada vez mais.

Mas, em vez apresentar propostas e políticas para tentar quebrar este ciclo vicioso, o Governo desistiu.

A questão do rendimento das famílias e da necessidade de se reativar o consumo, apoiando, assim, as empresas e a criação de emprego tornaram-se a questão essencial a que é necessário dar resposta urgente. É das respostas que dermos a esse problema que depende, em primeiro lugar, a nossa capacidade de resistir e de vencer a recessão e de construir um futuro de crescimento e justiça social. Para isso é essencial usarmos as nossas competências autonómicas, recusando as chantagens e ingerências do Governo da República e afirmando o direito dos açorianos a gerirem livremente os seus próprios recursos.

Melhorar a vida das açorianas e açorianos, aliviar as suas dificuldades, não é apenas justo como também o único rumo para reativar a economia regional e traçar um futuro de crescimento e desenvolvimento para os Açores. Essa é a prioridade política do PCP.

Sra. Presidente, Sras. e Senhores Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Governo desistiu porque quis.

O Governo desistiu porque é fiel aos mercados como se o livre mercado fosse compatível com o estado social.

O Governo desistiu porque continua a insistir na fidelidade dogmática à espúria e mal fadada terceira via.

O Governo desistiu porque insiste nos erros dos seus antecessores pois não se vislumbram, neste programa que foi debatido, um único rasgo de rutura com o passado, renovar só na imagem, renovação só no discurso de circunstância.

Mas este governo não só mantém a fidelidade à teologia do mercado como, no caso da diminuição do tarifário e do custo final das passagens aéreas, acentua essa sua

crença propondo uma solução que terá como consequências a diminuição da qualidade do serviço, a remuneração do capital privado com capitais públicos, a continuidade da discriminação dos açorianos no acesso ao seu direito à mobilidade e ao não isolamento e, o que não é de somenos importância, à sustentabilidade económica da companhia regional, a SATA.

O PCP não pode, assim, dar o seu aval a um programa que coloca em causa a necessária rutura com modelos de desenvolvimento falidos.

O PCP Açores não pode dar o seu voto favorável a um documento orientador da ação governativa que colocando como um dos pilares centrais da sua atuação a criação e a manutenção do emprego, mas que não dirige uma única medida aos trabalhadores.

As opções são pela competitividade da economia regional, o que em si mesmo não é sequer criticável, todavia todos sabemos muito bem o que isso significa – desvalorização do trabalho.

Necessitamos, como de pão para a boca, de construir um mercado interno pujante necessitamos, certamente e para que isso seja possível, o tal Plano Integrado de transportes aéreos e marítimos que temos vindo a propor e que o Governo agora assume, necessitamos, certamente de diminuir a nossa dependência externa em produtos alimentares e outros, como temos vindo a propor. Mas, não tenhamos dúvidas que isto só terá sucesso se os trabalhadores, as famílias, em suma o Povo Açoriano tiver rendimento disponível.

Ao longo desta legislatura iremos continuar a propor medidas que direta e indiretamente aumentem o rendimento de quem trabalha. Medidas de reposição como é o caso do confisco dos subsídios de férias e de Natal de 2012, de aumento do acréscimo ao salário mínimo, aumento de remunerações e complementos regionais, medidas de redução dos encargos mensais das famílias e das empresas, como seja a redução em 10% da fatura da EDA.

E vamos fazê-lo, senhoras e senhores deputados, conscientes que só assim será possível sair deste ciclo vicioso da crise.

Haja coragem para a rutura.

Haja coragem para defender e cumprir o juramento que todos nós aqui fizemos no passado dia 5 de Novembro.

Há outros caminhos. Tenhamos a coragem de os trilhar.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma intervenção, dou a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sra. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Enquanto debatemos o Programa do Governo da Região Autónoma dos Açores, decorre, na Assembleia da República, a discussão do Orçamento de Estado que, já na próxima semana, a maioria PSD/CDS vai impor aos/às Portugueses/as. Este Orçamento de Estado, na esteira da política da troika, é um autêntico assalto fiscal. Políticas estas que lançaram o País no caos, na miséria e no sofrimento, inutilmente, porque a dívida e os défices continuam a aumentar, apesar de todas as maquilhagens e malabarismos.

Também por isto, a demissão do governo PSD/CDS é, hoje, uma exigência nacional.

Os reflexos desta política, nos Açores, são o desastre social que todos conhecemos e, não tenhamos dúvidas, com a aplicação do Orçamento da República, se tal não for impedido, os/as Açorianos/as (como todos os/as Portugueses/as) mais agruras vão sofrer.

Mas o Governo PSD/CDS (na esteira da velha direita centralista, de má memória) tem, como objetivo, atacar a Autonomia. A exigência absurda dos Açores pagarem os serviços prestados pelo Serviço Nacional de Saúde (quando as suas populações a ele recorrem, por não existirem, na Região, os cuidados médicos exigidos), para além de absurdo, é profundamente discriminatório, impondo aos habitantes desta Região uma subalternidade, que os remete para o estatuto de portugueses de segunda.

Também da revisão da Lei de Finanças Regionais, nada se pode esperar de bom.

Esta Lei é, para nós, um dos três pilares da autonomia.

Desde há ano e meio - quando o Governo PS, na República, assinou o Memorando com a troika -, que o Bloco de Esquerda/Açores propôs, reiteradamente, a união de todos os partidos da Região, na sua defesa, porque ela é estruturante da Autonomia e não pode ser motivo de jogo político ou arma de arremesso.

Mas, independente dos motivos, a unidade agora encontrada, entre todas as forças políticas, na defesa das traves mestras da atual Lei de Finanças Regionais, é importante para os Açores e o Bloco de Esquerda empenhar-se-á, convictamente, nesta batalha.

Pesam sobre os/as Açorianos/as sérias ameaças e, infelizmente, o Programa de Governo que hoje acabamos de analisar – e, ainda mais do que o Programa, as respostas e as não respostas, com que o Governo de Vasco Cordeiro nos presenteou - confirmam que o XI Governo da Região Autónoma dos Açores, não vai ser uma barreira contra a austeridade, mas antes um aplicador do plano troikista, ainda que de forma mais fofinha.

A campanha eleitoral do Partido Socialista (em particular, os discursos contra a austeridade sobre quem trabalha e sobre os mais pobres, do então candidato Vasco Cordeiro) criou as maiores expectativas de que, na Região, usando as prerrogativas da Autonomia, teríamos um governo que, dentro das suas competências, minimizaria as atrocidades do Governo da República. Lamentavelmente, bastou um mês para que o Bloco de Esquerda confirme que assim não será.

Certamente, não é por incapacidade que o Programa de Governo não tem um enquadramento económico. Poderá ser que o Governo Regional queira esconder a mais do que certa queda do PIB regional, nos últimos dois anos?

Em 203 páginas, bem recheadas de desejos e intenções, não há um único objetivo concreto, quantificável, com que o Governo se comprometa.

Eis algumas questões concretas:

- A evasão fiscal é uma chaga na economia da Região, e os próprios empresários o afirmam. É responsável por cerca de 250 milhões de euros a menos, todos os anos, nos cofres públicos, os trabalhadores (como, oficialmente, não existem) não têm direitos e é um entorse terrível para uma economia saudável.

Sobre isto, o Programa de Governo nada diz e o Governo da Região diz que nada tem a ver com isto, porque é responsabilidade do Governo da República. Todos sabemos que as Finanças não estão regionalizadas mas, este problema, para além das questões que referi, ao lesar os cofres públicos, lesa a sua capacidade de garantir melhor Saúde, melhor Educação, melhores apoios sociais.

Perante tudo isto, a resposta do Governo Regional é de bradar aos céus!

Um governo que é eleito tendo, como base, a luta contra a austeridade e a minimização, na Região, das políticas nefastas do Governo da República, à pergunta ‘Vai o Governo dos Açores repor o subsídio de férias para o ano de 2013? E ao subsídio de Natal o que é que vai fazer?’ o Governo responde coisa nenhuma. Ora, esta é uma prerrogativa exclusiva do Governo dos Açores, portanto, perante a não resposta, ficamos a saber (por exclusão de partes) que o Governo Regional vai, de facto, continuar a retirar aos trabalhadores do sector público e à economia dos Açores, cerca de 30 milhões de euros, que tanta falta fazem à dinamização do mercado interno.

Afinal, não há barreira contra a austeridade; há é a negação do discurso da campanha eleitoral.

Afinal, o Memorando assinado com a República não é um documento inócuo (como o PS tem defendido); é mesmo para valer e para valer contra quem trabalha. Mas, diz o Governo que vai aumentar o ‘cheque pequenino’ e o abono de família. Também já sabemos como é.

O Governo da República tira o Rendimento Social de Inserção e diminui os subsídios de desemprego, para aumentar 2% as pensões mais baixas. O Governo dos Açores dá alguma coisa depois de tudo ter sido tirado.

Mas, enquanto aos trabalhadores tira, o Governo mostra-se pródigo, na continuação de desbaratar dinheiros públicos.

Por exemplo, na Educação propõe-se continuar a política que justificou os chorudos apoios ao Colégio do Castanheiro. Ou seja: paga para a construção e gestão de colégios privados, enquanto falta dinheiro para a Escola pública.

Também na Saúde, o exemplo do negócio da Radioterapia é para continuar e desenvolver. E, neste caso, mesmo após o Tribunal de Contas ter assinalado que,

em termos económicos, o negócio seria prejudicial para a Região, este prosseguiu, com nova maquilhagem.

Mas este Governo, no seu Programa, mantém esta linha de ação que, aliás, é a mesma que o leva a recusar-se a alterar a Lei dos contratos públicos, no que respeita à diminuição da legalidade das derrapagens, em percentagens inaceitáveis. Afinal, o regabofe continua para alguns.

Pela primeira vez aparece colocada, num Programa de Governo, a possibilidade da Base das Lajes ter outras valências, as quais promovam o desenvolvimento e o emprego, em vez do desastre que vai, a breve trecho, acontecer.

Mas a posição do Governo é, no mínimo, ridícula: quem vai investir a sério, numa estrutura que, a qualquer momento, tem de parar a sua laboração, porque outros precisam dela para fazer uma guerra?

A filosofia que perpassa, neste documento, também vai em linha, com o Governo da República e traduz-se no seguinte: nada há a fazer no mercado interno, nada há a fazer, quanto ao financiamento das empresas. Como manda Vítor Gaspar, temos que apostar na exportação.

Com esta filosofia, o Governo abdica de um combate sério, na defesa dos sectores tradicionais da nossa economia e, em breve, veremos o nosso queijo de S. Jorge ser feito com leite holandês.

Sempre o Bloco de Esquerda defendeu a necessidade de alteração do paradigma da nossa economia, mas isso não pode ser feito de um dia para o outro, nem sobre os escombros e a miséria dos sectores tradicionais.

Finalmente, para aquilo que é o coração da nossa economia - os transportes -, o Governo coloca tudo na lógica da entrada das *Low-Cost*, mas não responde para quantas ilhas, quais, com que periodicidade, como fará quanto às deslocações inter-ilhas. Sobre isto, ou não responde, ou não sabe, ou o mercado é que vai decidir.

Este Programa (mas, insistimos, mais do que o Programa, as respostas e as não respostas que abundaram) mostra que este Governo não é uma barreira à austeridade criminosa para o País, imposta pelo Governo da República. É, antes, a continuação do habitual: discurso, para um lado; prática, para o outro.

Este Governo está alinhado com a troika e não quer dar o contributo que devia dar, para salvaguardar os/as Açorianos/as dessa política criminosa que afunda o país e que afunda os Açores.

Nós temos outro caminho, temos outras soluções. O nosso voto contra este Programa é, portanto, o corolário lógico.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Artur Lima para uma intervenção.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Finalizamos hoje o debate sobre o Programa do XI Governo Regional que resultou da vitória do Partido Socialista nas eleições do passado dia 14 de outubro.

Vitória que lhe atribui a elevada responsabilidade de desenvolver os Açores como um todo, não deixando ninguém para trás, e, sobretudo, jamais permitindo que existam Açorianos com mais direitos e outros com menos oportunidades.

O CDS-PP acredita que a Autonomia serve para construir um futuro melhor, para corrigir assimetrias internas resultantes da ultraperiferia, para valorizar e potenciar os nossos inalienáveis ativos, para criar os instrumentos que nos protejam de cenários externos de crise. Em suma, para governarmos melhor aquilo que é nosso! Deveríamos ter usado a nossa Autonomia para nos destacarmos pela positiva, porém, do uso que lhe foi dado até ao presente, resultaram inaceitáveis e acentuadas assimetrias internas e, talvez por isso, mas não apenas por isso, aumentou a nossa exposição e dependência do exterior.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Somos a Região Autónoma dos Açores. Somos Açorianos. Somos um Povo lutador e tenaz, mas, também, devemos ter a noção das nossas fragilidades, limitações e do fardo das enormes dependências, nomeadamente financeiras, que atualmente carregamos fruto do Governo da Autonomia.

Desde já, que fique claro: o CDS-PP não partilha da leitura e da análise à evolução económica e social que serve de base ao documento que está aqui em apreciação,

nem aceita o argumento, insistentemente em voga, de que tudo o que de mal acontece a esta Região é de responsabilidade externa.

É importante recordar que a Região já teve *superavit's*, evoluiu para contas públicas equilibradas, mas acabou altamente endividada, ao ponto, aliás, de ter ido à República, de mão estendida, pedir um resgate financeiro.

Por isso, quando confrontados com muitas das perspetivas que o Governo aqui nos apresentou, interrogamo-nos se realmente vivemos todos na mesma Região e se é sobre os mesmos sectores económicos e sociais que estamos a refletir?

Na nossa perspetiva, infelizmente, os Açores sofrem uma grave crise estrutural, quer nos sectores produtivos tradicionais, como nos sectores económicos emergentes.

Provam-no todos os indicadores estatísticos públicos e publicados:

Temos hoje a maior taxa de desemprego da história da Autonomia (sendo que o desemprego de longa duração e o desemprego jovem atingem também valores recorde: 57% e 37%, respetivamente); temos uma taxa de 15,4%, que aumentou 700% na última década de governação socialista;

Segundo o INE, considerando o indicador compósito da coesão e o índice global de desenvolvimento regional, os Açores são a última região portuguesa, registando-se aqui os mais recentes dados sobre o PIB, por ilha, que põe a nu, repito, a nu, a estratégia política centralista que tem vindo a ser seguida pelos sucessivos governos;

Somos a região do País com mais pobres e a segunda pior em termos de desigualdade de rendimentos;

Este é um Governo que disponibiliza aos seus habitantes as passagens aéreas mais caras do Mundo...

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: ... e que ilude os Açorianos com uma suposta intenção de baixá-las, mas apenas pretende beneficiar uma parte, prejudicando intencionalmente o todo, prosseguindo uma política discriminatória de incremento das desigualdades, negando-lhes justos direitos, fazendo tábua rasa dos desígnios da autonomia e do ser Açoriano.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Que não se entenda esta análise como uma crítica destrutiva e que não se veja este discurso como uma tentativa de incomodar e quebrar o tom triunfalista que caracteriza a postura do Governo.

Agora, a importância do Programa do Governo é tal para o futuro dos Açores, que não é admissível minorizar e ignorar o que se passa nos sectores económico e produtivo da nossa Região.

Por isso, registo com pesar que se jogue tanto com alguns indicadores e não se queira ter a exata noção da fragilidade da nossa dispersa economia, da nossa sociedade e do momento de dificuldades porque todos passamos.

Deste Programa do Governo se infere que os cerca de mil milhões de euros de dívida do Serviço Regional de Saúde não são uma efetiva preocupação.

Fala-se em garantir a sustentabilidade, mas não se diz uma única palavra sobre como fazê-lo. E, entretanto, há doentes que não têm medicamentos para serem tratados em unidades de saúde.

Os doentes deslocados são praticamente esquecidos. Nem o Governo anterior cumpriu com a proposta do CDS-PP, aqui aprovada por unanimidade, em 2009, para aumentar as diárias dos doentes para 70 euros, nem este renovado executivo se propõe fazê-lo.

Para estes utentes, doentes que sofrem, está apenas reservada a criação de uma linha telefónica de apoio no Serviço Regional de Saúde.

E quanto à humanização dos serviços de saúde, o Programa do Governo socialista propõe-se, tão-só, e pasme-se, a humanizar as salas de espera!

Este Programa do Governo apresenta um arrazoado de frases feitas, supostamente, destinadas a concretizar políticas sociais e de solidariedade.

Mas o que sobrou do debate foi a incapacidade da novel titular da pasta em explicar como tira os Açores do último lugar da tabela nacional da pobreza.

O Programa do XI Governo Regional tem centenas de linhas sobre apoio ao emprego, empregabilidade dos jovens, formação de desempregados, fomento ao empreendedorismo. Frases bonitas, mas que enfermam de um esquecimento

arrepiante: se não houver dinamismo na economia que potencie a criação de postos de trabalho, de pouco servirá à Região ter os desempregados mais bem qualificados do País!

Sra. Presidente, Senhoras e Senhores Deputados:

Contudo, há algo muito mais grave, diria até gravíssimo, que o Governo fez questão de omitir do texto do seu Programa e deste debate e que, quando confrontado, negou: as enormes consequências do memorando de entendimento que assinou com o Ministro Vítor Gaspar quando lhe pediu um resgate financeiro de 135 milhões de euros.

Porque, e é sempre fundamental alertar os Açorianos, o Governo Regional está obrigado a cumprir as metas e os objetivos do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro que vigora no País, a troika, e, devido a isto, os Açorianos serão forçados a sentir toda a austeridade que for aplicada na República.

O Governo hipotecou a nossa Autonomia ao ponto de ter que enviar para parecer prévio à República os documentos previsionais e orçamentais, antes de os submeter ao órgão máximo da Autonomia, que é esta Casa.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Em suma, o Governo dos Açores trocou a nossa Autonomia por uns milhões que lhe serviram para pagar dívidas e colher dividendos eleitorais e isto terá consequências nefastas para a nossa situação social, económica e financeira, e que se prolongam pelos próximos 10 anos.

Nada disso está vertido no Programa do Governo. Nada que se estranhe, pois toda a austeridade que já foi introduzida na Região, pela mão do PS, como as taxas moderadoras no Serviço Regional de Saúde ou a redução de 10% no diferencial dos combustíveis, só para dar, apenas, estes dois exemplos, também não vinham escritos.

Deputado Berto Messias (PS): Até parece que o CDS não está no Governo da República!

O Orador: Todavia, o PS tem razão numa coisa: o Povo deu-lhe a maioria dos votos.

A este propósito socorro-me do “Folhetim 526” de Luiz Fagundes Duarte, aqui presente. Passo a citar: *“As eleições foram o que foram, ganhou quem ganhou, perdeu quem perdeu, e daqui por diante só temos duas saídas: aos que perderam, que procurem lá bem dentro de si as razões porque perderam – porque o eleitorado tem sempre razão; aos que ganharam que não se ufanem demasiado – porque o eleitorado sabe muito bem quando é que lhes há de furar o balão”!* Fim de citação.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma coisa é certa, os próximos tempos serão muito difíceis também na Região Autónoma dos Açores. O ano 2013 será dos mais negros da história da Autonomia com mais insolvências e falências, mais desemprego, mais pobreza e mais austeridade...

Por isso, o grande desafio que o CDS-PP deixa a este Governo, para os próximos quatro anos, é que, em conjunto com todos os Açorianos e na modéstia da nossa capacidade e representação, esteja disponível para caminharmos e trabalharmos no sentido de evitar o pior. Que não deixe ficar os apelos dos últimos dias nos discursos de papel.

Este é um Governo que não tem desculpas. Nem sequer a governação nacional lhe pode servir como tentativa de fuga às suas responsabilidades, pois, como já vimos, foi o Governo do PS/Açores que foi pedir ajuda à República.

Deputado Nuno Alves (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: Não quero com isto dizer que o Governo não vai tentar fazer o melhor que sabe, o melhor que pode. Estou constatando que até agora o melhor que sabe e o melhor foi insuficiente para resolver os problemas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este Programa de Governo, nas palavras dos seus executores, é uma via açoriana para ultrapassarmos os novos desafios que se nos colocam os tempos contemporâneos.

Porém, para nós, CDS-PP, este Programa de Governo, aliás, como, em certa medida, o próprio Governo e a Administração Regional no seu conjunto, é resultado da aplicação, a este tempo, da teoria de Lavoisier: *Nada se cria; nada se perde; tudo se transforma!*

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Sra. Presidente da Assembleia,

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

Findo o debate do Programa do Décimo Primeiro Governo Regional, gostaria, em primeiro lugar, de dirigir-me aos mais de 18 mil cidadãos da nossa Região que se encontram sem trabalho e aos muitos jovens recém-formados que não conseguem encontrar emprego: o drama que enfrentam é a principal prioridade e uma preocupação diária do PSD/Açores.

Dirijo-vos, pois, uma palavra de Esperança e afirmo aqui um compromisso solene: tudo faremos para encontrar respostas. Queremos que, nesta emergência, não vos falte apoio.

Sabemos que o Regime Autónimo encontra aqui o seu maior desafio.

Uma palavra também para os empresários que enfrentam grandes dificuldades. Muitos só sobrevivem. A maioria está sem capacidade de investimento ou sem liquidez para fazer face a compromissos.

A todos quero expressar a total disponibilidade do PSD/Açores para propor medidas que acudam à situação de emergência em que se encontram.

O Povo dos Açores não perdoará aos seus representantes políticos - e com razão - se nesta Legislatura o interesse público soçobrar ao interesse partidário.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Todos nós temos especiais responsabilidades na árdua tarefa de reconstruir a Economia da nossa terra.

Nunca, repito, nunca, o Governo poderá dizer que esta ou aquela ajuda está a faltar porque, aqui ou ali, não foi possível um acordo com o PSD/Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Esse é outro compromisso que quero deixar a todas as açorianas e açorianos!

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Com esta postura, respeitamos os resultados eleitorais, mas também o mandato que nos foi confiado pelo Povo.

O PSD/Açores não está aqui para dizer sim a tudo o que for proposto pelo Governo nem para uma mera análise acrítica das suas propostas.

A oposição séria e construtiva é também sinónimo do respeito que nos merecem os milhares e milhares de açorianos que viram no nosso partido uma alternativa e que acreditam que há um caminho diferente para as nossas ilhas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há um facto indesmentível: a atual crise demonstra que fizemos opções erradas na última década. Opções essas cujo preço está a ser pago agora.

A promessa do Governo de elaboração de um Programa de Recuperação do Potencial Produtivo é o reconhecimento do que falhou no passado.

De facto, esse potencial sempre existiu. Acontece é que ele não foi aproveitado como devia. Não se pode recuperar o que não se perdeu, pode-se, isso sim, aproveitar o que está desaproveitado.

Os Açores precisam mais de mudança do que de renovação. E nesse aspeto, não saímos daqui tranquilizados: o Governo do Partido Socialista resigna-se, vezes demais, ao argumento do “podíamos estar pior”, sendo que, logo na tomada de posse, o seu Presidente foi avisando que o mais provável é que fiquemos mesmo pior.

Não era isso, seguramente, que as açorianas e açorianos esperavam ouvir de quem até há pouco afirmava empunhar o Estandarte da Esperança!

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

O Programa de Governo do Partido Socialista e a real situação dos açorianos demonstram que é necessária uma oposição empenhada, que apresente iniciativas capazes de criar novos instrumentos de combate à crise.

Uma oposição que complemente ou melhore medidas do Governo.

Este Programa tem vezes de mais a palavra “continuar” e vezes de menos a palavra “criar”.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Para o PSD/Açores as soluções apresentadas são insuficientes para constituir a resposta que se impõe ao atual estado de emergência social.

Receamos até inclusivamente que nalguns aspetos este Programa seja um obstáculo ao cumprimento dos objetivos anunciados.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O documento que debatemos aqui nestes três últimos dias, vale também por aquilo que ele omite.

Sendo um documento enquadrador da estratégia do Governo para a legislatura, não se compreendem as omissões a dois dos elementos que mais o condicionam: o Memorando de Entendimento assinado com a República e a preocupante dívida do Sistema Regional de Saúde, que ainda esta semana conheceu novos desenvolvimentos, com a suspensão de fornecimento de medicamentos às unidades hospitalares.

Diga-se, neste último aspeto, que o PSD/Açores não compreende que se justifiquem atrasos nos pagamentos a fornecedores de medicamentos com o

período de transição de governos quando, ao mesmo, tempo foram gastas verbas avultadas em fardamentos, apoios culturais e outras despesas do género.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Mais do que um imperativo de boa gestão dos dinheiros públicos, o pagamento atempado aos fornecedores, nomeadamente na área da saúde é, nos tempos em que vivemos, um imperativo moral!

Onde vai ser encontrado financiamento para o sector da Saúde?

Por outro lado, de que forma o Memorando vai afetar a ação governativa?

Nem o Programa do Governo, nem o debate ao longo destes três dias deram resposta a estas questões.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como foi já referido, o PSD/Açores tem sérias dúvidas na estrutura orgânica escolhida pelo Governo.

Consideramos que nalguns casos essas opções podem ser o tal obstáculo ao cumprimento das políticas previstas.

O Mar, que no discurso oficial recente parecia ser, e bem, opção máxima, parece diluir-se no extenso rol de competências da Secretaria Regional dos Recursos Naturais.

Para o PSD/Açores faria mais sentido uma Secretaria Regional da Economia e do Mar, já que é uma evidencia que o Mar é, cada vez mais, encarado como um recurso económico.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Numa Região arquipelágica, quando se quer desenvolver o mercado interno, e se precisa desenvolver o mercado interno, quando se quer substituir importações e criar emprego, teremos de ver o mar como aliado da economia e não como entrave.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: O Mar, em toda a sua dimensão holística e com todas as novas vertentes de potenciação de riqueza que envolve, deveria ter merecido, na nossa opinião, outra valorização na orgânica do Governo.

O Mar desapareceu da orgânica e parece que levou consigo a economia.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Num momento de gravíssima crise económica,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... não nos parece opinado não existir uma Secretaria da Economia que servisse de esteio para o desenvolvimento de políticas económicas para atacar a crise em que estamos envolvidos.

Boa parte das questões da economia são absorvidas por quem tem a responsabilidade da gestão do orçamento, opção que já provou ser errada experiências fora e dentro País.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: A macrocefalia da Vice-presidência, que suga competências, poderes e meios financeiros não nos parece ser uma boa solução para uma boa gestão sectorial e para o equilíbrio de poderes fundamental para uma boa governação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O combate do PSD/Açores não é contra este Governo, é contra a crise que afeta os açorianos.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Desde o início deste debate, o PSD/Açores demonstrou a sua total disponibilidade para encontrar as melhores soluções para os problemas que afligem as famílias e as empresas açorianas.

Esta disponibilidade não é mera retórica política.

É um compromisso solene que quero assumir perante os açorianos.

O PSD/Açores está em condições de avançar com contributos para questões de regime e com contributos para problemas da governação da nossa Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ouçam!

O Orador: Queremos apontar, desde já, seis questões de regime que consideramos de crucial importância:

Primeiro: O PSD/Açores, em conjunto com outros partidos nesta Casa, já deu um passo concreto para a assunção de uma posição conjunta dos Açores no que concerne à revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas, que defende designadamente a manutenção da diferenciação fiscal e o reconhecimento da nossa condição especial de região arquipelágica.

No plano financeiro, consideramos ainda imprescindível que seja garantido que todas as receitas geradas e cobradas na Região, nomeadamente da sobretaxa do IRS, revertam integralmente para o Orçamento dos Açores. O PSD/Açores adotará esta posição de princípio quer no Parlamento Regional, quer no Parlamento Nacional.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E o orçamento?

O Orador: Segundo: O atual debate europeu sobre a distribuição dos fundos comunitários no período 2014/2020 é de primordial importância para o futuro dos Açores. A luta pela manutenção do volume de apoios, pelo reconhecimento e aplicação prática do conceito de ultraperiferia e pelo Posei/Transportes a todos deve unir.

O PSD/Açores compromete-se a tudo fazer, desde os Açores até Bruxelas para atingir estes objetivos.

Terceiro: A Universidade dos Açores é um pilar da Autonomia e do desenvolvimento dos Açores.

O PSD afirma a importância de se encontrar a melhor forma de garantir o financiamento da Universidade dos Açores.

Consideramos que a nossa Universidade deve ser vista como parceiro indispensável por todas as instituições açorianas, nomeadamente governo regional, autarquias, empresas e instituições privadas.

Quarto: A presença das forças militares americanas na Base das Lajes e o acordo assinado neste contexto representa um importante contributo para a economia regional e, especialmente, para a Ilha Terceira.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD/Açores empenhar-se-á na promoção de todos os entendimentos internos e externos que garantam, designadamente, os postos de trabalho atualmente assegurados.

Quinto: O PSD/Açores está também disponível para acordos de regime que reformem a nossa Lei Eleitoral, visando a diminuição do número de deputados, garantindo a realidade ilha e assegurando a proporcionalidade e representatividade de todos os partidos.

Neste aspeto, temos propostas concretas para colocar em cima da mesa das negociações logo que exista entendimento para tal e se queiram abrir as conversações.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sexto: Em relação à prospeção marítima e à exploração dos fundos marinhos, o PSD/Açores entende que não pode haver nenhuma dúvida. A titularidade dos direitos dessa prospeção e exploração é da Região.

Estaremos sempre ao lado dos Açores, cooperando com os órgãos de governo próprio em todas as ações que venham a ser tomadas para assegurar esse direito.

Mas essa constatação não nos impede de considerar também que este processo não pode ser tratado pelo Governo dos Açores como um segredo só seu.

Este é um processo que, em nome do interesse dos Açores, tem de ser bem conduzido e liderado.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Agora, quanto às questões de governação, também queremos apontar, desde já, seis matérias para as quais disponibilizamos o nosso trabalho:

Primeiro: sendo o desemprego o principal flagelo que afeta os nossos concidadãos, o PSD/Açores contribuirá, por um lado, com propostas para travar o processo de destruição de emprego em curso e, por outro, com propostas de programas de natureza estruturante para criação de postos de trabalho.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Entendemos, designadamente, que deverá ser criado um programa que junte os esforços do Governo, das Autarquias, das associações empresariais e das escolas profissionais na orientação da formação para uma efetiva empregabilidade, onde o estabelecimento de ninhos de empresas, a criação de fundos de capitais de risco e o apoio ao autoemprego devem ser prioridades.

Segundo: assumimos o compromisso de apresentar neste Parlamento uma proposta para a criação de um Programa de Apoio às famílias em situação de insolvência, com uma incidência muito forte nos casos dos agregados familiares mais penalizados pelo desemprego.

Não podemos deixar entregue a si a uma família que perdeu os seus rendimentos do trabalho.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Terceiro: o PSD/Açores está disponível e preparado para contribuir para a criação de um fundo de apoio às empresas, em concertação com a Banca, os representantes do meio empresarial, associativo e cooperativo.

O objetivo deste fundo será a criação de sinergias para obter os meios e o capital necessários à revitalização do tecido empresarial e do sector cooperativo regional.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Quarto: tendo em conta que o Posei/Agricultura e o Posei/Pescas, desde a reforma de 2006, são programas cujos conteúdos são elaborados pela Região e aprovados pela Comissão Europeia, o PSD/Açores está disponível e preparado para a apresentação de propostas que adequem os respetivos conteúdos às necessidades mais prementes dos agricultores e pescadores açorianos que se veem a braços com uma contínua diminuição de rendimentos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quinto: O Serviço Regional de Saúde enfrenta o desafio da sua própria sustentabilidade.

O saneamento da dívida torna-se uma urgência. O adequado financiamento é uma prioridade.

O PSD/Açores está disponível para colaborar na convergência de soluções que permitam libertar de forma progressiva os constrangimentos a que está sujeito o Serviço Regional de Saúde.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Sexto: O PSD/Açores, concretizando - desde já e de forma clara - a sua disponibilidade para contribuir de forma construtiva para resolver os problemas dos açorianos, pode informar aqui o Governo Regional, que vai responder positivamente ao repto lançado pelo Senhor Secretário da Saúde neste Plenário na passada terça-feira e, depois de nos ser dado conhecimento da proposta de Plano Regional de Saúde, vamos apresentar propostas que o possam enriquecer.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como se comprova, a disponibilidade do PSD/Açores para colaborar na procura de soluções para os problemas dos açorianos não é retórica.

É firme, convicta e consequente.

Como se vê e se comprova desde já, estamos à altura das nossas responsabilidades.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Se o Governo estiver, ele próprio, à altura do desafio que lançou, não será pelo PSD/Açores que os açorianos não terão respostas para os seus problemas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Tal como dizíamos na abertura deste debate, tempos urgentes requerem medidas urgentes.

Estamos prontos para trabalhar, com propostas e ações concretas tanto nas matérias que elencámos, como em todas as outras que exijam um PSD/Açores à altura das suas responsabilidades.

Estamos prontos, se o Governo assim o quiser, para começar este trabalho já amanhã.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Minhas Senhoras, Meus Senhores, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como disse na abertura deste debate, a Via Açoriana não pode ser a Via Açoriana das desculpas.

Tem de ser a Via Açoriana das respostas.

A Via Açoriana das soluções.

A cada dificuldade, a cada contrariedade, a resposta de quem nos Governa na Região não pode ser sempre que a culpa é do Governo da República.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Programa de Governo que debatemos durante os últimos três dias não é o Programa de Governo do PSD/Açores. Essa é uma evidência.

O que leva o PSD/Açores a votar contra este Programa de Governo é o facto de ele não responder às necessidades dos açorianos e, por isso, queremos contribuir para ajudar os açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O PSD/Açores cá estará para trabalhar.

Para cooperar nas matérias em que for possível encontrar consensos, de forma a ajudar os açorianos a ultrapassar a tormenta em que se encontram.

Não são poucos os desafios que temos pela frente.

Não são poucas as tarefas que temos de empreender por uns Açores melhores e mais bem preparados para enfrentar uma situação muito complexa.

Não bastam palavras ou anúncios de intenção.

Partimos, pois, para esta missão com sentido de responsabilidade.

Para nós não há tempo a perder em favor dos açorianos!

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Oh Paulo, não gostaste do discurso do Sr. Deputado Duarte Freitas?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Gostei, gostei!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas não aplaudiste!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O Sr. Deputado está é com inveja!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

A aprovação do Programa do XI Governo dos Açores, para além de cumprir um preceito institucional consagrado estatutariamente, representa o ponto de partida para mais um ciclo da nossa autonomia regional.

Governo e Parlamento dos Açores, mais do que cumprir simbolicamente as legítimas aspirações autonomistas materializadas no nosso brasão, entram, a partir desta sessão legislativa, em plenitude de funções, procurando corresponder às elevadas expectativas que os açorianos depositam nos seus Órgãos de Governo Próprio.

Findo o período eleitoral onde, mais uma vez, os açorianos manifestaram um elevado sentido cívico e uma profunda maturidade democrática, a Região inicia, a partir de agora, uma nova etapa da nossa Autonomia.

Os Açorianos mostraram, mais uma vez, que o respeito pelas regras do jogo democrático e a sobriedade do exercício político são marcas impressivas da nossa Autonomia.

A forma como mais uma vez se processou o ato eleitoral nos Açores, com elevação, civismo e enorme maturidade democrática mostra que os Açores são hoje, também neste particular, um exemplo para o nosso País.

As divergências políticas e ideológicas que existem na Região – e que hoje encontram também eco nesta Casa da Autonomia – são a representação saudável de como a democracia funciona nos Açores, com transparência, sem sobressaltos e com profundo respeito pela soberana e lúcida vontade popular.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Os açorianos não podiam ser mais claros. Escolheram de forma inequívoca o rumo que pretendem para a nossa Região. Cabe-nos, por isso, como representantes eleitos acatar, com humildade a decisão do povo açoriano.

Estamos, por isso, convencidos que a lição democrática que os açorianos ensaiaram no passado dia 14 de outubro não será, decerto, esquecida por todos aqueles que gozam, agora, do privilégio de os servir neste parlamento.

Tal não significa, porém, que os vencidos sejam minorizados pela maioria. Do mesmo modo que também não se espera que a minoria não saiba interpretar corretamente o resultado eleitoral.

Com a aprovação do Programa do XI Governo dos Açores encerra-se um capítulo formal da nossa arquitetura estatutária e inicia-se uma nova fase em que cada um deve saber interpretar o papel que lhe coube nas eleições.

A humildade democrática é válida quer para vencedores quer para vencidos.

É certo porém – e convém deixar isso muito claro – que, em democracia, não há lugar ao ressentimento nem a tentativas de ajuste de contas com a decisão popular.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A legislatura que agora se inicia está repleta de desafios. Os tempos em que vivemos são de enorme incerteza. O País encontra-se sob intervenção externa, diminuído nas suas capacidades e governado por dirigentes que não estão à altura dos pergaminhos da nação mais antiga da Europa.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, o espaço político europeu em que nos inserimos parece estar à beira do colapso, à medida que o humanismo, a solidariedade e o ideal da Europa comum são secundarizados pela lógica neoliberal da Senhora Merkel e dos seus acólitos tecnocratas, alguns dos quais hoje instalados no Terreiro do Paço.

É fundamental, por isso, que apesar das diferenças ideológicas que nos separam, os partidos representados neste parlamento saibam estar do lado dos açorianos sempre que a opção for entre a afirmação de uma via açoriana ou a repressiva austeridade radical imposta de fora.

A narrativa, que hoje é repetida à exaustão, não esconde os verdadeiros propósitos da agenda da austeridade nacional do Governo da República do PSD e do CDS-PP – Mudar – ou refundar como alguém já disse – o Estado Social sem preocupações ou remosques de consciência.

Não tenhamos ilusões. É previsível que, por detrás da suposta auréola reformista, venha mais uma tentativa de diminuir, condicionar ou minorizar a Autonomia Regional que várias gerações de açorianos lutaram para implementar, preservar e defender.

Que fique muito claro. O Partido Socialista dos Açores irá manter-se vigilante e bater-se-á, sem tréguas, pela defesa da autonomia regional, nem que o tenhamos de fazer sozinhos, seja contra quem for.

Deputado Miguel Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Não confundimos cooperação com subserviência.

Não confundimos solidariedade com desresponsabilização do Governo da República nas suas obrigações para com os Açores, porque os açorianos não são portugueses de segunda.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: A história de sucesso da autonomia dos Açores é hoje a prova material de que a afirmação da Portugalidade no meio do Atlântico só se fez com sucesso e com garantias de modernidade a partir da implementação do regime autonómico.

É pois fundamental que saibamos resistir aos ímpetos dos que se sentem tentados a promover um recuo histórico na relação entre a Região e o Estado.

Contamos, por isso, com todas as forças políticas açorianas na defesa do nosso património autonómico.

Contamos com todos os senhores deputados na denúncia da evidente contradição dos que, por um lado, fogem das responsabilidades que são devidas ao Estado e, por outro, não escondem a tentativa de reduzir as competências dos órgãos de governo próprio das regiões autónomas.

Sejamos claros. A defesa da dimensão atlântica de Portugal só é possível com uma autonomia vigorosa que não seja comprometida pela visão redutora e pela estreiteza de pensamento estratégico que reduz Portugal à pequenez das circunstâncias financeiras.

Dessa forma, viveremos sem ambição de futuro, sem respeito pela herança histórica e sem sentido de Estado numa manifesta diminuição da nossa identidade política e cultural enquanto povo.

É por isso que a sustentabilidade do regime autonómico é, porventura, um dos maiores desafios que se colocam próximos quatro anos.

Apesar da boa gestão das nossas finanças públicas, apesar de sermos a única parcela do país que, nos últimos anos, se aproximou dos índices sociais e económicos da média europeia, apesar do salto qualitativo que demos nos últimos 16 anos, não estamos – como aliás nenhuma região está – imunes aos ventos da crise que assolam a Europa e o país.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: A diferença, porém, existe e é por demais evidente, quer em relação à Região Autónoma da Madeira, quer em relação ao território continental.

No primeiro caso, ninguém de boa-fé pode ousar comparar os Açores com o caos financeiro que, infelizmente, atingiu a Madeira. A autonomia açoriana é diferente

da autonomia madeirense, quer na gestão das contas públicas, quer no modo como a democracia é exercida.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Em relação ao território nacional, também estamos conversados.

Enquanto por lá, onde o Governo da República do CDS-PP e do PSD é obcecado pela austeridade, e onde essa austeridade, mais do que uma necessidade, é uma obsessão ideológica, aqui fazemos questão de proteger a matriz da proteção social que nos distingue, quer como responsáveis políticos, quer como povo que, ao longo da história, se habituou a enfrentar unido todo o tipo de adversidade.

É pois por isso que faz todo o sentido – por mais que desgoste a alguns dos presentes – falar de uma via açoriana.

Falamos dela e inscrevemo-la como matriz do nosso programa político porque, acima de tudo, respeitamos e temos orgulho na identidade cultural que faz dos açorianos um povo singular e solidário.

É por isso que, apesar de também termos que adotar medidas de contenção orçamental, fazemo-lo com a determinação própria de quem sabe que enfrentaremos as dificuldades unidos e sem deixar ninguém para trás.

Esta é, também, uma marca distintiva da autonomia açoriana que assumimos com orgulho.

O nosso modelo de desenvolvimento é, porventura, o projeto político com maior sucesso na história da democracia portuguesa.

Confrontados com uma assinalável dispersão geográfica que se reflete necessariamente na gestão quotidiana do serviço público, os Açores, apesar de todos os constrangimentos, são uma Região que já provou, por diversas vezes, ser capaz de se superar.

É por isso que, mais do que uma justa reivindicação, a Revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas deve continuar a assegurar uma discriminação positiva relativamente aos Açores, com especial relevância para a manutenção da diferenciação fiscal e das transferências para a Região.

Aliás, sobre esta matéria, amanhã teremos oportunidade de discutir aqui, neste parlamento, uma proposta conjunta de vários partidos que defendem, desde já, os interesses da nossa Região.

Sabemos que, nesta matéria, não será uma batalha fácil. Mas também aqui apelamos ao sentido açoriano de todas as forças políticas representadas neste parlamento para que se juntem ao Partido Socialista na defesa de uma aspiração legítima que serve, não só os interesses regionais como também o interesse nacional.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A proteção e a criação de emprego são, porventura, as ideias chave do Programa do XI Governo dos Açores.

Este é o desafio principal e a prioridade central do Executivo liderado por Vasco Cordeiro. O reforço das políticas ativas de emprego e a criação de emprego constitui, nos tempos que correm, uma preocupação transversal a todos os setores da governação.

Conforme pudemos constatar, ao longo destes dias de debate, o Governo manifestou, igualmente, total abertura para, em diálogo com os parceiros sociais e restantes forças políticas e partidárias, alavancar uma Agenda de Emprego como forma de combater os efeitos da crise internacional e o impacto das más decisões políticas do Governo da República, do PSD e do CDS-PP.

Neste capítulo, assumem particular relevância as apostas no Empreendedorismo, na Inovação, no aumento da competitividade e no reforço da solidariedade.

A implementação desta agenda açoriana para a criação de emprego deve ser a prioridade das prioridades, e deve começar imediatamente, concentrando todos os nossos esforços, em nome do futuro da nossa Terra.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Quero aproveitar também a oportunidade para, novamente, apelar à responsabilidade de todos os partidos políticos.

Em democracia, o papel da oposição é tão importante como a função de governar. Por isso, e nos tempos difíceis que enfrentamos, renovo a disponibilidade do

Grupo Parlamentar do PS Açores para acolher todas as propostas que melhorem e aumentem as políticas ativas de emprego na Região.

O combate ao desemprego é uma tarefa de todos os agentes do sistema político.

Por isso, mais do que críticas estéreis que não resolvem problema algum, aguardamos propostas sérias, construtivas e responsáveis por parte dos partidos da oposição.

Nós não nos acomodaremos à sombra de uma maioria. Estaremos sempre disponíveis para dialogar e acolher boas ideias e boas propostas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Programa de Governo que aprovamos neste Parlamento constitui, sobretudo, a assunção do compromisso eleitoral que o Partido Socialista firmou com os Açorianos.

Ao contrário do que aconteceu na República com o PSD e com o CDS-PP, nós não prometemos uma coisa na campanha eleitoral para aprovarmos outra depois das eleições.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Com o Partido Socialista, o contrato eleitoral assumido com os açorianos e o compromisso de confiança celebrado entre os açorianos e o Partido Socialista nas últimas eleições são para cumprir.

A afirmação da Via Açoriana representa, por isso, a melhor garantia de que os açorianos podem contar com o empenho e a determinação do PS e deste Governo.

A proteção social sempre fez parte da matriz ideológica do Partido Socialista.

É por isso que, neste momento de adversidade, os açorianos sabem que contam com um Governo que assume a solidariedade e a proteção social como valores indispensáveis.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Quando em Portugal existe quem queira colocar em causa o princípio da solidariedade inter-geracional, nos Açores o Governo Regional garante a manutenção e o reforço de apoios sociais importantes, como o complemento regional de pensão, o complemento ao abono de família e o apoio à aquisição de medicamentos.

Ao mesmo tempo que asseguramos e melhoramos as políticas de proteção dos idosos, desenvolvemos políticas ativas para os mais jovens para que possam ter melhores instrumentos de acesso à vida ativa.

Porque nos Açores, apesar das dificuldades, nós não fazemos como o Governo da República. Não nos limitamos a encolher os ombros e a cometer a enorme indignidade política de mandar os nossos jovens a emigrar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Nós queremos os jovens dos Açores, nos Açores, garantindo a permanência na Região de um dos nossos mais importantes recursos, como são os jovens qualificados.

Deputado Nuno Alves (CDS-PP): Para ficarem no desemprego!

O Orador: Não hipotecamos o futuro nem renegamos o passado. Nos Açores, todos - mas mesmo todos - contam.

Porque sabemos que uma sociedade sem um forte compromisso inter-geracional está condenada ao fracasso, também aqui faz todo o sentido afirmar uma Via Açoriana que repudia o modelo nacional que defende a lógica de cada um por si e que reduz cada cidadão a um mero número numa mera folha de excel.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Programa do Governo dos Açores agora em discussão representa a confiança renovada no nosso projeto de sociedade.

Um projeto de sociedade que elege a sustentabilidade como valor essencial. Em que a Agricultura, o Mar, o Ambiente, a Inovação, a Educação, a Saúde, o Turismo e as Acessibilidades concorrem para que, no meio do Atlântico, se continue a construir uma verdadeira Sociedade do Conhecimento.

É por isso que quem se diz contra a austeridade, quem se diz contra a desresponsabilização do Governo da República para com as suas funções na Região, quem se diz a favor do emprego, quem se diz a favor de um futuro sustentável nos Açores tem de, naturalmente, apoiar este programa de governo.

Sabemos que são muitos os desafios que temos pela frente.

Sabemos, igualmente, que são vários os obstáculos que teremos que enfrentar.

Mas acreditamos que, apesar disso, os Açores podem ser uma referência da Europa no Atlântico.

A nossa reduzida dimensão não condiciona a ambição de afirmar e manter os Açores como uma Região de sucesso, onde o humanismo, a solidariedade e a sustentabilidade são valores essenciais do nosso modo de vida.

Os tempos em que vivemos são particularmente difíceis. Cabe, por isso, aos responsáveis políticos uma enorme responsabilidade.

A recusa do facilitismo e da acomodação, o combate ao conformismo e à resignação são tarefas essenciais de todos os agentes políticos.

O pessimismo não pode ocupar o lugar do sonho e da ousadia.

Nos Açores continuamos a acreditar que somos mais, muito mais, do que aquilo que as meras circunstâncias ditam.

Temos mais de 500 anos de História. Sempre soubemos resistir às adversidades.

Sempre fomos capazes de assumir teimosamente a nossa condição açoriana.

Saibamos pois, estar à altura dos desafios de hoje.

Saibamos honrar os nossos antepassados e lutar agora e sempre pelo direito inalienável à nossa Autonomia.

Vamos ao trabalho.

Viva os Açores.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Para uma intervenção, e para encerrar o debate, dou a palavra ao Sr. Presidente do Governo.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

No termo destes três dias de aturada análise da proposta do Programa do XI Governo dos Açores, cabe-me, nos termos regimentais, encerrar este debate que marca, após a votação, a entrada em plenitude de funções do Executivo regional.

O Governo está, a partir daqui, habilitado a exercer em pleno o mandato que lhe foi conferido pelos Açorianos, ambicionando, com orgulho, levar os Açores para a frente, e trabalhando, com humildade, no melhor do seu saber e da sua capacidade, para cumprir e realizar os compromissos que assumimos.

Se em circunstâncias normais seria já importante referi-lo, na atual conjuntura é essencial salientá-lo: este não é um Governo dotado de varinhas de condão.

Teremos, certamente, as nossas falhas e as nossas omissões.

Assim será porque agiremos e decidiremos no exercício da função que nos cabe.

Contamos, por isso, também com a capacidade de propositura das Senhoras e dos Senhores Deputados para o aperfeiçoamento das nossas propostas, para o alerta para as nossas falhas e para a integração das nossas lacunas.

Mesmo que nem todos tenham chegado a este debate com a disponibilidade e a abertura para definirem o seu sentido de voto depois de verem esclarecidas as suas eventuais dúvidas, – essa seria, porventura, a melhor forma de também valorizar o papel desta Assembleia neste momento politicamente relevante –,...

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: ... saímos deste debate com a consciência clara que teremos todos, todos sem exceção, muito trabalho a fazer nos próximos anos.

Como ficou provado ao longo deste debate parlamentar, este Governo tem bem a noção da dimensão da tarefa que está à nossa frente.

Vencê-la é, pois, aquilo que agora convoca todas as nossas energias, toda a nossa capacidade e todo o nosso saber, de forma a que não se perca um minuto na implementação das medidas e das propostas que compõem o Programa que agora acabaram de apreciar.

Esta urgência não pode, porém, por em causa a responsabilidade, o rigor ou o bom senso de que qualquer política pública deve estar imbuída nesta fase conturbada em que vivemos.

Nesta conjuntura, a resposta do Governo dos Açores não poderia ser outra: a definição clara, objetiva e transparente das suas prioridades de atuação em todas as áreas da governação e, também, a aplicação do mesmo esforço ao nível do investimento público a promover nos próximos 4 anos.

Esta estratégia vai acompanhar a ação do Governo nos vários setores, porque, não tenhamos dúvidas, os próximos tempos vão exigir o melhor de todos e de cada um de nós.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Interessa, pois, avançar.

Quero, por isso, dar a conhecer a esta casa e às Açorianas e aos Açorianos que acompanham este debate que, até final do ano, convocarei e realizar-se-á um Conselho de Governo Extraordinário dedicado às Empresas e ao Emprego.

Esta iniciativa, que pretendo também devidamente articulada com os parceiros sociais, nomeadamente, os representativos dos trabalhadores e dos empresários e também com os partidos políticos, visa, não só a aprovação de medidas concretas, também de natureza conjuntural, mas, para além disso, a definição de um roteiro, devidamente calendarizado, quanto às medidas que, no âmbito da Criação de Emprego e reforço da Competitividade das Empresas, se impõe tomar na nossa Região.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: É, pois, a concretização da Agenda Açoriana para a Criação de Emprego, que assim arranca e se efetiva, num processo que gostaria congregasse e

orientasse na sua realização o contributo tão necessário, quer de entes públicos, quer de entes privados.

Mas vencer os desafios com que a economia e as empresas açorianas estão confrontadas, vencer os desafios de mais e melhor emprego, passa também pela criação de um novo Sistema de Incentivos, alicerçado no próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Também aqui não há um minuto a perder.

Acompanhamos e saudamos as posições expressas pelo Governo da República no âmbito do Conselho Europeu quanto à necessidade imperiosa de acautelar as dotações referentes ao nosso país e, expressamente, as posições referentes às regiões ultraperiféricas.

O Governo dos Açores está ao lado do Governo de Portugal neste combate para que, sobretudo nesta conjuntura difícil, o projeto de uma União Europeia alicerçada na solidariedade e na coesão seja mais do que apenas palavras.

Vice-presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Este sistema de incentivos, cujos trabalhos preparatórios se iniciarão ainda este ano, deve assumir como objetivo fundamental a disponibilização de meios que reforcem a rentabilidade das empresas e potenciem a criação de mais valor acrescentado.

Para tal, a linha estratégica prioritária que deve presidir à sua definição deve ser, claramente, o apoio a projetos de carácter estratégico para a economia regional que apostem nos fatores dinâmicos de competitividade e que contribuam para o alargamento da base económica de exportação da nossa economia.

Permitam-me, ainda neste âmbito, uma referência a dois setores particularmente afetados pela atual conjuntura, seja na componente dos efeitos da brutal restrição pela banca no acesso ao crédito, seja nos efeitos da diminuição acentuada do rendimento das famílias.

Refiro-me, ao setor da Construção Civil e setor do Turismo.

No caso deste último, a evolução extremamente positiva que se vinha verificando no Turismo nos Açores foi seriamente afetada, e até invertida, pela crise financeira e económica que assolou os nossos principais mercados emissores de turismo.

O nosso objetivo passa, pois, pela melhoria constante do conhecimento e posicionamento do destino Açores junto dos mercados e das suas tendências de procura, permitindo que a oferta se flexibilize e se adeque às necessidades e desejos do mercado-alvo.

E se este trabalho agora se deve intensificar, ele vem dos que nos antecederam e está a produzir resultados.

É, exatamente, por isso que hoje posso anunciar que, entre abril e outubro do próximo ano, um novo operador vai desenvolver a ligação Paris/Ponta Delgada/Paris, num total de 25 rotações e com um potencial de dormidas de cerca de 17.500.

Neste objetivo estratégico de ter um setor turístico mais forte e gerador de emprego, ganha também natural destaque a concretização de uma política integrada de promoção dos Açores como marca 100 % natural.

Os Açores marcam.

Marcam valorizando os nossos ativos naturais, a sustentabilidade da nossa Agricultura e das nossas Pescas e a nossa qualidade ambiental.

É por isso que esta marca impressionante tem de ser potenciadora da valorização do destino, da valorização dos nossos produtos e dos nossos serviços.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O outro setor a que atrás me referia é o setor da Construção Civil.

A Região está a concluir um ciclo de construções de infraestruturas públicas.

Esta circunstância não deve ser motivo de temores, nem de apreensões.

Deve, isso sim, ser vista como uma oportunidade, tanto para o Governo, como para as empresas, no desenvolvimento de um novo ciclo de investimento direcionado para novas áreas, como é o caso da reabilitação urbana.

Numa Região insular como a nossa, não podemos continuar a ocupar solo fértil ao ritmo com que o temos feito nos últimos anos, sobretudo terrenos que devem ser direcionados para a produção agrícola.

E, sobretudo, não podemos continuar a ocupar terrenos férteis, ao mesmo tempo que o centro das nossas freguesias, das nossas vilas e das nossas cidades vê aumentar o número de casas abandonadas ou degradadas.

Deputada Catarina Moniz Furtado e Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Assim, decidi impor à Administração Regional, e pelo prazo de 3 anos, eventualmente renovável, uma moratória na construção de raiz de novos empreendimentos, quer sejam destinados a satisfazer a nossa política de apoio e construção de habitação social, quer sejam os objetivos destinados à realização da nossa política de equipamentos coletivos.

Obviamente que esta moratória não significa que o Governo vai deixar de apoiar a habitação social ou equipamentos coletivos.

Significa, isso sim, que essas áreas de ação governamental serão realizadas recorrendo à recuperação da malha urbana já existente, apenas assim não acontecendo no caso de compromissos já celebrados e assumidos, ou quando exista uma impossibilidade objetiva para tal.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Tenho, porém, consciência que temos de ir mais longe e em maior detalhe para ajudarmos o setor da construção civil, não só a manter, mas, se possível, também a criar mais emprego.

Este é o momento de inovar, de redimensionar e de agregar esforços e vontades para vencer também neste domínio.

Gostaria por isso de anunciar que, no início do próximo ano, o Governo lançará um amplo processo de reforma da legislação referente ao setor da construção civil.

Desde logo no âmbito de procedimentos, mas também de regras técnicas que resultam de legislação nacional por transposição de diretivas comunitárias, o facto é que, muitas das vezes, estamos perante um conjunto de disposições legais que demonstram estar, no mínimo, desajustadas da nossa realidade e que encarecem em muito o preço da construção.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

E esse trabalho deve estender-se também à nossa Agricultura e às nossas Pescas. No primeiro caso, esse setor continua a representar um peso significativo na estrutura económica da Região e a sua importância vai muito para além do seu peso económico e da sua capacidade para gerar riqueza, sobretudo, tendo em conta as características particulares dos Açores.

É por isso que se torna necessário avançar ainda mais em áreas como a diversificação agrícola, apoiando os projetos que surjam nas áreas da horto-fruticultura, mas também incentivando a organização da produção, bem como dar início aos processos de criação de canais de comercialização externa.

No setor dos laticínios, quer do ponto de vista da transformação, quer do ponto de vista da produção, julgamos ser possível e desejável avançar mais em áreas como a da inovação e conseqüente criação de mais valor acrescentado.

Nas Pescas, e conforme tive já oportunidade de referir, o desafio com que estamos confrontados não é o de pescar mais, mas sim o de vender melhor.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Esta é a estratégia que, do ponto de vista do Governo, consegue estabelecer o denominador comum entre a exploração sustentável dos recursos e o maior aproveitamento comercial de espécies que ainda revelam esse potencial, convergindo tudo isto na criação de mais rendimento para os nossos pescadores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

A nível estrutural, e na perspetiva das novas gerações, assumem especial relevância as políticas da Educação e de Formação.

Concluída que está praticamente a infraestruturização do setor, são as políticas que visem combater ainda melhor e, no fundo, dar continuidade ao trabalho de combate ao insucesso e abandono escolar e de melhoria das qualificações dos jovens açorianos.

Mas nesta componente governativa dita social, há uma área que merecerá da parte do Governo e que deve merecer da parte de todos nós uma especial atuação.

Como tenho salientado por diversas vezes, um dos maiores desafios com que a nossa Região está confrontada é o da sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde.

Também neste setor é altura de tomar decisões de fundo que permitam assegurar a todos os Açorianos, independentemente da sua condição económica, o acesso a cuidados de saúde dignos, seguros e céleres.

Não abdicamos de sermos nós, aqui nos Açores, a tomar estas decisões.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Queremos uma saúde próxima das pessoas em todas as fases da sua vida, desde a maternidade e primeiros anos de infância, à fase mais tardia da vida, com maior nível de dependência.

Queremos uma saúde de e para todos, com melhores níveis de acessibilidade à medicina geral e familiar, principalmente na vertente preventiva.

Queremos um melhor acesso aos cuidados de saúde hospitalares, nas diferentes especialidades, otimizando os tempos de espera.

Queremos cuidados continuados e paliativos de qualidade, quer estes sejam prestados no domicílio ou em instituições ou unidades de saúde.

Queremos um serviço de Saúde que garanta o futuro e que, por isso, aposte no valor da sustentabilidade, em maiores níveis de produtividade dos recursos, rentabilizando todo o investimento que está concentrado no setor,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é que é falso!

O Orador: ... no reconhecimento da qualidade e na profissionalização da gestão.

Todos estes princípios implicam, porém, mudanças a que nenhuma área do Serviço Regional de Saúde pode ficar imune.

Como poucas vezes noutras matérias, a forma como enfrentaremos estes desafios é decisiva para vencermos com sucesso, com eficácia e com perenidade.

Assumi, em devido tempo, que a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde é um dos maiores desafios da presente legislatura.

No entanto, sinto ser meu dever como Presidente do Governo trabalhar para que as soluções que se definam e ponham em prática não sejam apenas soluções para esta legislatura.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Só assim julgo poder haver correspondência entre a nossa ambição e o resultado que queremos alcançar.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Considero, por isso, chegada a hora de pensar o Serviço Regional de Saúde dos Açores, e a sua sustentabilidade, numa perspetiva mais alargada, pensando-o, por exemplo, num horizonte temporal a 10 ou 15 anos.

É por isso que considero que as reformas que são necessárias fazer não devem ser reformas apenas do XI Governo, mas sim as reformas que devem reunir os consensos necessários para que sejam estáveis no tempo e, por isso, possam produzir os seus efeitos na totalidade.

É por isso que, com a solenidade própria do tempo e do espaço em que nos encontramos, quero propor, quero convidar todos os partidos políticos representados neste Parlamento, bem como as entidades representativas dos

profissionais deste sector, para que se juntem a nós na definição e implementação de um Compromisso Regional para a Sustentabilidade do Serviço dos Açores.

Vice-presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Este Compromisso visa definir, durante o ano de 2013, que Serviço Regional de Saúde queremos ter nos Açores ao longo dos próximos 10 a 15 anos, como o devemos estruturar e quais as medidas que devem ser concretizadas para realizar estes objetivos, bem como para garantir a sua imprescindível sustentabilidade.

Não está em causa, como facilmente se percebe, a capacidade do Governo, apoiado por uma ampla maioria, desde logo do Partido Socialista, para fazer e aprovar estas reformas.

O XI Governo dos Açores tem as condições políticas e institucionais para garantir que este assunto não ficará por decidir e garanto-vos que, em última instância, ele não ficará por decidir.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Mas, Senhoras e Senhores Deputados, julgo ser minha responsabilidade e meu dever, pelo menos, tentar criar as condições políticas para uma reforma, consensual, eficaz e perene.

É isso que assim faço e é para isso que agora vos convido.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

A concluir esta intervenção gostaria de transmitir a esta Câmara o entendimento do XI Governo dos Açores sobre uma matéria fundamental para uma das ilhas da nossa Região, o mesmo é dizer uma matéria de interesse de todos.

Refiro-me à situação relativa ao Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América, que tem na Base da Lajes a razão primeira da sua existência.

É conhecida a intenção do Governo dos Estados Unidos de reduzir a presença americana nas Lajes, transmitida pelo Governo da República ao Governo dos Açores na reunião ontem realizada em Lisboa.

Importa, pois, deixar nota pública da posição do Governo dos Açores sobre esta matéria:

O XI Governo dos Açores, o Governo dos Açores, apoia, inequivocamente, todos os esforços, todas as diligências, todas as medidas que o Governo Português tome e que sejam destinadas a salvaguardar a letra e o espírito do Acordo de Cooperação e Defesa.

Deputados José San-Bento e Miguel Costa (PS): Muito bem!

O Orador: Esta é uma questão que, pela sua importância, pelo seu contexto e pelos seus efeitos mais profundos no relacionamento entre os dois Estados, não se esgota em componentes sectoriais porventura mais visíveis, antes só pode estar centrada no âmbito do relacionamento diplomático entre os dois países.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): É verdade!

O Orador: É essa vertente de um relacionamento histórico centenário entre os Estados Unidos da América e Portugal que deve enquadrar a abordagem e as posições sobre este assunto.

Da parte do Governo dos Açores, esta é assumida como uma questão verdadeiramente de importância regional, mobilizando todos os nossos recursos, no País e no estrangeiro, para salvaguardar os interesses dos Açores, o mesmo é dizer, ajudar a salvaguardar os interesses de Portugal.

Ao Governo da República exortamos para que assuma, plenamente, uma abordagem que denote a consciência clara do que aqui está em causa.

E o que aqui está em causa são centenas e centenas de trabalhadores açorianos, são vidas e são pessoas, é uma percentagem demasiado elevada da economia da ilha Terceira e muito significativa da economia regional para que este assunto seja

tratado como algo menos do que o comprometimento total, absoluto e pleno do Governo de Portugal.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Todos sabem que sozinhos não venceremos.

Mas era bom que fosse sempre claro que não estamos sozinhos...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Açorianas e Açorianos:

No final deste debate parlamentar, fica claro o empenhamento e a ambição deste Governo em trabalhar em prol dos Açores.

Fica claro que sabemos onde estamos, para onde queremos ir e o que temos de fazer para lá chegar.

Não será, porventura, uma viagem fácil, tranquila ou em águas calmas.

Mas tudo faremos, tudo temos de fazer, para estar à altura deste momento, da história dos nossos Açores e do Futuro que queremos para as nossas ilhas.

E que para tanto nos ajude o engenho, a arte e, acima de tudo, o apoio e a vontade dos Açorianos.

Viva os Açores!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Concluídas que estão as intervenções, terminou, assim, o debate do Programa do XI Governo Regional dos Açores. Estamos, por isso, em condições de proceder à sua votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de Programa do XI Governo Regional dos Açores foi aprovada com 31 votos a favor do PS, 20 votos contra do PSD, 3 do CDS-PP, 1 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP e 1 do PPM.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Está terminada a Agenda da reunião, mas antes de encerrar os nossos trabalhos, sugiro que seja colocada à votação a seguinte proposta de deliberação: a Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare finda a reunião da Assembleia para a apreciação do Programa do XI Governo Regional dos Açores.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Dou, então, assim, por encerrados os nossos trabalhos de hoje.

Como sabem, amanhã teremos um plenário extraordinário, por isso regressamos amanhã às 10 horas.

Uma boa noite para todos.

(Eram 19 horas e 23 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio Borges **Almeida**

(*) Texto não revisto pelo/a orador/a

A redatora: *Sónia Isabel Maciel Nunes*